

cadernos do  
**terceiro  
mundo**

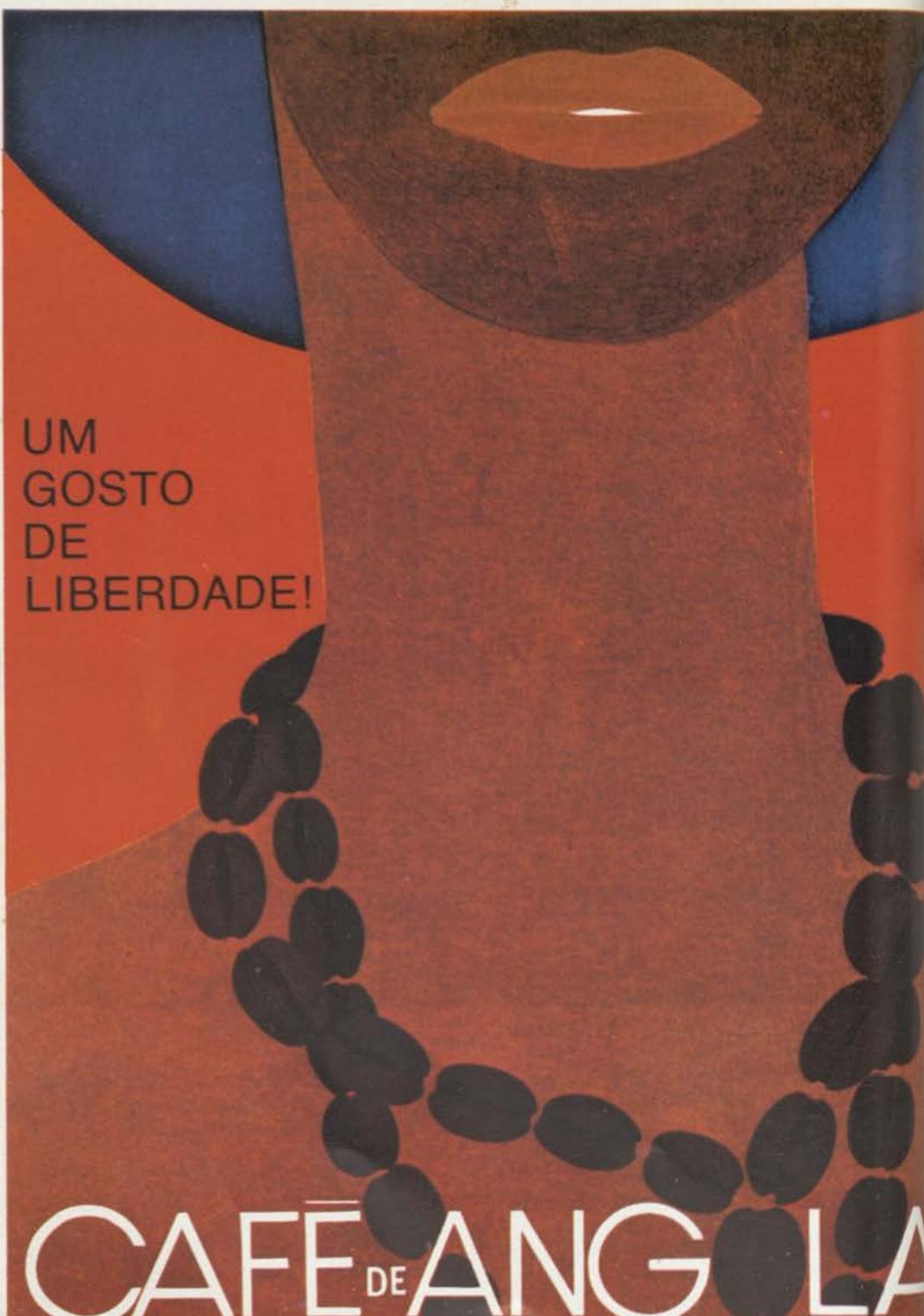
nsal • Fevereiro 1985 • Esc. 100 • Kz 65 • Mt 80 • PG 80 • CV 80\$ • Cr\$ 3.000 • Ano VIII • Nº 74

**ANGOLA:  
Deserções na UNITA**



# URUGUAI





UM  
GOSTO  
DE  
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda

Tel. 2327 3000  
Telex "IN CAFE" LUAN

## Reflexões sobre uma eleição directa

No dia 25 de Novembro último, os uruguaios colocaram um ponto final numa longa abstinência eleitoral que durou 11 anos. Foi o segundo país do Cone Sul a sepultar uma longa ditadura militar e substituí-la por um governo eleito directamente. Ainda não foi uma escolha plenamente democrática mas, pelo menos, foi o começo do regresso à livre expressão das vontades políticas.

Antes do Uruguai, a Argentina havia aberto o caminho. Mas a eleição uruguia teve uma novidade. A oposição de esquerda quase conquistou a Câmara Municipal de Montevideo e afirmou-se como a segunda força política da mais importante cidade do país. Os resultados da Frente Ampla fizeram com que essa coligação de partidos progressistas atraísse a atenção e as análises dos especialistas políticos, como mostramos na matéria de capa deste número.

Restam agora, no Cone Sul da América Latina, o Chile e Paraguai como os últimos resquícios de uma agonizante era militarista. No Brasil, cresce a pressão popular pela restituição do direito de escolher directamente o presidente da República. Mas a eleição de Tancredo Neves e o fim dos presidentes militares impostos foram passos decisivos no rumo da democracia plena.

Chile e Paraguai parecem mais distantes, embora a ditadura de Pinochet já se mostre cambaleante. O fim definitivo do autoritarismo em toda a região constitui, assim, a melhor esperança para 1985.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

**Editor Geral**  
Neiva Moreira

**Editores Associados**  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

**Conselho Editorial Internacional**  
Darcy Ribeiro - Juan Somavia  
Henry Pease Garcia  
Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett (1911-1983)

**Editor e Director:** Artur Baptista  
**Propriedade:**

Tricontinental Editora Lda.  
**Sede da Administração:**  
Calçada do Combro, 10-19  
1200 Lisboa - tel.: 320650/320751  
**Redacção e Publicidade:**  
Rua das Salgadeiras, 36-29 E  
1200 Lisboa - tel.: 363804/372715  
telex 42720 CTM TE P

Tiragem desta edição: 21.000 exemplares  
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

**Edições em português**

ANGOLA - CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE

**Redacção**

Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos  
Guimaraes Belo Marques

**Revisão**

Estevam Reis  
Raul Gonçalves

**Paginação**

Samaral (editor de arte)  
Sonia Freitas, Miguel Efe  
Documentação e Arquivo

**Cristina Assis**

**Serviços Comerciais**

José C. Figueiredo

**Publicidade**

José Ferreira  
Cristina Campos  
Maria João Macedo

**Impressão**

Gráfica Europam

**Representantes**

**Angola**

Luis Henriques, C. P. 3593, Luanda

**Moçambique**

Etevaldo Hipólito

Rua Kongwa, 153, Maputo

tel. 25140

**BRASIL**

Director e Editor

Neiva Moreira

Administração

Marinete Silva

Secretário de Redacção

José C. Gondim

**Revisão**

Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo

Lidia Freitas

Eunice H. Senna

**Composição**

Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas

Inácio D. Santos

Macário Costa

**Divulgação**

Henrique Menezes

Representantes

Clóvis Sena (Brasília)

Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)

Caixa Postal 60086 - CEP 05033

Telex: (011) - 23059

Horacio Verbitsky

Uruguay, 560/59/55

Buenos Aires, Argentina

Fernando Reyes Matta

Casilla 16637 - Correo 9

Providencia - Santiago, Chile

**editora terceiro mundo ltda.**

Rua da Glória, 122 - grupo 105/106

Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR

CEP. 20.241 - Rio de Janeiro - RJ

Registro na Junta Comercial do Estado

do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291

C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32

Inscrição Estadual nº 81.341.400

Registro no INPI nº 013.539

Registro no SCDP/SR/DPF

nº 2.195 - P. 209/73

**Edições em espanhol**

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL

AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS

**Editor**

Roberto Remo

**Gerente Geral**

Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.

calle California, 98A - Coyoacán

México, 21 DF - telephone: 689-1740

Correspondência: Apartado Postal 20 572

México, 20. DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA

EQUADOR - PERU - VENEZUELA

**(Edição andina)**

Publicada por DESCO: centro de Estudios

y Promoción del Desarrollo

Avenida Salaverry, 1945

Lima, 14 Peru - Telephone: 724-712

**Edições em inglês**

ESTADOS UNIDOS - CANADÁ

EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA

INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

**Editor**

Fernando Molina

Editor Consultivo

Cedric Belfrage

Apartado Postal 20.572 b-México, DF.

**DISTRIBUIDORES**

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora de Livros UEE, Avenida Luis de Camões, 11, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Co., Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia S. A., rua Teodoro Silva, 907 - Rio de Janeiro. CABO VERDE: Instituto Caboverdeano do Livro, rua 1 de Julho, Praia. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto. The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Iberoamericana Ltda., Carrera 30 No. 23-12, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Puntal, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 20, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Dávila 601 y Menduburo, Guayaquil - Rueda de Publicaciones, Av. Colombia 243, 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 590, Rag. Sendip Perx. 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera y Poniente 1030, San Salvador - El Quetzal, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Michigan Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, East 23rd Street, New York, N. Y. 10010. Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Perito, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Paper Bookellers, 2915 Broadway at 116th St., New York, N. Y. 10025 - Tom Moore Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valley St., San Francisco, CA - Red and Blue, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-2, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Publications Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Conselho Nacional da Cultura. HOLLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 58, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41, Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 44, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedoras y Vendedores de Periódico, Humbolt No. 47, México, D. F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones S. A., Mier y Pesado No. 130, México, D. F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. - Montaña de Publicaciones, Librería de Cultura, 100 livrerías em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: IMELSA, A. P. nº 2705, Managua. PANAMÁ: Librería Cultural Panamense S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima. PORTO RICO: Librerías La Terrella, San Marín Esq. Ave González, Río Piedras. S. A. - Ediciones Críticas, P. O. Box 29918, 85th Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez, Santo Domingo - DESVIGNE, S. A., Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Bismarck und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério da Informação e Cultura Popular, S. Tomé. Werngræn-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Etevaldo, S. A., Ave. México Lechosa a Parí, Caracas.

PORTUGAL: CDL Central Distribuidora de Livros, Av. Santos Dumont, 57, 1000-100 Lisboa.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Noviembre (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

5 Cartas

7 Panorama Tricontinental

19 Editorial — Cone Sul: A unidade, eixo da luta contra as ditaduras

23 Matéria de capa — Uruguai: A reconquista da democracia, Carlos Núñez, Eduardo Varela e Roberto Remo

24 Os problemas de Sanguinetti

32 O papel da Frente Ampla

37 A herança da ditadura

África

41 Serra Leoa: A corrupção em último grau, Carlos Castilho

47 Angola: Crise na UNITA aumenta deserções, Jim Cason e Mike Fleshman

América Latina

50 Venezuela: Uma política externa pendular, Robert Matthews

57 Nicarágua: Os custos da guerra, Carlos Pinto Santos

63 Panamá: Os problemas na transferência do Canal, Nils Castro e Oydén Ortega

67 Adeus às armas?, Roberto Bardini

Ásia

69 Irão: Os senhores da guerra, Manuel Anta

72 Livros do 3º Mundo

Mulher

74 Moçambique: A família e a sociedade, Etevaldo Hipólito

Comunicação

77 O desafio da profissionalização

79 Notas

Estratégia

80 Falcões ou pombos?, Gino Lofredo

84 Notas de Economia

87 Especial: Arte viva em Moçambique

88 Um modo de estar no mundo, Mário Trindade

90 Psikhelekedana, o artesanato do sul, Sol Carvalho

93 Os murais da revolução, Albie Sachs e Sol Carvalho

95 Notas de Cultura

96 Humor: Wasserman



Serra Leoa — Stevens: ameaçado pela corrupção



Pasdarans: os eleitos de Khomeini



A arte moçambicana

- BENGUELA  
Livreria 10 de Fevereiro
- BIÉ  
Livreria 11 de Fevereiro
- CABINDA  
Livreria Lunda  
Quiosque Maiombé
- CALULO  
Livreria 17 de Setembro
- DONDO  
Livreria 2 de Março
- GANDA  
Livreria 1.º de Maio
- HUAMBO  
Livreria 8 de Fevereiro  
Quiosque Albano Machado
- HUÍLA  
Livreria 27 de Março
- K. KUBANGO  
Livreria Kilamba
- KUANZA-NORTE  
Livreria 10 de Dezembro
- KUANZA-SUL  
Livreria Aníbal de Melo
- LOBITO  
Livreria 11 de Novembro
- LUANDA  
Casa da Venda  
Armazém Venda Grosso  
Quiosque 4 de Fevereiro  
Livreria Centro do Livro  
Livreria Augusto N'Gangula  
Livreria 4 de Fevereiro
- LUNDA-NORTE  
Posto de Venda
- LUNDA-SUL  
Livreria Deolinda Rodrigues
- MALANGE  
Livreria 1.º de Agosto  
Quiosque N'Dongo
- MOXICO  
Livreria 14 de Fevereiro
- NAMIBE  
Livreria Lutulma
- NEGAGE  
Livreria Saily Mingas
- SOYO  
Livreria Lundogi
- UÍGE  
Livreria 10 de Dezembro
- ZAIRE  
Livreria Sagrada Esperança

LEVAR:  
INFORMAÇÃO  
CULTURA  
CIÊNCIA  
FORMAÇÃO



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

**EDIL** Empresa Distribuidora Livreira  
Caixa Postal 1245 - Rue da Missão, n.º 107  
Luanda - República Popular de Angola

**Clube de Amigos**

Gostaria que publicassem o trecho abaixo, para que eu possa manter contacto com uma amiga que deseja manter intercâmbio comigo: "Em resposta a Vera Maria, de Fortaleza, afirmo minha pretensão de manter um intercâmbio, mas falta uma coisa muito importante: o endereço (não estava na carta)".

Rudinaldo S. de Souza, São Paulo, SP, Brasil.

**O plebiscito de Beagle**

Acreditamos que é saudável para a nossa frágil democracia formal o exercício da consulta popular antes das decisões dos grandes problemas nacionais, mas não depois de "iniciado" um acordo e menos ainda quando o governo já se decidiu pelo "sim", antes mesmo da consulta. Chamados a fazer uso da democracia desta maneira, muitos cidadãos argentinos gostariam, sem dúvida, de dar também a sua opinião sobre o problema da dívida externa, por exemplo, pois não podemos esquecer que a soberania não se esgota numa questão de limites.

Ao acelerar-se uma decisão sobre a questão de Beagle, num quadro de entendimento com a ditadura genocida de Pinochet, pouco favor se faz ao povo chileno na sua corajosa e tenaz luta para o derrubar e recuperar, também, a democracia. É imperioso que nossos governantes pratiquem com ampla visão e seriedade política o latino-americanismo que proclamam. (...) Não parece correcto tentar resolver bilateralmente questões que incidem sobre todo o continente: devemos tomar consciência da necessidade de percorrer o caminho inverso ao que nos impuseram. Devemos construir o futuro no presente, pois não se trata de que "o Pacífico seja para o Chile e o Atlântico para a Argentina", mas de manter unidas e aproveitar conjuntamente as áreas de difícil resolução equitativa, para o benefício directo dos povos interessados. O caso de Beagle é claro a esse respeito, se tivermos em conta a sua importância como passagem entre os dois oceanos e caminho de integração entre os países do Cone Sul. (...)

O acordo sobre o problema não favorece justamente uma futura acção conjunta dos países da região quanto ao Tratado Antártico, dado o explícito interesse demonstrado pelo

imperialismo em controlar toda a zona. As bacias de hidrocarbonetos e as reservas de krill existentes na área e os presumíveis materiais estratégicos que há na Antártida, são realmente os grandes interesses que estão em jogo e, se não os fizermos servir o processo de integração, serão, decerto, motivo de novas e grandes disputas bilaterais, ao serviço dos interesses expansionistas dos grandes monopólios.

Oscar Viñas — Buenos Aires, Argentina.

**Banda desenhada no 3º Mundo**

Tendo visto no nº 69 uma matéria referente à banda desenhada cubana, despertou-se em mim o sonho, várias vezes adiado, de conhecer a banda desenhada dos países do Terceiro Mundo, que, evidentemente, fogem ao processo de massificação imposto pelos sindicatos de desenhadores norte-americanos. Sempre tive curiosidade de conhecer a banda desenhada dos oprimidos, ao nível do que nós, desenhadores brasileiros, produzimos, conhecer a sua história de resistência à banda desenhada importada, e alternativas de veiculação no seu país de origem. Confesso que nunca encontrei fontes onde pesquisar esse tipo de material, devido, em grande parte à pouca importância que a imprensa dá a esta arte, limitando-se à importação do material convencional. (...) Por isso, creio que seria de suma importância para nós, estudiosos e criadores de BD, que *cadernos* publicasse uma ampla reportagem sobre o assunto. (...) Sugiro ainda que seja lançada uma revista mensal ou bimestral só com BD do Terceiro Mundo.

Henrique Magalhães — João Pessoa — PB, Brasil.

**Prevenir o maltrato de crianças**

Por meio desta, quero felicitar-vos pela ampla e verdadeira informação que fornecem sobre os países em desenvolvimento. Desejamos comunicar que foi formado o "Comité Latino-Americano para a Prevenção do Maltrato à Infância". Por isso, fazemos uma chamada de atenção a todos os latino-americanos a fim de que nos escrevam para lhes enviarmos mais informações e iniciar trabalhos para a prevenção desse problema nas suas respectivas entidades.

Dr. José R. Silva — vice-presidente do Comité — Rua Marquês de Maricá, 62, Belo Horizonte, MG, CEP: 30.000 Brasil.

**Quem são os terroristas?**

(...) Ao fazerem tal pergunta, políticos e imprensa, em geral, confundem, propositadamente movimentos de libertação com movimentos terroristas. Dizem isto apenas para iludir os incautos e menos informados. Chegam ao ponto de fazer comparações absurdas, como a de colocar no mesmo "prato da balança" a SWAPO e os bandos fantoches da UNITA. Será assim? Vejamos: a SWAPO luta pela descolonização da Namíbia, ocupada ilegalmente pelos racistas da África do Sul.

A UNITA, treinada pela mesma África do Sul, só tenta implantar o terror, a miséria, a morte e a destruição dos bens materiais do povo angolano. Fica aqui bem patente a diferença que existe entre os laiaos armados, treinados e equipados por Washington e Pretória e os combatentes da liberdade na Namíbia.

E quem arma o terrorismo internacional? É o imperialismo internacional, encabeçado pelos Estados Unidos. O exemplo desse terrorismo é bem claro na invasão ianque a Granada e nas constantes violações do espaço aéreo, colocação de minas nos portos e bombardeamentos da Nicarágua. São os Estados Unidos que dão mostras de um aventureirismo e terrorismo internacional constante.

Domingos Manuel — Namibe, Angola.

**De um jovem de 15 anos**

Quero, em primeiro lugar, dar os meus parabéns pelo empenho firme com que vocês têm mantido a qualidade das reportagens e entrevistas publicadas. Sou um jovem de 15 anos de idade, mas já me interesso um pouco pela política. Não sou eu quem compra a vossa revista, é o meu pai, que é assinante. Ele gosta muito dos *cadernos* e eu vou pelo mesmo caminho. Quem sabe, daqui a algum tempo eu mesmo resolvo fazer a minha própria assinatura? Tudo é possível.

José Mauro — Rio de Janeiro — RJ, Brasil.

**Recado breve**

Terminada a leitura do nº 70 dos *cadernos do terceiro mundo*, senti-me na obrigação de lhes escrever. Entretanto, não sei se para dizer-lhes "parabéns" ou "muito obrigado"! Recebam então os dois.

Adalberto J. Oliveira — Brasília — DF, Brasil.

## Cartas

### Uma janela para a América Latina

(...) O nosso primeiro encontro com *cadernos* foi numa loja de produtos "étnicos" latino-americanos, em Toronto, onde havia ido com a minha esposa à procura de um contacto com a nossa origem latino-americana (somos uruguaios). Naquela altura, *cadernos* surgiu-nos como uma possível janela para a nossa distante América Latina. A revista não só satisfaria esta aspiração, como haveria de nos abrir um horizonte muito mais amplo. A leitura da revista só pode reforçar, naqueles leitores originários do Terceiro Mundo, os laços que os unem a suas origens. (...) Os artigos de *cadernos* enfrentam, sacodem e identificam o leitor com a sua inevitável condição de cidadão do mundo, ao qual pertence, quanto mais aprende a conhecê-lo, através da informação sem distorções, verdadeira e corajosa que oferecem os jornalistas de *cadernos*. Devido justamente ao carácter dessa informação, a revista consegue tornar-se uma barreira mensal às fortes influências alienantes do sistema em que vivemos.

José Campione, Ottawa, Canadá.

### Adeus a Indira Gandhi

Foi com profunda dor e consternação que o mundo inteiro, em particular o Terceiro Mundo, recebeu a notícia da morte da primeira-ministra indiana Indira Gandhi, vítima de um atentado perpetrado por membros da seita religiosa *sikh*.

Indira Gandhi, ilustre e destacada personalidade política mundial, durante a sua vida velou sempre pelo bem-estar do seu povo e pela segurança da nação.

Com a sua morte, a Índia perde uma nobre política e uma "mãe", o Movimento dos Países Não-Alinhados perde uma célebre presidente e o Terceiro Mundo uma destacada personalidade política. Sem dúvida uma grande líder, que nós, os milhões de habitantes do Terceiro Mundo, nunca esqueceremos.

A partir de agora, Indira Gandhi entrará para a galeria dos líderes e mártires do Terceiro Mundo, estando ladeada pelas mais distintas personalidades terceiro-mundistas, como: Nehru, Tito, Neto, N'Krumah, Nasser, Martí, Che, Cabral e tantos outros.

Adeus, Indira Gandhi!

Henrique J. Nunes da Mata — Luanda, Angola.

6 - terceiro mundo

### Números atrasados

Em geral, os dicionários de espanhol, publicados em Espanha, são pobres em termos castelhanos típicos da América Central e do Sul. A deficiência dificulta, sem dúvida, a leitura e compreensão de um romance ou outra obra de um escritor do lado de cá. Não poderia essa editora, com boa penetração no Terceiro Mundo de língua espanhola, iniciar a publicação seriada de termos particulares latino-americanos? Outro assunto: que edições atrasadas são disponíveis dos *cadernos* e como poderão ser adquiridos.

Odon de Almeida — Arcoverde — PE, Brasil.

N.d.r.: Anotamos a sua sugestão. Quanto aos números atrasados, temos quase todos em stock, a partir do nº 24 (quando começamos a circular no Brasil). O pagamento deve ser feito através de vale postal ou cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., tomando por base o preço do número que estiver a circular nas bancas. Sugerimos que antes, adquira o nº 70, onde há um índice contendo todas as matérias já publicadas na edição brasileira. Os números anteriores à primeira edição brasileira (Junho de 1980) poderão ser encomendados à sede da edição portuguesa, Tricontinental Editora, Calçada do Combro, 10, 1º, 1200, Lisboa.

### Intercâmbio

- José Mauro  
Rua Jayme Figueiredo, 20 — Parada Quarenta — São Gonçalo — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 24.400, Brasil
- Evanda Tavares Leite  
Rua Coronel Xavier, 58 — Aurora  
CE — CEP: 63.360, Brasil
- Maurício Rocha Zanco  
Rua Maringá, 1972 — Londrina  
PR — CEP: 86.100, Brasil
- Denise Maria Borda Gomes  
Rua Pinto Guedes, 95/201 — Tijuca  
Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20.511, Brasil
- Orlando Correa  
C. P. 619 — São Bernardo do Campo  
SP — CEP: 09.700, Brasil
- Cristian Carla A. Lazo  
Rua Alberto Pasqualine, 131/81  
Santa Maria — RS — CEP: 97.100, Brasil

### Guia: algumas sugestões

Recebi o *guia do terceiro mundo* 84/85 e pude, com os meus próprios olhos, comprovar a excelência da publicação. Não conheço qualquer outra enciclopédia, ou coisa que se lhe assemelhe, com tanta (quantitativa e qualitativa) informação, englobando tantos assuntos e países. (...) Tenho muito interesse em dados sobre a economia mundial e sugiro que nas próximas edições do *guia* se colorem dados sobre a produção de matérias-primas dos países do Norte e do Sul, para que tenhamos um *guia* da divisão internacional do trabalho. Outro dado que me parece importante é a distribuição do rendimento per capita, poderia ser apresentado juntamente com os dados demográficos e econômicos de cada país.

Márcio J. Aguiar Barbosa — Horizonte — MG, Brasil.

### Guia: informação actualizada

(...) Recebi o *guia do terceiro mundo* há pouco tempo. Foi ótimo recebê-lo, mas valeu a pena. É obra-prima, atualizadíssima! Começamos até a fazer aqui em Santos um debate sobre o Terceiro Mundo numa situação que estamos a viver, ao comparecerem 80 pessoas, e tudo baseado nos *cadernos* e no *guia*.

Maurinho — Santos — SP, Brasil.

- Eduardo W. Cunha Rangel  
Rua Vilhena de Moraes, 100/blco 10  
ap. 1001 — Rio de Janeiro — RJ — CEP: 22.600, Brasil
- Antonio Manuel de Souza Ribeiro  
Escola Nacional de Aviação Militar  
C. P. 140 — Negage — Uíge, Angola
- Mário Correia Alves Neves  
Rua Colégio Militar, 630 — C. P. 100  
Benguela, Angola
- Américo Maria de Sousa  
C. P. 10.476 — Luanda, Angola
- Miguel Mateus Bernardo Pedro  
a/c da Posta Restante dos C. T. 100  
Precol — Luanda, Angola
- Antoine Louis "Coûte Dire"  
Instituto Médico de Saúde — C. P. 100  
Kenito — Bié, Angola
- António João Fragoso  
C. P. 668 — Malange, Angola
- Carlos de Jesus Melgaço  
C. P. 980 — Huambo, Angola

## Brasil: a vitória de Tancredo Neves

O Brasil viu o fim de 20 anos de autoritarismo quando o Colégio Eleitoral designou, no dia 15 de Janeiro último, Tancredo Neves como presidente, acompanhando o Uruguai e a Argentina no caminho do regresso à democracia, que havia abandonado a partir do golpe de Estado de Março de 1964.

A entrega do poder a um político da oposição, que consumar-se-á no próximo dia 15 de Março, não estava nos planos do regime militar. Mas 1984 foi um ano muito rico em acontecimentos políticos, que terminaram por lançar por terra o cronograma fixado pelas forças armadas e os seus aliados políticos para a redemocratização do país.

Os analistas coincidem em assinalar que as eleições de 1982 foram o primeiro antecedente significativo para a recente vitória da oposição no Colégio Eleitoral. Pela primeira vez desde 1964 nessa oportunidade, foram escolhidos por eleições directas os governadores dos estados, as assembleias municipais, as câmaras estaduais de deputados, os deputados federais e um terço dos senadores. Essa instância, apesar dos rigores da legislação eleitoral, mostrou-se favorável à oposição, que passou a controlar os estados mais poderosos e de maior densidade populacional, onde se concentram mais de 75% do PIB e a quase totalidade da indústria pesada.

A partir daí, começou a desenvolver-se a mobilização por eleições por sufrágio universal e secreto para escolher o presidente



Tancredo Neves:  
o início duma nova etapa

da República. A campanha pelas *Directas já!* — como foi popularmente denominada — registou uma adesão poucas vezes vista na história do país, com multitudinárias concentrações que encheram as ruas das principais cidades. Mas no marco de rumores golpistas, a emenda constitucional que estabelecia as eleições por sufrágio universal foi rejeitada por não haver alcançado a maioria necessária no Congresso, apesar de haver obtido 298 votos a favor. Assim, o Colégio Eleitoral de 686 membros, continuou a vigorar para a eleição por via indirecta da mais alta magistratura do país.

Os acontecimentos políticos precipitaram-se a partir da eleição do ex-governador de São Paulo, deputado Paulo Maluf, como candidato presidencial pelo oficialista PDS. Foi então que

os sectores maioritários do PMDB, do PDT e do PTB, assim como alguns dirigentes do PT (a título individual), decidiram participar no Colégio Eleitoral para tentar vencer. A dissidência do PDS, liderada pelo vice-presidente Aureliano Chaves, cristalizou-se na Frente Liberal, e sua aproximação do PMDB consolidou-se na criação da Aliança Democrática, que lançou Tancredo Neves, ex-ministro de Getúlio Vargas e João Goulart, como candidato de consenso da oposição.

Por 480 votos contra 180, a votação no Colégio Eleitoral culminou favorável a Tancredo Neves.

Se não foi fácil para Tancredo chegar vitorioso ao 15 de Janeiro, tão-pouco será fácil conduzir o país na etapa de transição que se inicia. Não só porque o conjunto de forças políticas que uniu em torno de sua candidatura é muito heterogêneo, como também porque a situação económica e social do Brasil é grave. O índice de inflação esperado para 1985 é superior a 500% e a dívida externa chega aos 100 mil milhões de dólares. Todos se interrogam sobre o rumo futuro do governo Tancredo Neves, cuja extensão não ficou estabelecida de antemão. Um sector da oposição, liderado pelo governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, do PDT, reivindica um período de transição de dois anos, com eleições directas em 1986, coincidentes com as eleições para governadores e deputados. Brizola sustenta que é necessário escolher o presidente da República e o poder constituinte simultaneamente, de forma que aquele não possa usar sua influência para manipular a nova Carta Magna.

Por ser considerado o melhor

homem para conduzir o país nesta etapa de transição, Tancredo Neves tem um crédito aberto de 130 milhões de brasileiros. Mas amplos sectores consideram que não se pode continuar a esca-

motear o direito do povo de participar nas grandes opções políticas. Continua vigente, pois, a reivindicação de *directas já!* e Tancredo enfrentará o desafio de ter que legitimar o seu mandato.

## Zaire: rumores golpistas no exército

No final do ano passado, mentaram os rumores sobre a possível onda de prisões de oficiais do exército do Zaire, em consequência do aparecimento de rumores de insatisfação entre jovens oficiais. Os rumores ganharam corpo depois que o presidente Mobutu Sese Seko passou a percorrer os principais quartéis do país nos fins de semana, desde Outubro, quando foi divulgada uma suposta tentativa de golpe de Estado por militares da província do Equador.

## Afeganistão: 250 milhões de dólares da CIA para a contra-revolução



A CIA investe 80% de seu orçamento anual em operações encobertas no Afeganistão

□ A verba secreta da CIA destinada à guerrilha contra-revolucionária afegã ultrapassará em 1985 os 250 milhões de dólares, revelou recentemente o *Washington Post*.<sup>1</sup>

O diário norte-americano refere que este subsídio — o maior apoio secreto autorizado pelo Congresso desde a guerra do Vietname — é o triplo do que fora pedido por Ronald Reagan e representa mais de 80% do orçamento anual da CIA para operações militares. As organizações que lutam contra o regime socialista de Cabul deverão receber outros 200 milhões de dólares de

três países do Médio Oriente e da Ásia não identificados pelo *Washington Post*.

Este auxílio encoberto dos serviços secretos norte-americanos, inclui armamento, munições, equipamentos militares, sistemas de transmissões, medicamentos e dinheiro. No armamento que será entregue à guerrilha anti-governamental estarão canhões anti-aéreos para derrube de helicópteros. De acordo com o jornal, o primeiro fornecimento deverá incluir nove armas deste tipo que serão seguidas de outras caso se mostrem eficazes. Cada uma destas armas com as respectivas munições, destinadas a perfurarem as blindagens dos helicópteros, têm um custo de um milhão de dólares. Ainda segundo o *Washington Post*, tanto os canhões anti-aéreos como o restante armamento não são de fabrico norte-americano, com o intuito destes fornecimentos não serem facilmente identificados com os EUA.

Por outro lado, o Rádio Nacional de Cabul revelou em Janeiro último, a descoberta de uma rede de tráfico de dólares e afegãis (moeda do Afeganistão) falsos, cujos centros de fabrico seriam dirigidos por "conselheiros dos serviços norte-americanos de informação". A emissora afirmou que documentos apreendidos às organizações contra-revolucionárias provam que a moeda falsa é introduzida no país a partir das cidades paquistanesas de Peshavar e Multan.



Mobutu Sese Seko

Há informações, também, que os tribunais militares passaram a aplicar duras sentenças contra soldados e subalternos acusados de pequenos delitos. Outro sintoma da instabilidade militar é o facto de Mobutu ter criado uma nova unidade da Guarda Civil, composta por duas brigadas, com um total de 20 mil homens. A Guarda Civil foi treinada por assessores israelitas e é já considerada um "verdadeiro exército dentro do exército".

Grupos oposicionistas do Zaire afirmam que comandantes e subalternos do exército regularmente consideram o aparecimento da Guarda Civil como uma ameaça aos seus privilégios. Entre outros dados, o descontentamento surgiu em virtude dos baixos salários. Um cabo do exército zaireense ganha hoje, mensalmente, apenas o suficiente para comprar um saco de cinco quilos de cereais.

<sup>1</sup>O auxílio da CIA à guerrilha contra-revolucionária afegã é dez vezes superior à destinada para a América Central.

## Zimbabwe: o milagre agrícola

camponeses do Zimbabwe, os quais deram uma lição de produtividade contra todas as expectativas.

Apesar do terceiro ano consecutivo de seca, o governo de Zimbabwe chegou ao final de 1984 com um surpreendente *superavit* na sua produção agrícola. Surpreendente e totalmente imprevisto, porque, até Outubro passado, a equipa económica do primeiro-ministro Robert Mugabe fazia esforços intensivos para tentar cobrir um provável défice no abastecimento de milho. Foram assinados à pressa contratos de importação no valor de 25 milhões de dólares para garantir o fornecimento de, aproximadamente, meio milhão de toneladas, que supostamente viriam a faltar em consequência da escassez da chuva.

Acontece que os cálculos do governo estavam baseados apenas na produção das fazendas privadas e que, na sua maioria, são controladas por brancos. As pequenas lavouras comunais, criadas na sua maioria depois da independência em 1980, não eram levadas em conta porque os agrónomos achavam que somente alguns raros camponeses africanos conseguiriam colheitas razoáveis em consequência da falta de chuva.

Mas, para espanto dos funcionários oficiais, a partir de Outu-

bro de 1984, começaram a chegar ao mercado milhares de sacas de milho produzido por pequenos agricultores. Na verdade, a produção das terras comunais alcançou o fantástico montante de quase 325 mil toneladas. Com isso, o país alcançou, em 1984, a auto-suficiência alimentar, contrariando a meteorologia, os técnicos da FAO e, até mesmo, os próprios técnicos de planeamento zimbabweanos.

Como resultado imediato da surpresa agrícola, o governo ordenou que, na próxima safra, a produção das pequenas propriedades e das terras comunais seja cuidadosamente orientada, ao contrário do que aconteceu no ano passado. Outra medida também mencionada é o aumento dos incentivos de crédito aos

Segundo os especialistas em agricultura, nem o próprio governo do Zimbabwe esperava uma resposta tão positiva ao sistema de comercialização adoptado desde a independência e que reserva ao sector privado uma ampla margem de liberdade. Segundo os cálculos oficiais anunciados nas últimas semanas de 1984, a produção de milho do Zimbabwe atingiu o total de 900 mil toneladas, 35% das quais tiveram origem no sector comunal. O que significa que o país passou a ter 200 mil toneladas mais do que precisa. Isso, sem referir que a maioria dos camponeses não comercializou a totalidade das suas colheitas porque, tradicionalmente, eles guardam uma parte para o seu próprio consumo.



O camponês de Zimbabwe conseguiu vencer a seca

## Saúde: transnacionais violam proibições

Um documento preparado pela Organização Internacional de Consumidores (OIUC) revelou que mais de 20 países não obedecem às normas do Código Internacional sobre Comercialização de substitutos do leite materno. O relatório indicou também que foram registadas mais de 400 transgressões em 14

países da África, América Latina, Ásia e Caraíbas. Setenta e cinco por cento dessas transgressões foram cometidas pelas cinco maiores empresas fabricantes de leite em pó do mundo: *Nestlé*, *Abbott/Ross*, *American Home Products/Wyeth*, *Bristol/Meyers* e *Condens Fabrick*.

A violação mais comum dos códigos internacionais refere-se à distribuição de amostras grátis de leite em pó para mulheres grávidas. Outras acusações feitas con-

tra as transnacionais de medicamentos referem-se a etiquetas erradas propositadamente e à distribuição de panfletos publicitários entre mulheres e médicos do Terceiro Mundo. A OIUC revelou que, apesar das proibições, continua a aumentar a produção de alimentos para substituírem o leite materno, indicando que as empresas fabricantes se consideram imunes às regulamentações internacionais aprovadas nos últimos anos.

## Protestos de rua nos EUA contra o *apartheid*

□ Cento e trinta e sete manifestantes norte-americanos foram detidos pela polícia nos primeiros 15 dias de Dezembro do ano passado, durante protestos contra a discriminação racial na África do Sul. A maior parte das manifestações realizou-se frente a representações diplomáticas sul-africanas nos EUA, como parte de uma campanha de grupos anti-racistas para exigir mudanças na política do presidente Ronald Reagan em relação ao *apartheid*.

A onda de protestos começou nos primeiros dias de Dezembro e atingiu o seu ponto alto quando o bispo sul-africano Desmond Tutu, prêmio Nobel da Paz de

1984, foi recebido pelo presidente norte-americano em audiência especial, na Casa Branca. Tutu há muito tempo que condena energicamente a passividade da administração republicana em relação ao regime racista sul-africano, considerado, pelo bispo negro anglicano, igual ao nazismo do III Reich.

Os grupos anti-racistas norte-americanos querem também que as empresas transnacionais aumentem as pressões no sentido de mudar as leis do *apartheid*. As manifestações de rua têm sido de tal modo intensas, que até o presidente Reagan foi obrigado a classificar o racismo sul-africano de "repugnante". Apesar disso, a

Casa Branca continua a adotar a política do chamado "empenhamento construtivo", através da qual os EUA toleram o *apartheid* para impedir que ele seja violentamente substituído por um governo nacionalista formado pela maioria negra da África do Sul. Washington afirma que "empenhamento" é uma forma de tentar mudar o sistema de hegemonia branca "por dentro", enquanto os grupos anti-racistas afirmam que esta política não responde, na prática, a uma ação concreta.

Centos e vinte e oito empresas transnacionais norte-americanas instaladas na África do Sul sentiram os efeitos da pressão dos manifestantes, e ordenaram que as suas subsidiárias em Johannesburg, ou na Cidade do Cabo, iniciem conversações com dirigentes religiosos negros em apoio à luta da maioria africana contra o *apartheid*. As 350 empresas transnacionais empregam aproximadamente 66 mil trabalhadores sul-africanos que, na sua maioria, recebem salários inferiores a pagos a brancos com as mesmas funções.

O movimento dos anti-racistas norte-americanos pode provocar também o endurecimento das cláusulas do chamado Código Sullivan, adoptado há dois anos e que regula a actividade das empresas norte-americanas com subsidiárias na África do Sul. Até agora, o Código, elaborado pelo reverendo Leon Sullivan, estabelecia que as transnacionais pagassem aos negros o mesmo salário dos trabalhadores brancos. Agora, existem propostas para que, além disso, as empresas exijam do governo sul-africano liberdade de movimento para os assalariados negros, liberdade para comerciantes de origem africana exercerem as suas actividades em áreas consideradas exclusivas dos brancos, apoio integral à campanha para eliminar todas as leis racistas na África do Sul.



Em cada dia que passa aumenta a pressão sobre as transnacionais

## Peru: reviravolta no caso do massacre dos jornalistas

Oficiais superiores da marinha e do exército peruano passaram a ser os principais suspeitos no caso do massacre de oito jornalistas peruanos mortos em Janeiro de 83, quando tentavam fazer reportagens sobre a guerrilha na província de Ayacucho. Os militares mais visados são o general do exército Clemente Noel e o capitão-de-fragata Ismael Bravo.

Logo depois do crime, cometido numa aldeia isolada do planalto peruano, o governo nomeou uma comissão presidida pelo escritor Vargas Llosa para investigar o caso. Llosa, no seu relatório final, divulgado meses depois, confirmou a versão oficial de que os jornalistas foram mortos por camponeses que os teriam confundido com guerrilheiros da organização de extrema-esquerda, Sendero Luminoso. Essa foi também a versão divulgada logo após o massacre na aldeia de Uchuraccay, pelo general Noel, que na época era o comandante militar da zona de operações em Ayacucho.

A explicação do governo, confirmada por Vargas Llosa, começou a desmoronar-se quando foi descoberto entre os objectos dos jornalistas mortos, um rolo de fotografias tiradas antes do crime, onde os membros do grupo conversavam animadamente com os camponeses de Uchuraccay. Logo em seguida, o juiz do tribunal que investiga o caso começou a estudar novas pistas, a partir das quais ganhou força a hipótese de que os jornalistas foram assassinados noutro local por um grupo de desconhecidos, entre os quais se encontravam militares.

Os levantamentos feitos pelo juiz Hermenegildo Ventura Huayhua indicam também que o general Noel sabia da viagem do grupo de jornalistas para a área de actividade guerrilheira, ao contrário do que o militar afirmou logo após o crime, quando disse que os enviados especiais de jornais peruanos viajaram por conta própria e sem notificar as autoridades militares. Por seu lado, o capitão-de-fragata Ismael Bravo é acusado de ter acompanhado muito de perto o episódio, tendo inclusive comunicado as mortes aos seus superiores, antes dos cadáveres terem sido removidos.

As dúvidas surgidas em torno do caso deixaram em péssima situação o escritor Mario Vargas Llosa que chegou a ser advertido pelo juiz sobre as versões falsas

incluídas no relatório entregue ao governo. Llosa foi inclusive acusado de má fé. O Colégio de Jornalistas do Peru também não acredita na versão oficial e exige a continuação das investigações, apesar da resistência dos militares envolvidos a prestarem esclarecimentos à Justiça.



O exército peruano fracassou na tentativa de culpar os camponeses pelo massacre dos oito jornalistas

## Chipre: ONU negocia a reunificação

Diplomatas acreditados na ONU consideram que são boas as probabilidades de uma reunificação da ilha de Chipre, dividida em duas desde Novembro de 1983, quando a minoria de origem turca proclamou unilateralmente um regime republi-



A reunificação pode acabar com o problema dos refugiados

cano, que foi condenado pela maior parte dos países do mundo. Depois de longas conversações informais, o secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, obteve o acordo dos líderes das comunidades turca e grega em Chipre para uma reunião cimeira no mês de Janeiro.

O acordo anunciado por Pérez de Cuellar surgiu depois das duas partes terem aceitado, em princípio, a ideia da formação de um parlamento bicameral do tipo federativo. Na Câmara Alta, as comunidades turca e grega teriam um número igual de representantes. Na Câmara Baixa, os greco-cipriotas teriam uma maioria de sete para um, em relação aos turco-cipriotas. A fórmula só não foi considerada definitiva porque a comunidade turca quer ter o poder de veto nas votações da Câmara Baixa.

A reunião cimeira deverá incluir o presidente cipriota Spy-

ros Kyprianou e o dirigente turco Rauf Denktash. Os turco-cipriotas constituem apenas 18% da população da ilha, calculada em 600 mil habitantes. Quando foi autoproclamada a república turco-cipriota, ela cobria 37% do território do Chipre. Agora, perante o isolamento diplomático do regime separatista, Denktash admite reduzir a área controlada pelos seus adeptos, na tentativa de manter um mínimo de privilégios para os cidadãos de origem turca.

A administração Republicana acompanha muito de perto as negociações sobre a crise em Chipre, uma vez que o país integra o chamado flanco sul da NATO. O facto dos EUA terem adoptado uma atitude ambígua no caso do separatismo turco-cipriota, levou o governo grego a esfriar as relações com Washington, criando um ponto de tensão dentro da NATO. As negociações patrocinadas pela ONU devem centrar-se na procura de uma fórmula federativa e na garantia de vantagens económicas para a minoria de origem turca.

## Sri Lanka: o governo chama os gurkas

O governo do Sri Lanka decidiu contratar mercenários *gurkas* para proteger instalações estratégicas do país e que supostamente estariam na lista de alvos a serem atacados por guerrilheiros da minoria étnica *tamil*. O governo não confirma nem desmente a informação, mas fontes jornalísticas de Colombo garantem que a decisão já foi tomada e que, em breve, os primeiros mercenários estarão a assumir posições em refinarias de petróleo, fábricas geradoras de electricidade, portos, aeroportos e prédios do governo.

A contratação dos mercenários está a ser organizada pelo Ministério do Interior, sem que se saiba exactamente qual o efectivo total a ser recrutado. Alguns jornais da capital do Sri Lanka chegaram a falar em mais de mil. Os *gurkas* são guerreiros profissionais oriundos do Nepal e tornaram-se famosos durante a II Guerra Mundial pela crueldade com que se empenharam nos combates contra as tropas japonesas ao lado das forças britânicas no Pacífico.

Durante a guerra das Malvinas, foram chamados novamente

pelo governo inglês para lutar contra os argentinos. No Atlântico Sul, os mercenários nepaleses não chegaram a protagonizar qualquer feito importante, sendo ditando-se que tenham sido contratados mais para assustar inexperientes recrutas argentinas ilhas. Esta não é a primeira vez que o governo de Colombo chama estrangeiros para combater os guerrilheiros da minoria *tamil*, que defendem a criação de um Estado autónomo, ao norte da ilha de Sri Lanka. No começo de 1984, o presidente Jura Jayewardene pediu a ajuda de especialistas em "guerra suja", o serviço secreto israelita, o Mossad. Também foram contactados os agentes do SAS britânico que forneceu assessoria técnica e polícia política do Sri Lanka.

## Granada: oposição denuncia fraude

As eleições realizadas na ilha de Granada, no início de Dezembro passado, tiveram um resultado no mínimo controverso. O Novo Partido Nacional (NPN), criado após a invasão norte-americana e incondicionalmente apoiado pelo presidente Ronald Reagan, controla todos os assentos do parlamento de 15 membros. O único deputado eleito pela oposição de direita renunciou ao mandato no dia seguinte ao apuramento eleitoral.

O facto de todos os deputados pertencerem ao NPN levou os outros partidos, tanto de direita como de esquerda, a desencadear uma campanha de denúncias sobre fraude nas eleições organizadas pelo Departamento de Estado norte-americano. O

Partido Trabalhista Unido de Granada (GULP), liderado pelo ultra-conservador ex-primeiro-ministro Eric Gairy, e o Movimento Patriótico Maurice Bishop (MPMB) apresentaram à imprensa provas de que os boletins de voto utilizados estavam previamente marcados com uma tinta invisível.

Depois de colocado na urna, o voto marcado era adulterado pelos escrutinadores, uma vez que o sinal feito pelo eleitor desaparecia. O MPMB denunciou que, além da poderosa ajuda económica dada por Washington ao NPN, os eleitores do partido, formado por adeptos do assassinado ex-primeiro-ministro Maurice Bishop, foram eliminados das listas eleitorais para impedir

que votassem. Assim, o MPMB não pôde obter qualquer lugar no parlamento, embora tenha tido uma forte votação nas últimas eleições registadas no país, em 1976.

Bishop foi morto em Outubro de 1983, durante uma rebelião contra o seu governo e, logo depois, seis mil soldados norte-americanos invadiram Granada, cuja população é de 110 mil habitantes. Seiscentos soldados dos EUA ainda permanecem na ilha, e devem ficar lá por mais algum tempo visto o primeiro-ministro recém-eleito, Herbert Blaize, ter pedido a manutenção da presença militar norte-americana.

Segundo os partidos de oposição, a fraude eleitoral foi tão intensa e é tão forte a impopularidade do novo regime, que novas eleições devem ser realizadas em Granada, antes do fim do mandato de cinco anos fixado para os deputados eleitos em Dezembro.

## Belize: direita ganha as eleições

Os 20 anos de hegemonia política do Partido Unido do Povo (PUP), liderado por George Price, chegaram ao fim no dia 14 de Dezembro passado, quando as eleições para o parlamento foram ganhas pelo conservador Partido Democrático Unido. Price não conseguiu fazer-se eleger no seu distrito eleitoral e o PUP ficou apenas com sete dos 28 lugares do parlamento de Belize, uma ex-colónia britânica da América Central, com 28 mil km<sup>2</sup> e 150 mil habitantes.

O vencedor é Manuel Esquivel, um professor de 54 anos, educado nos Estados Unidos e no Canadá. O seu partido, o PDU, ficou com 21 lugares no parlamento, que terá pela frente

a difícil tarefa de resolver os agudos problemas da economia de Belize. O país está endividado, em consequência da queda dos preços da banana e do açúcar, os seus dois principais produtos de exportação.

George Price, que se autopromovia de centro-esquerda, foi derrotado devido às contradições da sua política. Ele aproximou-se dos Estados Unidos, embora tenha condenado a invasão de Granada. Assinou um acordo com o Pentágono para o treino das forças de Belize nas instalações do Comando Sul dos EUA, no Panamá, mas mantinha relações de amizade com Cuba.

As vacilações de Price provocaram o agravamento das dispu-

tas internas dentro do PUP entre uma facção mais conservadora e outra mais à esquerda. A derrota eleitoral sofrida nas eleições representou o fim da liderança do político que dirigiu Belize desde o momento em que o país ganhou a autonomia interna, em 1964. Agora, existe a possibilidade de que o PUP sofra alterações bastante profundas na sua linha, dependendo da correlação de forças interna.

No plano diplomático, é quase certo que o novo primeiro-ministro, Manuel Esquivel, passará a apoiar a política norte-americana de confrontação com a Nicarágua. Neste momento, encontram-se já em Belize cerca de 1.500 soldados britânicos e uma esquadrilha de aviões de combate. Essas forças foram mandadas para a ex-colónia como medida de segurança, em virtude da reivindicação guatemalteca sobre uma parte do território de Belize.

## El Salvador: ofensiva da extrema-direita contra a igreja



O clero salvadorenho teme uma nova onda de atentados

□ A partir de meados de Dezembro passado, aumentaram os indícios de que a extrema-direita e os esquadrões da morte de El Salvador decidiram centrar as atenções em dirigentes eclesíasticos, especialmente o arcebispo de San Salvador, Arturo Rivera y Damas. Num comunicado assinado por uma organização chamada Movimento Tradicional Católico, são feitas ameaças directas ao prelado que, segundo o documento, "poderia ser vítima da sua própria subversão, como aconteceu com monsenhor Oscar Romero".

Dom Oscar Romero foi assassinado a tiro dentro da catedral de San Salvador, em Março de 1980, quando rezava uma missa. O bispo da capital salvadorenha, a exemplo do seu sucessor, manteve sempre uma atitude contrária às violências cometidas pela extrema-direita e pelos esquadrões da morte anticomunistas. O documento, distribuído no mês passado em San Salvador, afirma que o bispo Rivera y Damas "apoia a guerrilha e patrocina

na um diálogo estéril destinado a permitir que os comunistas cheguem ao poder".

O misterioso Movimento Tra-

### EUA: pacifistas estimulam deserções no exército

Organizações religiosas e pacifistas dos Estados Unidos desencadearam uma campanha de opinião pública no sentido de estimular os soldados norte-americanos a recusarem-se a combater na América Central, alegando razões de consciência. O principal alvo da campanha iniciada pelo movimento "Fraternidade e Reconciliação", é o efectivo militar do quartel de Fort Bragg, de onde tem saído a maior parte dos soldados norte-americanos enviados para a América Central.

Em Dezembro passado, os jornais da cidade de Fayetteville, perto de Fort Bragg, publicaram uma carta aberta da organização pacifista na qual esta promete assistência jurídica e política

dicional Católico nunca mencionado antes da aparição dos panfletos. Estes foram distribuídos pouco depois do início do diálogo entre o governo democrata-cristão do presidente José Napoleón Duarte e as organizações guerrilheiras que exigem alterações profundas nas estruturas socioeconómicas da pequena nação centro-americana. Muitos dos pontos de vista defendidos pelo Movimento Tradicional Católico são idênticos aos do partido de extrema-direita ARENA, liderado pelo marechal Roberto D'Aubuisson, acusado de envolvimento directo no assassinato de opositores.

Além de servir de mediador no diálogo, o bispo Rivera y Damas tem feito denúncias sistemáticas das arbitrariedades cometidas por grupos paramilitares. É, também, um dos principais defensores dos grupos de defesa dos direitos humanos e da ajuda às vítimas civis de conflitos de guerra.

para todos os soldados que queiram ser mandados para a América Central, no caso de intervenção militar norte-americana na Nicarágua. Os pacifistas pretendem publicar a mesma carta em jornais de outros estados como Califórnia, Geórgia e Washington, onde também estão localizadas unidades estratégicas do exército dos Estados Unidos.

A "Fraternidade e Reconciliação" é a mais antiga organização pacifista dos Estados Unidos. Ela afirma que tem um compromisso de mais de 13 mil norte-americanos que se mostraram dispostos a organizar actos de resistência, desobediência civil, caso os Estados Unidos ataquem a Nicarágua. O exército norte-americano não comentou a carta aberta aos soldados e proibiu a circulação dentro dos quartéis dos jornais que acabaram de publicar o anúncio pacifista.

## Infância: a batalha contra a desidratação

□ Mais de meio milhão de crianças em todo o mundo foram salvas da morte, no ano passado, graças à campanha desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) contra a desidratação infantil, doença que mata cerca de quatro milhões de crianças por ano, nos países do Terceiro Mundo.

A campanha tem como base a aplicação da chamada Terapia de Reidratação Oral (TRO), um método ultra-simples para estancar a perda de líquido por crianças em processo de desidratação. A terapia pode ser aplicada pela própria família sem necessidade de recorrer a médicos ou postos de saúde. Os sais da TRO são uma mistura de oito colheres de açúcar e uma de sal num litro de água. O líquido deve ser fornecido durante vinte e quatro horas,

ou até menos, dependendo da intensidade da doença.

A Unicef já distribuiu mais de 65 milhões de pacotinhos contendo uma dose da mistura para ser dissolvida num litro de água. Cerca de 78 países já contam com postos para entrega do material fornecido pela organização. Caso não seja possível obter o pacotinho, ou fazer a mistura por falta de açúcar, a Unicef sugere a substituição por algum cereal rico em amido, como milho, arroz ou trigo. O único ingrediente essencial é o sal.

A utilização em massa da TRO poderá, a curto prazo, permitir que 95% dos casos de desidratação infantil no mundo sejam curados a tempo, já que a doença, além de ser muito comum nas áreas mais pobres,

pode causar rapidamente a morte se a criança não for bem nutrida. O objectivo da Unicef é intensificar nos próximos cinco anos a campanha, para que, até ao final da década, o número de vítimas da desidratação infantil seja reduzido a metade.



## Fome: a ONU faz prognósticos pessimistas

□ O dinheiro gasto na construção de dois porta-aviões nucleares é mais do que suficiente para acabar com a fome na Etiópia, que, no ano passado, provocou a morte de quase um milhão de pessoas. Com o preço dos dois navios seria possível comprar seis milhões de toneladas de trigo, que teriam permitido a sobrevivência dos etíopes. A estimativa foi feita por técnicos das Nações Unidas numa avaliação de fim de ano sobre os resultados dos esforços da luta contra a desnutrição no mundo.

As estimativas são pessimistas, apesar de reconhecerem que houve alguns progressos. Segun-

do o Fundo das Nações Unidas para a População (FUNAP), o número de seres humanos situados na chamada pobreza crítica passou, na última década, de 400 para 600 milhões, havendo a previsão de que, até 1990, este número suba para 800 milhões. As últimas estatísticas indicam que 65 mil crianças morrem diariamente de fome no Terceiro Mundo, um fenómeno classificado como um "verdadeiro holocausto".

A FUNAP reconhece que existem alimentos para garantir a sobrevivência de todos os seres humanos. As últimas colheitas de cereais no mundo alcançaram

um total de 1.500 milhões de toneladas, o que torna teoricamente possível que cada habitante da Terra tivesse ao seu dispor 325 quilos de grãos por ano. Mas, na verdade, existem distorções, como o facto de os Estados Unidos destinarem 9,9 milhões de toneladas de trigo, da sua safra total de 76,5 milhões, para o consumo animal. No caso do milho, nada menos do que 190 milhões de toneladas da safra norte-americana, num total de 212 milhões de toneladas, vão para fábricas de rações para gado.

Ainda segundo as Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) luta, há anos, para conseguir as verbas necessárias para erradicar a malária, que anualmente mata cerca de um milhão de crianças. Tudo o que a OMS necessita equivale a um-terço do custo de um submarino nuclear.

## EUA: troca de embaixadores na América Central

□ A substituição de, pelo menos, três embaixadores norte-americanos na América Central faz parte de uma nova estratégia do Departamento de Estado para reorganizar o jogo de alianças políticas entre os Estados Unidos e os governos regionais alinhados com os seus interesses. Em Washington, a saída do embaixador norte-americano nas Honduras, John Negroponte, é considerada a mais importante, uma vez que o diplomata, no cargo há três anos, está intimamente ligado aos grupos contra-revolucionários responsáveis por



A acção de John Negroponte irritou os militares hondurenhos

ataques contra a Nicarágua.

Negroponte foi também um defensor intransigente do aumento da ajuda militar norte-americana ao exército hondurenho, bem como do apoio incondicional aos ex-guardas somozistas da Frente Democrática Nicaraguense (FDR). O diplomata apoiou ostensivamente a política anticomunista do ex-comandante do exército hondurenho, general Gustavo Alvarez, que, em Março de 1984, foi destituído do cargo por um movimento de jovens oficiais.

Depois da queda de Alvarez, Negroponte passou a ser evitado pelo novo comandante das forças armadas de Honduras, o general Walter López Reyes. As relações entre Honduras e os Estados Unidos entraram numa nova fase aparecendo no lado hondurenho algumas reivindicações de carácter levemente nacionalista. Tanto que o embaixador norte-americano em Tegucigalpa não participa nas negociações entre os dois países visando um novo acordo militar.

Além de John Negroponte, deverão verificar-se modificações nas embaixadas norte-americanas em El Salvador e na Costa Rica. As mudanças estão a ser organizadas pelo secretário de Estado George Shultz, como parte da remodelação a ser posta em prática logo após a posse de Ronald Reagan para um novo mandato presidencial. Os novos nomes a ser escolhidos poderão indicar a tendência predominante no Departamento de Estado norte-americano e se a política de confrontação defendida intransigentemente por John Negroponte será mantida na íntegra.

## Brasil: cresce a violência no campo

□ Com o assassinato do dirigente sindical Eloy Ferreira da Silva, subiu para nove o número de líderes camponeses executados por fazendeiros, no estado de Minas Gerais. Ele foi também o 449 defensor da Reforma Agrária a ser morto no Brasil desde 1980. O crime aconteceu no dia 16 de Dezembro passado, na localidade de São Francisco, no estado de Minas, e os dois principais suspeitos são fazendeiros na região.

Eloy Ferreira da Silva, de 45 anos, era um dos principais dirigentes da campanha dos camponeses sem terra em prol da Reforma Agrária. Antes do crime, já recebera várias ameaças de morte que incluíam dois dos seus nove filhos ainda vivos. Um deles já fora assassinado por camponeses há alguns anos. Na região de São Francisco, os conflitos pela posse de terras começaram na década de 70 e envolveram mais de 230 famílias de camponeses ameaçados de serem expulsos das suas lavouras por fazendeiros.

Em Abril de 1984, o dirigente camponês assassinado recebeu então governador Tancredo Neves a medalha da Inconfidência, a mais importante condecoração do estado de Minas Gerais. Desde as associações de trabalhadores rurais do Brasil protestaram contra o assassinato e exigiram das autoridades policiais a imediata localização dos criminosos para impedir que a violência contra os camponeses sem terra e seus líderes continuem impunes.

## Índia: a tragédia de Bophal questiona as transnacionais

Em 1984, o horror alcançou o seu ponto mais alto em Bophal (Índia) na noite de 2 de Dezembro.

Transformada numa verdadeira câmara de gás branco, a capital do estado de Madhya Pradesh no centro do país, sepultou 2.500 vítimas dos escapamentos de uma substância venenosa de uma fábrica de pesticidas da transnacional norte-americana *Union Carbide*. "Era como estar a respirar fogo", foi o comentário do sociólogo Swapan Saha, que despertou surpreendido por uma profunda dor no peito. Saha é um dos 100.000 habitantes de Bophal que sofreram as consequências do maior acidente industrial da história.

Todos eles — mais de 10% da população da cidade — ficaram com enfermidades permanentes: cegueira, esterilidade, infecções de fígado e rins, tuberculose e lesões cerebrais. O primeiro-ministro Rajiv Gandhi, que deslocou-se imediatamente para a cidade vitimada, ordenou uma investigação judicial a fundo e exigiu da empresa norte-americana uma indemnização adequada para as vítimas da tragédia. Warren Anderson, presidente da *Union Carbide* local, foi detido sob a acusação de negligência criminal, e posteriormente liberado mediante o pagamento de uma fiança de 2.500 dólares. Mas nenhuma compensação reparará a morte nem o dano físico irreparáveis.

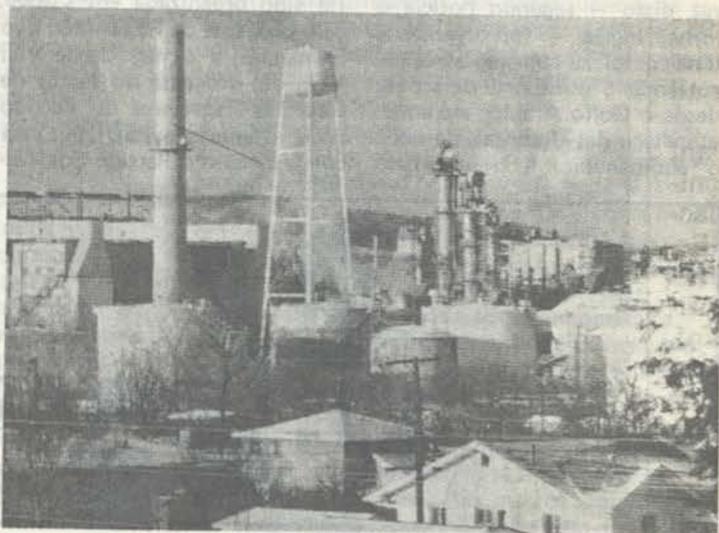
O gás tóxico que semeou a morte é o mesmo empregado pelo exército alemão durante a I Guerra Mundial na frente ocidental. Trata-se do *fosógeno*, um gás incolor que somado à metilamina, forma o composto denominado isocianato de metila, um produto químico típico dos pes-

ticidas de maior potência.

Instalada em 1975, a fábrica da *Union Carbide* foi situada nos arredores da cidade, e não a 20 kms de todo centro povoado como estabelece a legislação da Índia na matéria. Em 1978 começaram a detectar-se os primeiros problemas de contaminação: línguas de fogo surgiram dos depósitos semeando sobre Bophal uma nuvem de fumaça negra. Em 1981, um trabalhador da fábrica morreu como consequência de inalações de *fosógeno*, mas a

repercussão de maior.

Até 1980, a *Union Carbide* importava o gás. Contudo, de acordo com a política da Índia de não depender do exterior para o desenvolvimento industrial nesse sector, a empresa começou a produzir isocianato de metila nas suas instalações locais. A única diferença é que não transferiu para Bophal as severas normas de segurança que aplica nas suas fábricas dos Estados Unidos. Depois do desastre, o governo de Nova Deli procedeu ao encerramento da fábrica e considera-se pouco provável que a *Union Carbide* possa continuar a operar na Índia, em razão do furioso protesto de todos os sectores políticos e sociais contra a



*Union Carbide*: nos EUA respeita severas normas de segurança

companhia não deu explicações e desconsiderou o facto. Dias depois, uma segunda perda de gás deixou gravemente enfermas 24 pessoas, entre trabalhadores e residentes da cidade. Um ano mais tarde, duas chaminés voltaram a vomitar gás sobre os arredores, facto que se repetiu em 1983 e em 1984, quando outro trabalhador morreu de alergia química. Os protestos que se insinuaram sobre os riscos para a segurança da população não tiveram

sua irresponsabilidade empresarial.

Dias depois da tragédia, nos Estados Unidos, 106.455 empregados da transnacional fizeram um minuto de silêncio pelas vítimas de Bophal e o presidente da *Union Carbide*, Alec Flamm, ordenou que a bandeira norte-americana que tremula na fábrica dos Estados Unidos fosse posta a meia haste durante uma semana. Depois do que, continuará produzindo gás.

terceiro mundo - 17

## Moçambique: a RENAMO continua a receber ajuda do exterior

Os grupos armados da organização contra-revolucionária Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) continuam a receber abastecimentos militares apesar do acordo de Nkomati, assinado em Fevereiro do ano passado, e através do qual a África do Sul se comprometeu a suspender todo o apoio ao movimento. Segundo o jornal inglês *Observer*, os abastecimentos não estão a chegar directamente do território sul-africano como aconteceu até recentemente. Em vez disso — segundo noticia o jornal inglês — foi organizada uma complexa conexão aérea envolvendo o transporte de armas, desde o Golfo Arábico até ao arquipélago das Comores, de onde o equipamento é transportado

em aviões menores até ao interior da parte norte de Moçambique.

Ainda segundo informações do jornal britânico, um avião cargueiro *Hercules C-130* faz o voo desde o Médio Oriente até às Comores, um arquipélago governado por um regime ultra-conservador e aliado da África do Sul. De lá, em aviões do tipo *Islander*, o equipamento militar é levado até aeroportos clandestinos na província de Cabo Delgado. A ponte aérea secreta teria sido organizada em Lisboa, pelo dirigente da RENAMO, Evo Fernandes, e o negociante Vali Mamede, dirigente do sector de Relações Exteriores do Partido Social Democrata (PSD), que está coligado com o Partido Socialis-

ta no governo português. Posteriormente, Vali Mamede destruiu a notícia do *Observer*.

Recentemente, o abastecimento clandestino dos contra-revolucionários foi interrompido pois do governo da Tanzânia foram apreendidos quatro portugueses disfarçados de caçadores, e a Tanzânia não permitiu a construção em território tanzaniano de uma pista clandestina de aterragem para aviões portugueses. Há informações de que o abastecimento dos núcleos da RENAMO estaria a ser organizado por grupos de portugueses ligados aos serviços secretos sul-africanos, que até não aceitam os acordos de Nkomati.

Segundo consta o serviço secreto sul-africano teria concordado com a desmobilização da RENAMO no sul de Moçambique, mas exigiu a manutenção de operações terroristas e de sabotagem no norte.



Excursões Nacionais e Internacionais  
Hotéis com transfer In/Out  
Serviço Personalizado e  
Plantão Permanente  
Passagens no Brasil e Exterior

Av. Treze de Maio, 47/2801 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tels.: 262-9473 - 240-9833  
Telex (021) 31.347 JJMT-BR  
EMBRATUR 02.608.00-42-0

## Cone Sul: A unidade, eixo da luta contra as ditaduras

No Uruguai, a democracia triunfa e as forças progressistas avançam. Na Argentina, a democracia e a paz consolidam-se. No Brasil, o candidato das forças democráticas perfila-se como o vencedor da eleição indirecta de 15 de Janeiro.

No Chile, apesar das vigorosas e multitudinárias manifestações contra a ditadura implantada em Setembro de 1973, o regime militar continua de pé, reprimindo a sangue e fogo o protesto popular.

Se nos lembrarmos da situação da América do Sul há uma década, quando todos os países — com excepção da Venezuela e Colômbia — estavam ocupados por regimes militares inspirados na doutrina da segurança nacional, a sequência das mudanças torna-se impressionante. Fica por explicar como a ditadura do general Pinochet, completamente isolada na região, onde todos os seus vizinhos vivem na democracia, conseguiu sustentar-se tanto tempo. Um dos factores que trabalhou a favor do regime foi a divisão dos partidos políticos. Não houve, nesse país andino, uma verdadeira unidade e um plano de acção comum que respondesse a uma discussão prévia entre os dirigentes políticos.

No Chile, o maior partido é a Democracia Cristã, dominada nos últimos anos pela ala progressista. No passado, os núcleos mais moderados e, portanto, os que mais reagiam a um entendimento com a esquerda, eram hegemónicos dentro da DC. Assim, era difícil o acordo num amplo leque que abrangia todas as forças oposicionistas, desde os democrata-cristãos até aos comunistas.

Esse quadro modificou-se positivamente, quando Gabriel Valdés, líder dos sectores mais abertos ao diálogo, assumiu a presidência da DC. Essa oportunidade não foi devidamente aproveitada pela esquerda.

No bloco da esquerda chilena, há tanto partidários

da luta armada como da via pacífica, e mesmo dentro do grupo favorável aos métodos pacíficos, há profundas diferenças. Por consequência, os dirigentes políticos não mostram uma frente unitária. Ao contrário, competem entre si e propõem aos cidadãos caminhos diferentes para combater a ditadura.

Apesar do desconcerto resultante dessa oposição dividida, o povo chileno assumiu a iniciativa. As jornadas de protesto popular que, desde Maio de 1983, mobilizam o país, são convocadas pelas organizações dos trabalhadores. Os partidos políticos aderem, naturalmente, mas estão longe de controlá-las. As vibrantes manifestações transcendem os partidos e adquirem dinâmica própria. Nos bairros periféricos de Santiago, por exemplo, a população dos bairros-de-lata criou as suas próprias organizações para enfrentar a repressão.

A decisão do povo chileno de lutar com coragem é evidente, como atestam as suas numerosas vítimas. A militarização dos centros urbanos e o uso brutal das armas não o calam nem o intimidam. Cada manifestação de protesto demonstra, sem dúvida alguma, que a imensa maioria dos cidadãos repudia o regime militar. A eficácia do movimento popular seria, no entanto, bem maior se ele fosse encabeçado por um comando unitário. Se isso acontecesse, seria difícil para o general Pinochet continuar no poder. O Cone Sul da América não apresenta condições para a luta armada. Os seus processos históricos pouco ou nada têm em comum com os da América Central. É isso o que demonstra a experiência recente, por certo muito dolorosa. No Uruguai, na Argentina e, em menor dimensão, no Brasil, surgiram movimentos guerrilheiros que, nos dois primeiros países, chegaram a adquirir importância e desferiram golpes espectaculares. Posteriormente,

no entanto, fracassaram militarmente e os protagonistas que sobreviveram tiveram que rever as suas posições de outrora. Nas três nações mencionadas, nenhuma formação prática, hoje em dia, a luta armada e existe um amplo consenso entre as forças mais avançadas sobre a necessidade de disputar maiores espaços políticos no quadro democrático.

É paradoxal que, no Chile, onde no passado essa forma de combate teve raízes fracas, ainda subsistam partidários da insurreição armada. Como as condições são adversas, essa postura teórica tem pequena aplicação prática. O governo ditatorial, porém, tem interesse em afirmar que existe o perigo de uma "insurreição comunista" para aterrorizar as classes elevadas e tornar o exército coeso. Para isso, projecta uma imagem agigantada desse adversário, usando os meios de comunicação de massas, submetidos a um rígido controlo. O problema da unidade não diz respeito apenas àquela divergência estratégica. Entre aqueles que concordam em resistir por métodos pacíficos, há discrepâncias difíceis de entender e que, em todo caso, deveriam subordinar-se em função da luta contra o inimigo principal.

É um facto concreto que, nos demais países que se libertaram dos regimes da segurança nacional, as forças políticas — ao conservarem intactas as suas particularidades ideológicas e programáticas, como não poderia deixar de ser — não mostraram divergências tão manifestas como no caso chileno. Dito de outra forma, a disputa interpartidária não impedia a convergência na luta contra o inimigo comum.

Naquilo que se refere às forças progressistas, talvez o exemplo mais claro dessas afirmações seja o caso uruguaio.

A Frente Ampla é a coligação dos partidos de esquerda e, de um ponto de vista ideológico, a sua composição é mais complexa que a do seu homólogo chileno. De facto, na Frente Ampla uruguaia coexistem democrata-cristãos e marxistas, não obstante estes últimos estarem separados em vários partidos. No âmbito daquela que tinha sido a Unidade Popular chilena, não há democrata-cristãos.

A Frente Ampla enfrentou momentos difíceis, como a proscrição do seu candidato presidencial, general Líber Seregni, e a proscrição do Partido Comunista. Mesmo assim, não só se manteve coesa como estabeleceu também formas de coordenação com os dois partidos tradicionais, Blanco e

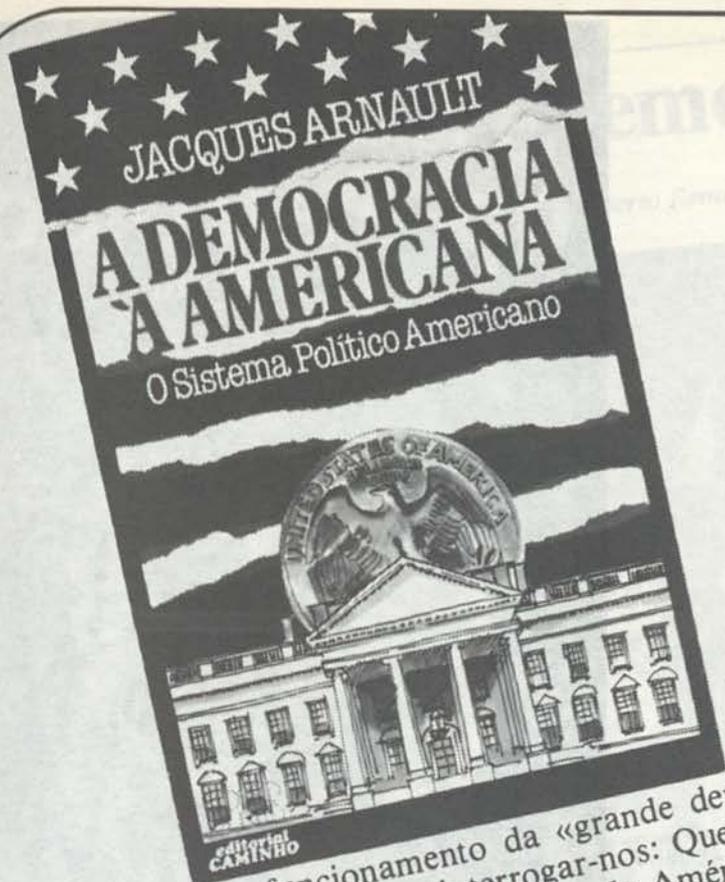
Colorado.

Isso fez com que houvesse uma relação directa entre as convocações populares e o seu comando. Os dirigentes não ostentavam apenas uma frente unificada nas reivindicações fundamentais contra o regime — cada vez mais isolado, perplexo e dividido — como também podiam atribuir para a plena e directa representação das multidões que inundavam as ruas de Montevideo para mostrar sua rejeição da cúpula militar.

Cabe também destacar que o comportamento das forças progressistas se mostrou correcto e teve um resultado extraordinário. Os partidos de esquerda sofreram a repressão numa medida muito superior à das colectividades democráticas tradicionais. Os seus dirigentes foram fisicamente aniquilados, encarcerados, exilados. Como resultado disso, nos 11 anos de ditadura, estiveram impedidos de actuar e, além do mais, na campanha eleitoral, uma parte desses quadros não pôde participar por se encontrar no exílio ou na prisão. Se somarmos a isso as proibições que abalaram, talvez tivesse parecido natural que a Frente Ampla perdesse uma percentagem não muito pequena em relação às eleições de 1971, realizadas num quadro de liberdades políticas. Aconteceu o contrário: em 1971, a Frente Ampla obteve 18% dos votos e, em 1984, aumentou para 21,7%.

Em política, as analogias não têm um valor absoluto e, por outro lado, nesse processo, contam-se outros factores. Tanto no Brasil como na Argentina e no Uruguai, houve, no seio das forças armadas, alas internas que divergiam entre si. Não tinham um chefe que se impusesse às distintas facções e, mediante o sistema de reformas, as cúpulas militares foram-se renovando. Pinochet, em compensação, é um caudilho nos moldes franquistas. Afastou todos os oficiais que poderiam disputar com ele a influência sobre o exército e manda sem oponentes, perpetuando-se como comandante.

Não há dúvidas de que esse controlo, total e autoritário, da corporação militar, é um elemento chave que diferencia o caso chileno no Cone Sul. Isso, exactamente, que exige uma maior unificação por parte da resistência contra a ditadura. Quanto maior o desafio, mais monolítico deverá ser a resposta. Afinal de contas, as divergências entre os partidários da democracia chilena são coisa pouca em comparação com o abismo que as separa do regime militar.



Ao estudar o funcionamento da «grande democracia americana» somos levados a interrogar-nos: Quem governa na verdadeiramente os Estados Unidos da América? As respostas dos representantes do bigbusiness às perguntas de Jacques Arnault são esclarecedoras.

# editorial CAMINHO

na estrada do futuro

# O Mundo do Petróleo

Pablo Piacentini



Tricontinental Editora  
edição  
terceiro  
mundo

ESC. 480\$00

Desconto especial  
de 20% para  
assinantes de CADERNOS  
DO TERCEIRO MUNDO

Estudos dos principais aspectos económicos, estratégicos e políticos do combustível que condiciona o sistema industrial contemporâneo.

Origens, resenha histórica, situação actual, perspectivas

Uma Edição da  
TRICONTINENTAL EDITORA, LDA.

Calçada do Combro, 10-1.º  
Telef. 320650/320751  
1200 LISBOA

# A reconquista da democracia

*Carlos Núñez, Eduardo Varela e Roberto Remo*



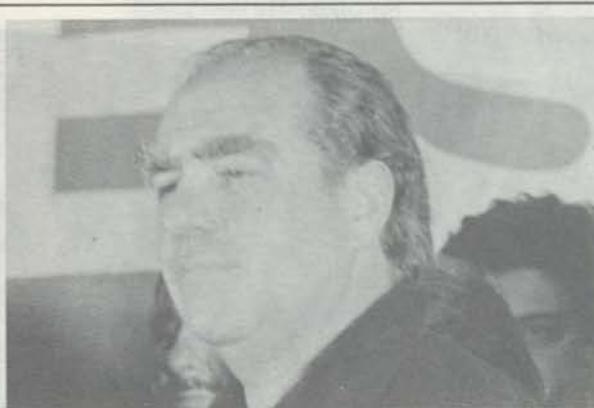
Depois da avalanche eleitoral de 25 de Novembro passado, os partidos uruguaios e a grande massa dos eleitores enfrentam agora a difícil tarefa de reorganizar um país desestruturado por 11 anos de ditadura militar. Começa um período em que a complexidade dos problemas exige um consenso mas, ao mesmo tempo, há em evidência divergências de fundo sobre o tipo de sociedade que cada grupo político quer construir. Abre-se todo um campo novo, cheio de desafios e apenas com uma certeza: a de que somente conseguirá crescer o sector que melhor reflectir a aspiração de mudança revelada pela maioria do eleitorado uruaio.

# Os problemas de Sanguinetti

A 25 de Novembro de 1984, pelo menos 90% dos uruguaios aptos a votar (um total de 2,1 milhões de cidadãos) passaram finalmente a sua certidão de óbito à ditadura militar instalada no poder desde 1973. A validade dessa conclusão — tanto mais reveladora se considerarmos a previsível dispersão dos sectores minoritários, complacentes com o regime militar, que capitalizaram os restantes 10% — está baseada no facto de que a taxa de abstenção (cerca de 12%) abrange a rigor eleitores em potencial exilados, presos ou proscritos que, sem dúvida, teriam endossado, se tivessem podido fazê-lo, o esmagador veredicto antidi-tatorial.

Poucas vezes como nesse caso, os números — com frequência, ambíguos ou, pelo menos, escorregadios, — adquirem um claro significado. Em 1980, com uma percentagem semelhante de comparecimento às urnas, 57,2% dos eleitores negaram a sua aprovação ao projecto de reforma constitucional proposto pelo regime, que implicava, entre outras coisas, perpetuar o poder militar no âmbito das decisões políticas do Estado. Dois anos mais tarde, nas eleições internas dos partidos então permitidos (Partido Colorado, Partido Nacional e União Cívica), apenas 200 mil votos, num total de quase 1 milhão e 250 mil, representaram um apoio aos sectores mais próximos do regime. As eleições gerais do dia 25 de Novembro do ano passado, acabaram por dissipar todas as dúvidas e toda a eventual especulação: independentemente da sua opção por um outro sector partidário, a população uruguaia votou quase unanimemente contra a ditadura militar.

24 - terceiro mundo



*O presidente eleito nas últimas votações não só vai herdar a crise económica mais séria da história recente do país, como terá de negociar problemas como a amnistia e os salários, para não falar do desafio de tornar irreversível o regresso dos militares aos quartéis*

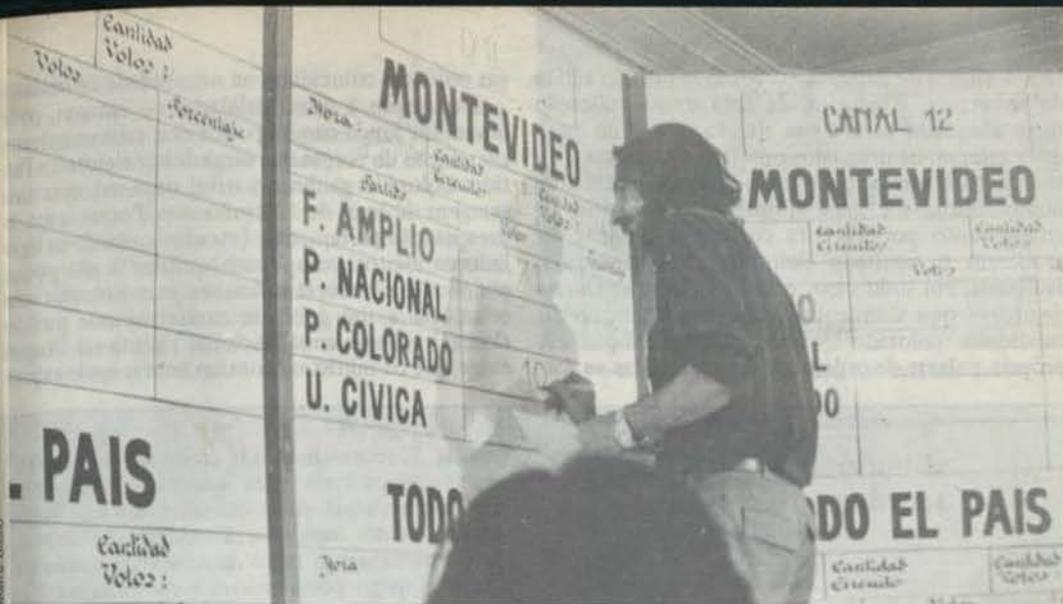
Continuismo ou prudência?

Tecnicamente reconhecendo todos os partidos envolvidos, essas condições foram limitadas de maior regularidades. Sem dúvida, porém, o processo prévio de negociação em si, esvaziado por mil e uma formas de manipulação e interferência governamentais. Um exemplo mais claro nesse sentido foi o do, obviamente, a prisão de Wilson Reira Aldunate e a proscricção de Luis Seregni, o que impediu o Partido Na-

cional e a Frente Ampla de lançarem os seus "condatos naturais" à presidência da República. A reautorização política da própria Frente, de carácter parcial — o Partido Comunista e outros grupos de esquerda, além de mais de cinco mil membros *frente-amplistas*, continuaram impedidos de votar ou ser votados —, constituiu também uma flagrante limitação à participação em igualdade de condições de todos os partidos no acto eleitoral.

A manipulada propaganda que cercou todo o processo do regresso, julgamento e prisão de Reira Aldunate, e aquela que — uma espécie de verdadeiro terrorismo verbal — foi orquestrada para apresentar o Partido Comunista, e a Frente Ampla em geral, como responsável pela violência vivida no país uma década atrás, desempenharam também seu papel na campanha. Também foram expostas, de uma ou de outra maneira, pelo Partido Colorado, apesar do seu declarado propósito de manter a unidade da frente oposicionista.

Mas as regras do jogo surgidas do chamado "Acordo do Clube Naval" — resultado da negociação entre os comandos militares e representantes do Partido Colorado, da Frente Ampla e da U-



Balço geral: uma expectativa que terminou na madrugada do dia seguinte, com nítida vantagem do Partido Colorado

Cívica, que abriu o caminho das eleições — foram, de facto, aceites por todos, inclusive pelo Partido Nacional, que se havia marginalizado dessas negociações e que baseou uma boa parte da sua campanha eleitoral em ataques contra o “pacto”.

É inegável que, em tal contexto, a candidatura de Julio María Sanguinetti aparecia com maiores possibilidades de vitória frente às demais forças. O próprio Ferreira Aldunate, em carta enviada ainda da prisão, se referiu ao acordo do Clube Naval como “pacto Medina-Sanguinetti” (em alusão ao mais conhecido dos negociadores militares, o general Hugo Medina, comandante-em-chefe do exército). E outros dirigentes “blancos” — como são chamados popularmente os membros do Partido Nacional — alegaram reiteradamente que a vitória do candidato “colorado” representaria um “continuismo” do regime.

Outro factor que eventualmente distorceu a decisão popular foi apenas insinuado pelos “blancos”, mas não seria de todo desprezível, embora admita ângulos por demais polémicos: trata-se do voto dos efectivos policiaes e militares. Os soldados profissionais adquiriram o direito de voto por disposição da Constituição de 1967 (e efectivamente já haviam exercido esse direito nas eleições nacionais de 1971); posteriormente, o próprio regime assegurou que os componentes das chamadas forças conjuntas — forças armadas mais polícia — não participariam em futuras eleições. No fim de contas, porém, os regulamentos eleitorais ditados pelo governo militar restituíram aos efectivos armados o direito de voto, o que deu margem a não poucas especulações sobre o seu eventual peso em favor do Partido Co-

lorado, particularmente do seu sector mais conservador, liderado por Jorge Pacheco Areco. Pela legislação eleitoral vigente no Uruguai, (a sublegenda), Pacheco somava os seus votos ao Partido Colorado (incidência que bem poderia ter sido decisiva na perda da Câmara Municipal da capital pela Frente Ampla, por uma diferença de apenas 18 mil votos).

Os ataques contra a Frente Ampla, que davam particular peso à sua suposta conivência com sectores “violentistas” (denominação aplicada à chamada “sedição” do MNL-Tupamaros) não chegou a atingir níveis parecidos com os de 1971, para desgosto de muitos caçadores de bruxas. Para essa limitação, contribuiu uma maior maturidade da opinião pública, menos disposta do que anteriormente a dar credibilidade a tais acusações. “Onze anos de ditadura — afirmou um comentarista — ensinaram as pessoas de que lado vem realmente a violência”.

Porém, também foram decisivas, a esse respeito, a atitude “pacífica e pacificadora” definida e assumida pelo general Líber Seregni, desde o momento em que foi posto em liberdade, tanto quanto as declarações do líder tupamaro Raúl Sendic. Do presídio de *Libertad*, Sendic divulgou a sua opinião, através do seu irmão, no sentido de que “a situação não é a mesma de há 12 anos”, e por isso “devemos integrar-nos na luta política”.

#### Correlação de forças e acordos

Porém, mesmo tidos em conta os condicionais apontados, todos os sectores reconhece-

ram a vitória de Sanguinetti como expressão válida da soberania. É que talvez haja uma explicação mais adequada para a sua eleição, acima de qualquer reserva: os uruguaios optaram por deixar a ditadura para trás pelo caminho aparentemente menos conflituoso e mais "prudente" (um conceito citado tanto por Ferreira como por Seregni, ao avaliarem o resultado eleitoral). Essa conclusão, avalizaria, em todo caso, como acertada a palavra-de-ordem que dominou a campanha eleitoral do candidato "colorado": "uma mudança em paz". A própria palavra-de-ordem indica que todas as for-

ças políticas coincidiam na necessidade de mudança. Do slogan à dura realidade, no entanto, não há um longo caminho. Por ora, cabe examinar a correlação de forças que surge dessas eleições: o Partido Colorado ganhou, a nível nacional, com uma margem de mais de 100 mil votos. Porém, a sua apresentação parlamentar (mesmo somando os deputados eleitos pelo "pachequismo") não por si só, a maioria suficiente para sustentar a estratégia e um gabinete exclusivamente partidários. (O sistema constitucional vigente no Uruguai exige que os ministros contem com o apoio exp-

## Sanguinetti e Ferreira: acordos e desacordos

□ Embora não sejam já as únicas, o Partido Colorado e o Partido Nacional continuam a ser duas forças decisivas na vida política uruguaia. A espectacular vitória do primeiro e a quase derrota do segundo nas eleições de 25 de Novembro do ano passado poderiam antecipar dois tipos de situações: o acordo tácito ou exposto, em alguns casos, ou o confronto explosivo, noutros. Ambas as possibilidades podem ser observadas através das respectivas opiniões dos seus líderes (Julio María Sanguinetti, o presidente eleito, e Wilson Ferreira Aldunate) sobre alguns temas que não podem ser ignorados no futuro imediato do país. Noutras páginas desta mesma edição, podem ser encontradas as opiniões expressas pelo líder da terceira força política importante na cena uruguaia, Liber Seregni, presidente da Frente Ampla, sobre esses temas.

### Consenso

#### Sanguinetti:

(...) Pensamos que uma oposição sistemática ou uma situação de confronto demasiado duro entre os partidos seria enfraquecer a democracia. Acreditamos na política de consenso, buscamos no entendimento todos os esforços para chegar às coincidências que pudermos alcançar. E nós, os quatro candidatos à presidência na disputa eleitoral, assinámos uma declaração, a 16 de Novembro, na qual fazemos um balanço dos nossos acordos e expomos também alguns desacordos que naturalmente existem. (...) O consenso terá que ser, já, uma modalidade da gestão do Estado, ou seja, uma participação activa dos diversos sectores empresariais, sindicais ou sociais num âmbito institucional do Estado.

#### Ferreira:

(...) Procuraremos um consenso, sim, senhores! Faremos tudo para que o governo seja unidade nacional, sim, senhores! Mas não haverá entendimento, nem haverá unidade connosco para a obtermos, o custo da crise tiver que ser o mesmo pago pelos pobres e necessitados. Não haverá entendimento nem haverá unidade connosco se, para a obtermos, tivermos que aceitar que o país se submeta de joelhos a ditames impostos por políticas económicas recessivas, que signifiquem o aumento da dependência da pátria e da miséria do povo. E não haverá unidade nem entendimento connosco se, para a conseguirmos, tivermos que supor que as prisões continuem com as grades fechadas, impedindo a liberdade de muita gente que está encarcerada por ter pensado de maneira diferente.

### Amnistia

#### Sanguinetti:

(...) Uma Lei de Amnistia deve abranger a todas as pessoas que, embora pertencendo a organizações guerrilheiras que, por meio da violência, pretendam a destruição das instituições democráticas antes de 1973, possam estar abrangidas pela Lei de Amnistia desde que não tenham cometido delitos contra a pessoa humana, delitos de sangue, homicídios ou outro tipo de situações. A diferença que existe entre os partidos baseia-se na última situação. (...) Deve haver um tratamento especial que considere quem recebeu maus tratos e quem, durante todos esses anos, não foi tratado como um preso comum, conforme manda a Constituição e a Lei. Mas essa situação deve ser tratada como um acto de generosidade da sociedade, que pode levar a um indulto, mas não como um acto de esquecimento da sociedade que pode levar à eliminação de um delito que realmente existiu.

#### Ferreira:

(...) Nós vamos votar — e sabemos que não

so do Parlamento.)

Em assuntos tão discutidos como a amnistia, por exemplo, os votos, no Congresso, de "blancos" e frentistas somados podem, se não impor os seus critérios, pelo menos travar uma dura batalha nas duas câmaras. E ainda restaria considerar outra vertente de expressão e pressão políticas que, neste Uruguai renascido para a participação popular, adquiriu já uma transcendência decisiva: a mobilização e a actividade militante, que constituem as armas básicas da Frente Ampla e, em certa medida, do Partido Nacional.



Ferreira, pouco depois de recuperar a liberdade

mos ser somente nós a votar — uma amnistia geral e irrestrita. Isso de "libertar os presos por lutarem" já seria excelente, mas a coisa vai muito mais além. É preciso libertar os que foram presos por lutar, os presos que tinham um primo que lutou, os presos por equívoco e os presos... (...) E ainda me vêm dizer que o remédio da justiça não é a amnistia? Que a amnistia só poderá ser aplicada àqueles que não tenham cometido delitos de sangue? Mas afirmar isso é dizer que não haverá amnistia para ninguém, porque se alguém não cometeu delito de sangue, como pode estar preso há 14 anos? (...) Então, nesse assunto, é necessário optar. E optar de forma muito clara: é a amnistia ou é a mentira. (...) E nós vamos fazer ao governo o maior dos favores: vamos tratar de construir a maioria parlamentar que contará, naturalmente, com a nossa cooperação e com a de outros sectores da vida nacional para que o novo governo inicie a sua gestão sem presos políticos, sem os presos da vingança, com as pessoas em liberdade. Ninguém pôde jamais elaborar o destino nacional com base na prisão de pessoas, quaisquer que sejam as circunstâncias.

### Regulamentação sindical

Sanguinetti:

(...) O país deve dar a si próprio um estatuto que consolide a vida sindical, que reconheça o foro sindical, que ampare e proteja o que é esse sector tão importante da vida institucional. (...) Se os partidos políticos têm uma regulamentação legal das suas vidas (...), não há qualquer razão para que não ocorra o mesmo com a vida sindical. Não imaginemos o sindicato como uma instituição marginalizada dentro da sociedade, mas como algo que, por direito próprio, exerce um conjunto de direitos que implicam, naturalmente, obrigações. (...) Pensamos que o facto de haver garantias democráticas na vida interna dos sindicatos não poderá preocupar nenhum sindicalista.

Ferreira:

(...) Não estou convencido da necessidade de regulamentar a vida sindical. Cada vez que se tentou, chegou-se a um fracasso, porque não se pode limitar o facto social a uma regulamentação. Claro que é bonito afirmar que a greve só é válida se for declarada pela maioria, obtida mediante votação secreta. Mas se não for dessa maneira e mesmo assim a greve ocorrer, a greve está aí e não se pode suprimi-la porque a lei a declara ilícita, porque essa é a realidade social. Aqui, já temos experiência disso.

### A Crise

Sanguinetti:

(...) Devemos prevenir-nos contra a hiperinflação. Fazer aumentos nominais de pensões e salários, acima das possibilidades de reactivação económica, serão simplesmente aumentos que, num primeiro momento, parecerão beneficiar o salário real, mas depois, vão acarretar a sua queda. (...) Não estou a expor o clássico dilema de crescer primeiro e distribuir depois, porque isso é uma falácia que tantas vezes se montou e não significou nada. O que digo é que é preciso entender que a distribuição sem crescimento pode ser simplesmente distribuição equitativa da miséria ou uma mera ilusão.

Ferreira:

(...) O país não terá destino se não perceber que tem de modificar profundamente o seu mecanismo produtivo para enfrentar a maior crise da sua história. E que a crise económica está acompanhada de uma crise social que não é já apenas de uma intensidade desconhecida, como aumentará também vertiginosamente com o passar dos dias e dos meses e, talvez, dos anos. (...) Eu acho que todos os partidos políticos do país esqueceram, ao esboçarem as suas táticas e a sua estratégia eleitoral, a profundidade da crise que está a atingir o país. Tenho a certeza de que fomos os únicos que atribuímos à crise uma profundidade tão tremenda, que põe o país à beira de um vulcão.

Não se trata, com certeza, de vaticinar confrontações nem prever conflitos. Tirar o Uruguai da grave crise em que se acha mergulhado só pode ser tentado a partir de uma unidade básica das forças políticas e sociais. O próprio Julio María Sanguinetti se apressou a ratificar, uma vez conhecido o resultado das eleições, o seu propósito de integrar um governo de "unidade nacional", e tanto o Partido Nacional como a Frente Ampla (com reservas por parte de Seregni, em relação à expressão usada pelo presidente eleito) declararam já a sua disposição de colaborar com o novo governo. Isso não significa, necessariamente, ocupar cargos públicos, como anunciaram certos cronistas políticos. O sector de Pacheco Areco, por sua vez, divulgou a sua vontade de "fortalecer a unidade partidária", o que, no seu caso, significaria, com toda a certeza, uma forma qualquer de partilha de postos.

De facto, a procura de acordos para levar por diante uma acção unitária de governo começou a ser orquestrada muito antes das eleições: primeiro, com a *Multipartidária* (na qual a Frente Ampla se integraria desde a libertação de Seregni e da qual se marginalizaria o Partido Nacional, em consequência da negociação com os militares decidida pelas forças restantes); posteriormente, através do chamado "Acordo Nacional Programático" — popularizado pela sua sigla, CONAPRO — no qual, aos sectores políticos se somaram representantes sindicais do PIT-CNT (a central sindical uruguaia), delegados dos sindicatos patronais, dos estudantes centralizados na ASCEEP-FEUU, da FUCVAM (cooperativas de habitação) e do Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ).

Os acordos concretos conseguidos antes do dia

25 não foram muitos nem espectaculares, mas o simples facto de se sentarem, em torno de uma mesa, sectores de interesses e posições tão díspares sobre assuntos substanciais para a vida do país, saudado como auspicioso por todos os participantes e pela opinião pública uruguaia. Nesse quadro, as conversações entre sindicatos e associações patronais, em termos de ajustes salariais, chegaram a um ponto morto, interrompendo-se durante dias imediatamente anteriores e posteriores às eleições. Confia-se agora que possam vir a ser retomadas.

### As divergências económicas

A posição dos "colorados", em matéria económica, aponta para o impulso à produção com vista a incrementar as exportações, como forma de conseguir uma reactivação económica capaz de travar a inflação e recuperar o valor aquisitivo dos salários. Esse impulso produtivo, no entanto, só poderá ser conseguido — e Sanguinetti disse isso com todas as letras — à custa de se aumentar ainda mais a dívida externa. Por sua vez, a Frente Ampla defende o reajuste imediato dos salários, que permita chegar-se à reactivação através de um aumento do consumo interno e um consequente incremento da produtividade. Da parte dos "blancos", cabe citar a recente declaração de Ferreira Aldunate no sentido de que não acompanhará medidas de reactivação que permitam "fazer pesar as consequências da crise sobre os mais necessitados".

Se o tema económico é um dos principais elementos na procura de um consenso (os economistas do CONAPRO, diz-se, concordam com o diagnóstico

## A política externa do novo governo

### Sanguinetti e o Terceiro Mundo

"Nós temos defendido uma política activa de relações com todos os países do Terceiro Mundo com os quais temos mantido relações históricas e com os quais vamos manter relações no futuro. O ingresso ou não no Movimento dos Países Não-Alinhados dependerá de circunstâncias ainda não definidas neste momento. Não há dúvida nenhuma de que a causa dos países do Terceiro Mundo nos diz respeito, basicamente a partir da integração da América Latina, que para nós é um objectivo absolutamente prioritário e fundamental."

### Sanguinetti e a CEE

"Para nós, é fundamental a relação com a Comunidade Económica Europeia e com os países da Europa. Não há dúvida alguma de que eles são o nosso principal cliente: a nível individual, o principal cliente do Uruguai é a Alemanha Federal; a nível colectivo, é a Comunidade Económica Europeia. Mas também é o nosso principal cliente corrente. Por exemplo, quando a América Latina exporta 200 milhões de lactínios e temos de enfrentar a concorrência da CEE. Dir-me-á que eles têm o direito de defender os seus lactínios e eu compreendo-o. O que eu digo é que é preciso defender o direito dos nossos produtores de lactínios e que nós somos uma área subdesenvolvida do mundo e os países da CEE são uma área desenvolvida. (...) Nós somos exportadores de produtos primários e a Comunidade é exportadora de produtos de alto nível tecnológico."

co e com os objectivos, mas diferem quanto aos instrumentos), o mesmo se passa com o problema da libertação dos presos políticos. O Partido Nacional e a Frente Ampla referem a necessidade de se conceder uma amnistia geral e irrestrita. O Partido Colorado sustenta que a amnistia só deveria abranger os detidos "por ideologia" e não os responsáveis por "delitos de sangue", os quais se veriam beneficiados, paulatinamente e de forma individual, pelo indulto ou graça, cuja concessão é faculdade exclusiva do presidente da República. As consequências dessa disparidade de opiniões podem resultar tão explosivas, que inibem qualquer tentativa de uma antecipação aos acontecimentos.

### O peso das forças sociais

Dua semanas depois das eleições, uma proposta de Sanguinetti chegou a encrespar um pouco as águas sobre as quais o consenso procura navegar: ao passar a "institucionalizar o consenso", defendia-se que a Mesa Executiva do CONAPRO fosse composta exclusivamente por representantes partidários, com um segundo nível, no qual participariam também os actuais membros da Mesa, sindicatos e patrões, relegando finalmente, para "comissões de consulta", os representantes dos estudantes, cooperativas e de organizações de direitos humanos. Perante a oposição da Frente Ampla e do Partido Nacional, chegou-se finalmente a um acordo, segundo o qual é mantida a estrutura actual, integrando uma espécie de "multipartidária" paralela, exclusivamente política, no mesmo nível da Mesa Executiva.

Segundo alguns observadores, a proposta teria revelado a inquietação de Sanguinetti de que a autoridade política lhe escape das mãos ou acabe por ser posta em causa pelas forças sociais integradas no próprio CONAPRO.

Esse dilema, entre a necessidade de contar com um consenso político e, simultaneamente, o temor das consequências que este possa ter, é talvez a mais aguda das contradições internas que o candidato vencedor terá de enfrentar em dias futuros.

### As recomposições internas

Na hora das avaliações do resultado eleitoral, não seria apenas Sanguinetti que teria de se ver às voltas com problemas que requeriam uma solução urgente.

Os analistas estão de acordo em apontar que, a nível do Partido Nacional, a experiência pré-eleitoral e o resultado das eleições constituíram experiências indiscutivelmente traumáticas. Ao sair, finalmente, da sua prisão, do quartel da localidade de Trinidad, Wilson Ferreira Aldunate deparou com uma realidade ambivalente: um partido que



As ruas de Montevideo mudaram com a proximidade das eleições. Agora, o presidente eleito enfrenta vários desafios

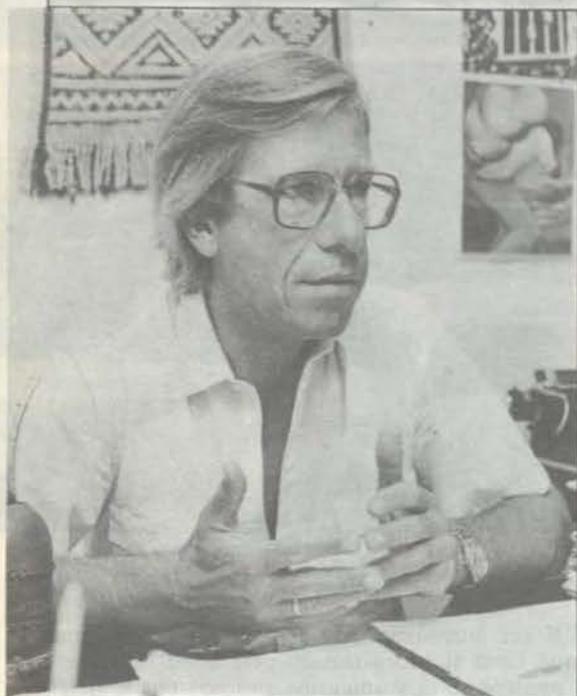
lhe era incondicional e fervorosamente fiel, mas que havia ficado dizimado pela oposição entre a "prudência" dos uruguaios ansiosos por se desfazerem sem dor da ditadura e o aparente radicalismo dos seus representantes na condução política dos "blancos".

O dirigente assumiu o desafio: "perdemos a direita" admitiu, mas "estamos na rua". Wilson prometeu o seu apoio ao governo eleito, mas procurou delinear, uma vez por outra, alguns limites e condições desse apoio.

Ferreira parece enfrentar uma alternativa bastante difícil: se "perder a direita" e buscar o apoio de alguns sectores da base da Frente Ampla, isso implicará assumir, em todos os sentidos, uma opção radicalizada para a esquerda e terá que tra-

## Uma interpretação da proposta económica do Partido Colorado

□ Numa análise, para *cadernos do terceiro mundo*, das propostas do partido que assumirá a direcção económica do país, a partir de Março de 1985, sob a presidência de Julio María Sanguinetti, Danilo Astori, membro da equipa de economistas ligados ao general Seregni, ex-decano da Faculdade de Ciências Económicas e assessor de organismos das Nações Unidas, declarou que o programa do Partido Colorado mostra um projecto de país onde "se pretende tirar o Uruguai da sua estagnação sem introduzir qualquer mudança estrutural".



Astori: "insiste-se em soluções fracassadas"

"No sistema financeiro e no mercado de câmbio, onde mais se deveriam introduzir reformas substanciais, o Partido Colorado propõe-se recorrer a controlos do Banco Central, que já estiveram em vigor e não foram eficazes para evitar o processo de estrangeirização progressiva e cada vez mais profunda da actividade financeira. Mais: esses controlos acabaram por se transformar num veículo claríssimo de fuga de capitais para o exterior. Na questão salarial e de emprego, que foi

o que mais se deteriorou nos últimos anos, existem no programa propostas claras: só se fala nos seus documentos, da reactivação produtiva e da expansão do emprego dando-se ênfase ao aumento da exportação, como pré-requisito a qualquer plano de recuperação do poder de compra dos salários. Quanto à dívida interna e externa, tão-pouco se definiram linhas precisas sobre o tratamento a dar-lhe. Não vi qualquer documento do Partido Colorado que coloque a dívida como consequência e não como restrição prévia à reactivação interna. Anteriormente, os seus técnicos e políticos trataram sempre o tema da dívida interna como uma restrição a priori a qualquer possibilidade de recuperação."

### Os entendimentos e o programa

"Nos compromissos assumidos com os demais partidos políticos e organizações sociais e sindicais, o Partido Colorado concordou em dar prioridade ao tema salarial, à necessidade de ter taxas de juros positivas e não as altíssimas que o país suporta hoje em dia; concordou em eliminar movimentos especulativos de capital originados na manipulação de divisas no campo interno e internacional, assim como também aplicar critérios selectivos para a dívida interna e condicionado o tratamento da dívida externa aos programas de reactivação."

"Mas, no seu programa, não existem medidas que possam assegurar o cumprimento do que foi resolvido em acordo. Talvez seja ainda muito cedo para afirmar isto. O país está a viver uma etapa de contactos permanentes a nível da cúpula política e, além disso, a composição do parlamento impõe certo realismo à gestão de Sanguinetti."

### A interpretação da crise

"Para alguns sectores políticos do país — entre os quais uma boa parcela do Partido Colorado — a ditadura sobrevive no Uruguai por motivos muito diferentes das que o movimento popular considera. Não há, por exemplo, nessa interpretação, um encadeamento entre a ditadura e a crise do país a longo prazo. Esses sectores aceitam, na verdade, uma relação causa-efeito mais conveniente, deturpada e parcial e, portanto, equivocada, entre a ditadura e o antagonismo social. Com essa interpretação do fenómeno autoritário, uma força política como o Partido Colorado, naturalmente defende no seu Programa de Princípios, a construção de um futuro que, em grande parte significa o regresso a soluções fracassadas." (E. V.)



Instantâneo do comício que marcou o fim da campanha eleitoral da Frente Ampla, agora convertida na segunda força eleitoral de Montevideo

var a sua batalha contra a Frente, procurando captar novos militantes no mesmo terreno que ela. De facto, uma concorrência dessa natureza seria, sem dúvida, uma ajuda imponderável para Sanguinetti, (pois deixar-lhe-á todo o resto do leque político ao seu dispor). Talvez uma ajuda muito maior que a promessa de facilitar-lhe a "governabilidade" do país.

Por mais que desagrade, ao líder do Partido Nacional, essa concorrência não parece preocupar excessivamente a Frente Ampla: os seus problemas são outros. O primeiro que os *frente-amplistas* tiveram que neutralizar foi a decepção e o eventual desânimo dos seus militantes pelo facto de terem perdido a Câmara Municipal de Montevideo, meta que já consideravam segura. Mas a Frente Ampla obteve 400 mil votos (100 mil mais que em 1971, apesar de ter sido duramente golpeada durante uma longa década e reaparecido publicamente apenas três meses antes das eleições) e constituiu-se na segunda força eleitoral em Montevideo, além do seu significativo crescimento no interior do país, um ambiente conservador que não lhe é, naturalmente, propício.

O seu objectivo imediato terá de ser, sem dúvida, transformar aquela apenas aparente frustração eleitoral numa dinâmica militante que encontrará o seu campo de acção natural nos Comitês de Base, a "arma secreta" da Frente, através de uma efectiva participação que não se limite aos períodos eleitorais. A representação das bases na direc-

ção da Frente Ampla teria de ser instrumentada — como reconhecem todos os sectores integrantes da coligação — a partir das conclusões saídas do Encontro de Comitês de Base, realizado a 15 e 16 de Dezembro do ano passado.

Mas há outra necessidade que diz respeito à própria direcção: no momento da sua fundação, o Plenário da Frente instituiu-se com base em representações com uma determinada quantidade de votos para cada força, segundo critérios de representatividade política que eram, em boa medida, impossíveis de ser comprovados. Tendo em vista os resultados das eleições de 1971, foi nomeada uma comissão encarregada de rever a estrutura organizadora da coligação e a representatividade dos seus integrantes. Essa comissão, que obviamente não conseguiu atingir os seus objectivos nas novas e duras circunstâncias criadas pelo golpe de Estado, deverá reiniciar agora o seu trabalho.

O desafio maior, no entanto, consiste agora na coordenação, a nível nacional, de todas as forças políticas, com o objectivo de tirar o país da prostração, sem com isso renunciar ao projecto de mudanças em profundidade nas estruturas económica, social e política. A forma como esse objectivo será alcançado (e não apenas a nível da Frente, mas de todos os outros sectores) poderá enterrar definitivamente a ditadura, que já foi mortalmente ferida depois da avalanche de votos do dia 25 de Novembro de 1984. E terá que ser um enterro com todas as honras. (C. N.)

## O papel da Frente Ampla

**P**ouco depois das eleições de 25 de Novembro, o ex-general ("ex" por decisão do regime, embora todos continuem a chamar-lhe general, mais expressivamente "o general do povo") Liber Seregni conseguiu abrir um espaço na sua agenda cheia para atender *cadernos do terceiro mundo*. A entrevista não só serviu para traçar um balanço das eleições e dos seus resultados do ponto de vista da Frente Ampla (coligação da qual Seregni é presidente e candidato natural, proscri- to por decisão da chamada Justiça Militar), mas também para avançar no exame de alguns temas e movimentos políticos que deverão pautar a vida do Uruguai nos próximos meses.

### *Como avalia as eleições?*

— As eleições foram uma festa, que começou 24 horas antes. O povo sentiu que estava a viver um momento histórico transcendente e começou a festejar na rua a ruptura definitiva da ditadura.

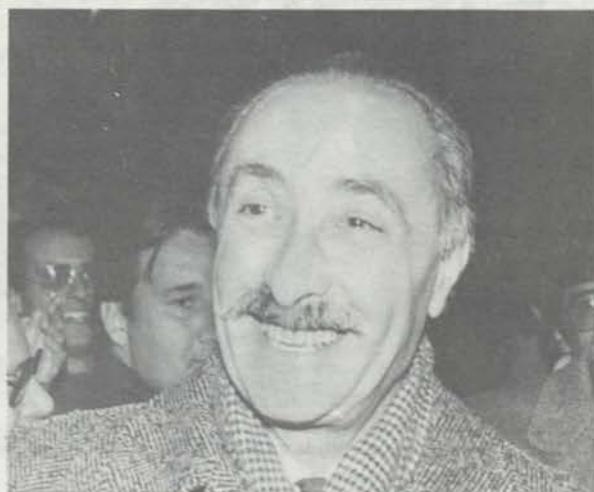
O resultado é — além das ambições partidárias — um fiel reflexo do que o povo decidiu. As eleições foram limpas: refiro-me ao seu processo, além das limitações prévias conhecidas.<sup>1</sup>

Quando as sociedades saem de duras provações buscam segurança. Foi isso que se viu no Uruguai. Mas foi também uma demonstração arrasadora do sentimento do povo sobre a ditadura e aqueles que foram complacentes com ela. Noventa por cento do eleitorado votou contra esses sectores.

### *E quanto ao desempenho da Frente Ampla?*

— A nossa Frente não venceu, mas conseguiu avanços significativos. Depois de 11 anos de clandestinidade e perseguição, com apenas quatro me-

32 - terceiro mundo



*O presidente da coligação de esquerda, general Liber Seregni, analisa o processo democrático que agora se inicia*

ses de vida legal, seguiu o que con- gui. Perdemos Câmara Municipal Montevideo por uma pequena margem, explicável por erros tácticos, mas com- temo-nos na frente decisiva. Já o fez durante 1984. Insiste a saída institucional foi protagonizada pela Frente Ampla, que apontou o caminho para superar a situação. É o possível governo do Uruguai sem a presença ou a participação da Frente

**Necessidade de acordos interpartidários**

*O novo esquema político uruguio, com grandes forças e não duas como era tradicional, deu lugar a diversas interpretações. Para os "brancos", o resultado eleitoral significa que 70% do eleitorado apoiou o pacto do Clube Naval e as forças armadas e os partidos. Para os "verdes", que para esse efeito somam os seus votos com os da Frente, 60% dos eleitores votaram numa mudança. De que lado devem somar-se os votos da Frente Ampla?*

— Essas divisões têm um valor relativo. Se não houverem ao acordo, este foi apoiado por todos. O festejo do dia anterior foi de todas as condições, incluindo os "brancos" (que não par-

<sup>1</sup> Refere-se à proscricção da candidatura natural do Partido Nacional que teria sido Wilson Ferreira Aldunate, preso e libertado dias após as eleições, à proscricção próprio e a de vários partidos, entre os quais o PC, e de outros integrantes da Frente Ampla. (N. da R.)

<sup>2</sup> No Clube Naval, desenvolveram-se as conversações entre as forças armadas e os dirigentes políticos civis que permitiram chegar aos acordos que asseguraram a realização das eleições.



param das negociações, por vontade própria. N. da r.). O povo queria sair da ditadura e o acordo era o único caminho.

Se se refere à mudança — os que a desejavam ou não — há também algo de enganoso na sua formulação. Nós apresentámos, de facto, um programa de democracia avançada. O Partido Nacional também tem um programa avançado — não tanto como o nosso — e o Partido Colorado é mais conservador em termos relativos, mas o seu projecto não é conservador. E aqui entra a propensão da sociedade para a segurança, a que me referi.

O problema das mudanças é dinâmico. Depois de ter tomado a iniciativa, estamos hoje na espera estratégica, para usar um termo militar. O movimento tem que ser feito pelo presidente eleito, Julio María Sanguinetti.

Mas os factos demonstraram em definitivo o acerto da nossa linha. O entendimento interpartidário continua a vigorar e é a única forma de superar a crise político-institucional e a crise económico-social. Não as podemos superar sem consenso e acordo. É essa a única certeza. Devemos decidir logo que órgãos serão criados para dar continuidade ao entendimento. A *Multipartidária*<sup>3</sup> fechou o seu ciclo histórico ao alcançar a transição política. Agora abre-se uma nova etapa. A *Intersocial*<sup>4</sup> como âmbito das forças sociais — trabalhadores organiza-

Fotos: Beatriz Basso



“A nossa Frente Ampla não venceu. Porém, conseguiu avanços significativos, depois de 11 anos de clandestinidade e perseguição”

dos, estudantes, cooperativas e outros — deve manter-se, porque é um grande elemento mobilizador de massas e nós continuaremos a apoiá-las.

A 15 de Fevereiro, o Poder Legislativo assume. O âmbito do entendimento transfere-se para o campo político e terá que implementar os órgãos e comissões de entendimento a nível dos institutos contemplados na Constituição, seja o Conselho de Economia Nacional, seja a Repartição de Planeamento e Orçamento. O importante é que pela via

<sup>3</sup> *Multipartidária* foi o nome dado aos entendimentos sistemáticos entre os diferentes partidos uruguaios e que surgiu no último ano da ditadura.

<sup>4</sup> *Intersocial* é o órgão correlato, do qual fazem parte as organizações sociais, sindicais, estudantis etc.



Vendedores ambulantes de "crachats" com insígnias políticas: presença em massa em Montevideo, em vésperas das eleições

da lei se reconheça e implemente a participação dos operários organizados, dos estudantes, etc. É esse o avanço.

#### Um governo de entendimento nacional

*A proposta do presidente eleito, Julio María Sanguinetti, de formar um governo de unidade nacional é o grande tema político do momento, mas a opinião pública está mais informada sobre as discrepâncias do que sobre as coincidências, por exemplo sobre amnistia e sobre política económica. Será possível a unidade nacional com diferenças tão notórias?*

— Normalmente associa-se governo de unidade nacional com co-participação. Por isso eu falo de governo de entendimento nacional. É preciso separar o substancial do formal. Para mim, o substancial é chegar ao consenso sobre as grandes linhas políticas. E o formal é como se estrutura depois o governo... Pode haver um gabinete monopartidário, como eu disse a Sanguinetti, e estabelecer-se o entendimento sobre objectivos e bases de programa.

A resolução do caso dos presos políticos é, para nós, prioritária no tempo. Eu disse ao presidente eleito que esse problema deve ser resolvido rapidamente. A pacificação exige a liberdade de todos os presos políticos. Eu disse ao dr. Sanguinetti que imaginasse por um momento um 2 de Março (o governo toma posse no dia 1) sem os presos terem

a sua situação resolvida. Vai haver gente na e nós à frente.

De nada valerá adoptar medidas económicas não conseguirmos a pacificação. A parte imental pode ser resolvida sem que isso implique uma derrota do governo. A criação de um co (em torno da forma de libertá-los: amnistia proposta pela Frente Ampla e pelo Partido Nacional ou amnistia parcial e indulto, proposta "colorados". N. da r.) é cegueira política sobre que é verdadeiramente importante, a liberdade dos presos.

#### *E a nível económico?*

— Temos diferenças programáticas com o Partido Colorado e com o Partido Nacional, que sua vez têm pequenas diferenças entre si.

Fizemos uma transição político-institucional. A crise económica deverá ter também a sua transição. Quando se sai de uma ditadura por caminhos revolucionários, a economia pode sofrer transições rápidas. Da forma como saímos e como o anúncio eleitoral, não esperamos mudanças de estruturas em 2 de Março.

Sabemos, contudo, que é necessário adoptar medidas de emergência. Nós temos um plano de emergência. E há divergências com o Partido Colorado. Mas a nível da comissão que elaborou o programa económico de entendimento chegou-se ao consenso geral.

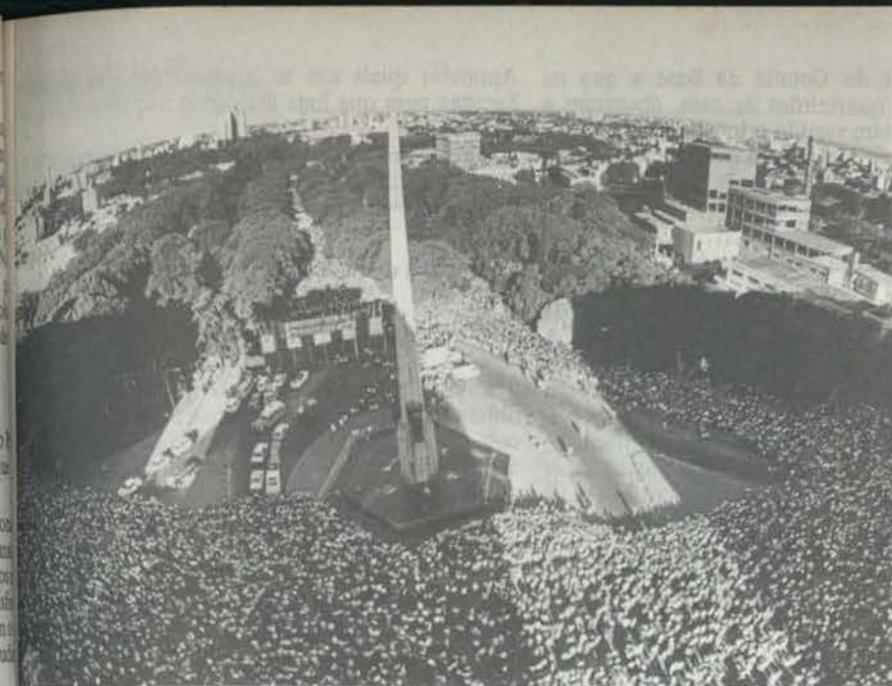
Contudo, nós damos ênfase à recuperação do poder de compra da população, para recuperar o mercado interno como principal factor de recuperação. O Partido Colorado — e também o Partido Nacional — privilegia o sector exportador. Naturalmente incompatível. O problema é como nos prioridade.

Nós queremos a estatização dos bancos e medidas profundas. Não pretendemos isso, mas exigimos um controlo rígido do câmbio. Vamos ver em que termos e até onde aprofundamos.

As grandes diferenças estão no manejo da relação preço-salários, em como se recuperará o poder aquisitivo, em quem terá que sofrer primeiramente o peso da crise. Porque são esses os interesses que respondem as formações políticas.

Mas penso que podemos chegar a uma fórmula que permita sair-se da crise com a máxima economia de esforços. A situação é tão grave que não demos desperdiçar um átomo de energia em oposições. É necessário levar a democracia à diante. É preciso minimizar as tensões. Estamos dispostos a isso. Mas não podemos permitir que o peso da crise seja pago pelas camadas assalariadas.

A possibilidade ou não de se conseguir a pacificação social depende da política económica do novo governo adoptar. Não podemos "brincar" com a democracia. Temos que afirmá-la.



O acto de 27 de Novembro de 1983: um marco na luta do povo uruguaio contra a ditadura, que reuniu quase meio milhão de pessoas

Ulisses

## Os Comitês de Base

Antes das eleições anunciou-se que a Frente Ampla reestruturaria os órgãos decisórios da coligação. Como se fará isso?

— Uma organização serve se corresponder à realidade. A Frente Ampla é muito particular, além de ser a única no mundo (por incluir desde a democracia-cristã até aos marxistas-leninistas. N. da R.) é uma coligação de partidos e movimentos políticos e cidadãos independentes. Partidos de longa história e uma grande massa de cidadãos que se define apenas como frente-amplista.

E há um fenómeno que são os Comitês de Base. A Frente começa com a criação dos Comitês de Base. São uma criação do povo frente-amplista e dão à Frente a sua vitalidade. É preciso reconhecer sua presença, levando-a aos diferentes planos de decisão. Em todos os níveis. Assim e somente assim a organização corresponderá à realidade.

Isso não supõe desconhecer os partidos, nem o carácter de coligação da Frente, mas sim reconhecer a existência e a participação dessa massa que tem uma definição frente-amplista sem ter uma filiação partidária. Como se trata de um fenómeno novo, não há teoria. Nós estamos a construí-la.

Que outros critérios se terão em conta...

— As quantificações não podem basear-se exclusivamente em critérios eleitorais.

Que outros critérios se terão em conta?

— O da presença e militância. O peso relativo

decidir-se-á por consenso. A meu ver, o plenário tem que ser mais numeroso. Creio que não deve haver uma pessoa com vários votos (para cada partido) mas a presença real de várias pessoas, num organismo que, por ser mais numeroso possa reconhecer melhor a pluralidade de partidos, grupos e representações de base.

## “Somos uma força política, não eleitoral”

*General Seregni, a sua candidatura à presidência em 1989 já foi lançada. Nessa perspectiva, a Frente Ampla aspira crescer só quantitativamente ou também qualitativamente, incorporando novos sectores dos partidos tradicionais que eventualmente se desliguem destes?*

— A vida política e social é dinâmica. Nesses cinco anos, que serão críticos e difíceis, a Frente vai crescer pela sua actividade didáctica e consciencializadora. Mas os factos também podem levar a demonstrar a sectores e integrantes de sectores dos partidos tradicionais que a sua inserção neles é uma farsa, que contradiz os seus postulados. E dentro dos seus princípios e programa, a Frente Ampla está aberta.

Somos uma força política, não uma força eleitoral. A 26 de Novembro passado, apenas 24 horas depois das eleições, vieram ver-me três tipos de pessoas. Muitos, sobretudo jovens, vieram chorando buscar consolo nos ombros de Seregni. Outros vieram consolar-me, pensando que eu necessitava. E um terceiro grupo veio dizer-me que já estava a trabalhar de novo.

Representantes do Comité de Base a que eu pertence, a dois quarteirões de casa, chegaram a dizer-me que haviam varrido o local e haviam organizado para essa noite um acto para conseguir fundos para pagar o aluguel do mês seguinte e para discutir o que fazer.

*Que tarefa deve realizar agora a Frente Ampla?*

— Como força protagonista, devemos alcançar algo que ainda não conseguimos, a mudança de mentalidade dos nossos dirigentes e militantes. A esquerda no nosso país tem complexos que eu combato: o complexo de *ghetto* e o da minoria. Temos que pensar noutros termos. A primeira coisa, a que nos permitiu sair dessas etapas difíceis, é adoptar resoluções. Normalmente a esquerda espera que se adoptem resoluções para criticá-las. E para ser opção de poder — como somos — é necessário decidir, tomar iniciativas.

Vamos criar um grande movimento de massas sobre essa mudança de mentalidade. O centro da filosofia que vamos tentar explicar é: escuta, ouve, aprende a ouvir. Ouvirmo-nos entre nós como condição para poder ouvir e compreender os demais.

Aprender quais são as necessidades das pessoas. Escutar para que haja diálogo e não imposição de ideias.

Nós necessitamos de computar os nossos problemas — para mudar o Uruguai — por centenas de milhares e não dezenas de milhares. E a curto prazo

**“Afirmar a democracia”**

*O autoritarismo está liquidado?*

— A reacção nunca está liquidada. Por isso preciso afirmar a democracia que alcançámos, eliminando todo o tipo de fonte de distúrbio que coloque em perigo enquanto nos ocupamos de sanar os aparelhos do autoritarismo.

Os problemas concretos — a companhia de energia, a informação, os grupos parapoliciais — e outros são mais difíceis de desarticular, que são as fontes de interesses que activam e criam os anteriores.

É, finalmente, a luta para conquistar a nossa segunda independência. Para cortar os vínculos das cadeias da dependência. É essa a grande luta. (C. e R. R.)

cadernos do  
**terceiro  
mundo**

**Portugal e Espanha**

anual (12 números) ..... 650\$00  
semestral (6 números) ..... 400\$00

**Estrangeiro — Anual (12 números)**

*por via aérea*

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe  
23 dólares USA.

Restantes Países ..... 28 dólares USA

# A herança da ditadura

Em 1973, quando o actual regime autoritário tomou o poder, cada uruguaio devia ao estrangeiro 285 dólares. Em 1985, quando o novo governo assumir em Março, a dívida externa *per capita* ascenderá a cerca de 1.800 dólares. Nos quase 10 anos do chamado "processo cívico-militar", as dívidas ao estrangeiro multiplicaram-se por sete, enquanto que as exportações anuais do país aumentaram pouco mais de três vezes.

Em Janeiro de 1973, as vendas ao



*Cada uruguaio deve 1.800 dólares, com uma dívida que equivale a 90% do PIB e que todos os sectores, unanimemente, desejam ver renegociada em termos mais favoráveis*

estrangeiro permitiam saldar a dívida externa em quase dois anos e meio. Em Março de 1985, serão necessários uns cinco anos de exportações para cobrir esse endividamento com os bancos internacionais. Algo que equivale — e compromete ao mesmo tempo — a uma gestão completa do próximo governo democrático. De acordo com os dados do Banco Central, no início de 1973 a dívida externa bruta total do Uruguai situava-se em 771, 2 milhões de dólares. O corrente exercício começou com o saldo da dívida externa em 4.589 milhões de dólares, sem considerar os respectivos juros que não foram pagos, e os compromissos assumidos indirectamente através da compra de carteiras bancárias, realizada pelas autoridades monetárias. Segundo os cálculos efectuados por uma comissão interpartidária que analisou tudo o que se relaciona com o endividamento externo do país, os compromissos com o exterior totalizavam já em 31 de Dezembro passado, 5.011 milhões de dólares.

Praticamente, não existe qualquer indicador económico que não reflecta cruamente o quadro da grave crise que sufoca o Uruguai. Um olhar retrospectivo permite identificar a política neoliberal implementada a partir de 1973 pelos tecnocratas da

ditadura, como a maior responsável pela actual deterioração da economia. O relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que está acima de qualquer suspeita de anti-imperialismo, ao analisar a situação do Uruguai no seu balanço de 1983, descreveu os instrumentos que foram implementados no país para abrir as portas ao capitalismo internacional:

“O modelo de política económica posto em prática a partir de 1973 propõe-se transformar uma

economia fechada, altamente protegida, numa economia aberta cujas vantagens comparativas permitissem determinar a estrutura produtiva e o intercâmbio no comércio internacional. Para conseguir esses propósitos — afirma o BID — decidiu-se: a) liberalizar de maneira progressiva o sistema de preços; b) reduzir a participação do sector público na economia; c) simplificar o sistema tributário, eliminando-se para isso o imposto de rendimento e generalizando o imposto sobre os produtos industrializados (IPI); d) formalizar a abertura do mercado de capitais através de um conjunto de decisões do Banco Central, entre as quais se incluem a liberdade para o movimento de capitais de bancos, e particularmente com o estrangeiro, a liberalização das taxas de juros e a eliminação das operações de redescuento, assim como dos encaixes bancários mínimos; e) unificar e administrar o tipo de câmbio através do Banco Central. Em 1978, adoptou-se um regime de desvalorização de acordo com taxas prefixadas com uma antecipação de cerca de seis meses (chamada popularmente *tablita*); f) eliminar quotas de importação e reduzir os direitos alfandegários.”

O relatório do BID, um dos organismos inte-



Hoje, a produção agropecuária uruguaia cresce menos que a população e a dívida externa equivale a 90% do PIB



grantes do sistema financeiro internacional que responde aos interesses dos Estados Unidos, deixa claro o reacomodamento da relação de dependência da economia uruguaia no contexto do capitalismo transnacional. Ao reduzir-se a protecção à indústria nacional e com a livre entrada de capital estrangeiro, as antigas tendências para a estagnação da economia uruguaia viram-se multiplicadas; hoje, a produção global encontra-se numa queda vertiginosa, a produção agro-pecuária cresce menos que a população e a indústria encontra-se praticamente paralisada e com os seus equipamentos virtualmente destruídos.

A dívida externa, equivalente a quase 90% do Produto Interno Bruto (PIB), é um dos temas considerados prioritários na busca de soluções, segundo se depreende da enorme coincidência de opiniões de economistas de todos os sectores políticos. Os técnicos que prepararam um diagnóstico interpartidário defenderam que "da solução dessa questão (a dívida externa) dependerão majoritariamente as soluções dos problemas económicos e financeiros restantes e a futura evolução social e política". Nesse sentido, estiveram de acordo em que "o país deve encaminhar-se para a renegociação das condições que actualmente regem o seu endivi-

damento externo. E deve conseguir isso adiando amortizações e condicionando o pagamento dos juros à evolução da actividade económica nacional à sua capacidade de gerar excedentes, sem se preocupar a tornar socialmente intoleráveis os níveis de desemprego, o que poria em perigo a sua imagem no exterior, a sua estabilidade política e, em última análise, a sua própria viabilidade".

#### A dívida social

A alusão ao custo social da política económica implementada pela ditadura não é casual. Na última década, a participação dos salários na renda nacional diminuiu de 40% para 30%. Os uruguaes que se viram obrigados a emigrar por falta de oportunidades chegaram a constituir 6% da população total. O desemprego já afecta 15% da força de trabalho, cifra que cresce para 25% ou 30% se considerarmos o subemprego. O salário real dos trabalhadores corresponde hoje a apenas 50% do que tinham em 1973. Tudo indica estar claro, portanto, que assumirem a direcção da economia em Maio de 1985, que, se o país inteiro tiver de enfrentar este ano o pagamento da dívida externa



A sede do governo (em cima, esq.) e os bancos (em cima, dir.): duas faces do poder no Uruguai. Os trabalhadores (em baixo, o acto do 1º de Maio de 1984) foram os mais atingidos pela política económica do regime militar

Fotos: Balthaz Basso

traída com os bancos norte-americanos, será necessário encarar também o problema da dívida social para com os sectores mais empobrecidos da população.

Paralelamente, não é menos urgente buscar soluções para o endividamento interno das empresas, calculado em aproximadamente três mil milhões de dólares. O sector empresarial triplicou, entre os anos de 1978 a 1982, a sua dívida com o sistema financeiro, fundamentalmente com os bancos privados. Para desenvolver um sector bancário *off-shore* e manter a *tablita* cambial, estimulou-se a entrada de capitais estrangeiros com uma taxa mais alta que a internacional. A sólida liquidez facilitou a tomada de créditos a ponto de hoje 75% da dívida privada estarem contraídos em dólares. Quando esse ciclo se inverteu e a recessão começou a generalizar-se, as empresas industriais e comerciais não puderam fazer frente aos créditos tomados e o sistema financeiro ficou gravemente ferido. Se não ocorreu um *crack*, foi basicamente pelo alto grau de estrangeirização do sistema bancário: dos 22 bancos privados que existem no Uruguai, com excepção do Comercial e da Caixa Operária (*Caja Obrera*), os 20 restantes pertencem a diferentes grupos financeiros internacionais. Entre a absorção

das dívidas e a liquidação maciça de entidades financeiras — como foi feito na Argentina — ou a não intervenção, o Banco Central resolveu optar por adquirir os piores 30% das carteiras dos bancos privados. Isso obrigou-o a emitir moeda e traduziu-se numa escalada dos preços que explica um-terço da inflação de 90% que a economia uruguaia suporta hoje.

Dificilmente o Uruguai pode embarcar na aventura isolada de rejeitar a dívida ou ir para uma moratória. A renegociação é reivindicada por todos os grupos políticos, sem que as nuances sejam importantes. “Da forma como está estruturada hoje (a dívida externa), não podemos pagá-la”, foi a resposta terminante do líder da Frente Ampla, o general Liber Seregni. Um dos seus assessores económicos mais próximos, o ex-decano Danilo Astori, assinala que “o país deve montar um novo esquema de pagamentos que terá que incluir adiamentos destes e defender uma firme posição de diminuição dos juros”.

A gravidade da crise serviu para dar respeitabilidade — e não apenas política — a uma esquerda cada vez mais influente e unida em torno da Frente Ampla. Na mesa de negociação, os representantes dos partidos tradicionais parecem não discordar. (E. V.) ●

# INFORMAÇÃO COM MUITO CARINHO



Quem faz da imagem e dos sons  
um instrumento para a promoção  
do desenvolvimento, da educação,  
do progresso, da paz, da justiça,  
e do bem-estar social, sabe que  
carinho é fundamental para se  
atingir qualidade, beleza e  
eficiência.

**KANEMO PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO Lda.  
TRABALHO COM MUITO CARINHO!**

Empresa produtora de filmes, audio-visuais, reportagens,  
fotografia e trabalhos de produção.  
Republica Popular de Moçambique  
Av. Patrice Lumumba n.º 577 — Maputo  
Telefones: 2 86 15 2 24 13 Caixa Postal 4646

## África

### Serra Leoa

# A corrupção em último grau

O contrabando e o mercado negro chegaram a tal ponto que mais de metade da economia desta ex-colónia inglesa funciona hoje de forma clandestina

Carlos Castilho

Desde 1982, os quase quatro milhões de habitantes da República de Serra Leoa dividem as suas atenções entre escândalos de corrupção e as apostas sobre a sucessão do presidente Siaka Stevens, que oficialmente tem 80 anos, mas segundo a bisbilhoteira palaciana já passou dos 85. Tanto os escândalos como a lotaria sucessória têm em comum o facto de nenhum deles ter tido até agora consequências práticas.

O primeiro escândalo a abalar seriamente o prestígio do presidente no cargo há 16 anos ficou conhecido como *vouchergate*. Mal haviam começado as investigações oficiais quando estourou outro caso de corrupção que a imprensa de Freetown passou a chamar *squandergate*. Nenhum destes dois escândalos foi investigado até às últimas consequências e nem os mais altos funcionários públicos conseguiram provar a sua inocência, quando surgiu o mais novo caso envolvendo denúncias de abuso do poder por altos funcionários do governo Stevens. É o caso dos diamantes.

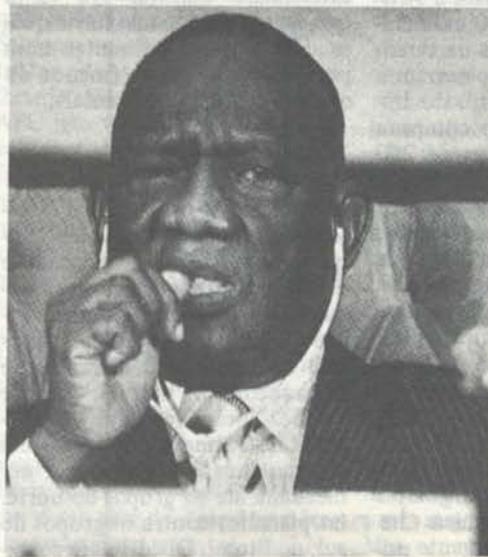
Segundo um relatório confidencial do Banco Mundial, Serra Leoa é o regime mais corrupto da África, superando até mesmo o Zaire, cujo governo já foi chamado a cleptocracia Mobutu. A economia nacional está em colapso. A política leonesa gira ex-

clusivamente em função do estado de humor do presidente que é chamado *Pa Shaki* pelos seus adeptos. A administração pública atingiu tal grau de desorganização que hoje a única coisa que realmente funciona no país é o governo paralelo, dominado pela influente elite de sete mil negociantes de origem libanesa, senhores absolutos do mercado negro.

Funcionários do Banco de Serra Leoa (estatal) admitem que 80% das importações e 70% das exportações do país são realizadas através do mercado para-

lelo. Segundo as mesmas fontes, mais de metade do PNB nacional circula clandestinamente, numa complexa estrutura ilegal destinada a evitar o pagamento de taxas e impostos ao governo, que em mais de uma oportunidade foi obrigado recentemente a recorrer a empréstimos dos comerciantes libaneses para pagar contas externas vencidas.

Um dos casos mais conhecidos de corrupção e que é contado como piada em Freetown aconteceu em 1983. No momento em que era mais aguda a escassez de peixe, o principal pro-



O presidente Siaka Stevens surgiu como um nacionalista mas acabou envolvido pelos neo-colonialistas

duto de alimentação do povo, os japoneses doaram uma frota completa de pesqueiros ao governo de Serra Leoa. Os funcionários nipónicos que foram a Freetown fazer a entrega dos barcos ainda estavam no hotel antes do regresso a Tóquio, quando todo o equipamento doado foi vendido a preços baixíssimos para os mesmos grupos económicos que retinham o pescado com fins especulativos. Os japoneses foram-se embora sem acreditar no que viram.

### O ghetto dos ex-escravos

Serra Leoa foi um país criado artificialmente pelo sistema colonial europeu no século XVIII. O primeiro branco a desembarcar no acidentado litoral da região foi o navegador português Pedro Cintra que, em 1462, foi atraído pelo barulho que a água do mar fazia ao bater contra os rochedos da costa. Ele achou que parecia o rugido de um leão e assim baptizou o país como Serra Leoa, porque logo acima da praia aparecia no horizonte uma cadeia de montanhas. Cintra deu o nome e foi-se embora.

Três séculos mais tarde, o líder abolicionista inglês Granville Sharp resolveu levar para a África um grupo de 1.200 ex-escravos negros que, depois de terem recebido a liberdade, passaram a ser discriminados dentro do Império Britânico. Sharp comprou por 60 libras uma área de 250 km<sup>2</sup> que era propriedade de grupos étnicos instalados há séculos perto do litoral. Os ex-escravos fundaram Freetown (a cidade da liberdade) e criaram uma empresa, a *Sierra Leone Company*, montada em bases cooperativas. Mas os recém-chegados não conheciam a região e passaram de imediato a ser hostilizados pelos nativos, que temiam perder novos domínios para os ex-escravos.

Em 1790, as doenças, guerras e dificuldades económicas haviam reduzido o contingente pri-

mitivo a menos de 50 pessoas. Foi quando chegou uma nova leva de ex-escravos, vindos desta vez dos Estados Unidos e das Caraíbas. Na época, a Inglaterra descobriu que o refúgio sonhado por Granville Sharp poderia ser transformado num lucrativo "depósito" de ex-escravos que se haviam tornado reivindicativos e que, portanto, passaram a incomodar os seus ex-senhores britânicos. Em 1808, quando o número de estrangeiros havia já chegado a quase 30 mil, a *Sierra Leone Company* faliu porque os seus ideais cooperativistas não conseguiram suportar o violento assédio dos interesses colonialistas. Serra Leoa passou então a ser administrada pela Coroa, que continuou a lançar os "indesejáveis" do império no porto de Freetown.

No final do século XIX, os brancos começaram a chegar também em grande número porque os colonos passaram a manipular os ex-escravos com o objectivo de enfraquecer as populações nativas. Por esta altura, os ex-escravos totalizavam já quase 70 mil pessoas, das mais variadas origens e que constituíam uma comunidade que passou a ser conhecida como "os crioulos". A diversidade cultural era tanta que no virar do século havia quase 100 línguas diferentes num país de 71 mil km<sup>2</sup> (menor do que o Portugal continental).

### "Dividir para governar"

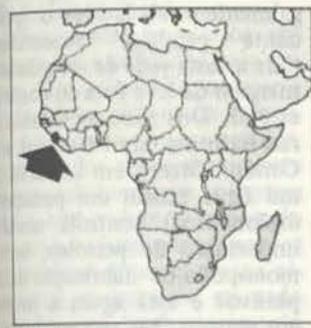
A existência de uma tal diversidade, e os consequentes choques de interesses, foi criada e estimulada pelos colonos britânicos para implantar o domínio sobre a região. Os "crioulos" passaram a ser os intermediários entre os brancos e os nativos, que por sua vez foram também manipulados de forma a entrarem em choque uns com os outros, nomeadamente os grupos do norte, no planalto, contra os grupos do sul, no litoral. Dividir para gover-

nar foi a regra de ouro dos ingleses, que deixaram o comércio para os descendentes de ex-escravos enquanto a agricultura cava para os nativos das etnias *temme, mende e limba*. No fim do século XX, os "crioulos" começaram a perder posições no comércio em favor dos recém-chegados negociantes de origem muçulmana que começaram a instalar-se em grande número na região de Freetown. Em consequência, os ex-escravos transformaram-se em funcionários públicos.

Foram os "crioulos" que organizaram o primeiro movimento pró-independência de Serra Leoa, na década de 30 sob a liderança de um jornalista, Walter Johnson, que também foi um dos pioneiros na sindicalização dos trabalhadores negros. O movimento foi duramente reprimido pelas autoridades coloniais que mais uma vez usaram a sua eficiência a arma do divórcio. Através da concessão de privilégios, um sector dos "crioulos" foi favorecido para neutralizar os autonomistas. Na década de 50, quando a Coroa começou a preparar a transição para a independência, o grupo mais poderoso dos ex-escravos mostrou-se contrário ao fim do colonialismo directo, chegando a lutar na luta britânica até 1961 a favor da manutenção do estatuto de protectorado britânico.

O problema era que os "crioulos" constituíam cerca de 25% da população e não queriam perder as posições conquistadas na administração pública, e que seriam inevitavelmente controladas por políticos ligados aos grandes grupos étnicos locais, quando fossem realizadas as primeiras eleições directas em Serra Leoa. Foi justamente isto que aconteceu em 1962. O sulista Milton Margai foi eleito primeiro-ministro, um ano depois da independência. Margai estava comprometido com os britânicos, com os "crioulos", sem falar

Serra Leoa — Área: 71.740 km<sup>2</sup>;  
população: 3.570 mil hab.;  
capital: Freetown (295 mil hab.  
em 1977); importações: 327  
milhões de dólares (1980);  
exportações: 152 milhões de  
dólares (1981); um médico por 17  
mil hab.; 76% de analfabetismo  
entre os homens; esperança de  
vida: 47 anos.



comunidade de comerciantes libaneses. Isto provocou uma forte reacção do dirigente nortista Siaka Stevens, que rompeu com o Partido Popular (SLPP) para criar o Congresso do Povo Unido (All People's Congress - APC).

Milton Margai morreu em 1964 e foi substituído por seu irmão Albert, cuja primeira preocupação foi afastar os "crioulos" da administração pública para abrir espaço para os seus adeptos do grupo *mende*, do sul. Albert Margai implantou a corrupção como método de governo e a repressão sanguinária como sistema oficial para lidar com a oposição e os descontentes. Foi o bastante para que os "crioulos" apoiassem em massa o APC de Stevens, que ganhou as eleições de 1967, com um programa reformista, mas não chegou a assumir o poder. Foi deposto por um golpe militar liderado por um general sulista com o apoio dos britânicos, dos negociantes libaneses e da grande maioria dos *mende* que temiam represálias se os nortistas do grupo *temme* fôs-

sem para a administração pública em Freetown.

Stevens foi para o exílio na Guiné onde começou a preparar um exército guerrilheiro, enquanto na capital de Serra Leoa, os militares promoviam nada menos de três golpes entre 1967 e 69. A última das conspirações foi organizada por jovens oficiais que autorizaram o regresso de Stevens, antes que ele tivesse tempo de usar os seus guerrilheiros. Mas a volta do líder do APC não foi fácil. Os *mende* do sul continuavam muito desconfiados. A elite dos "crioulos" não queria ouvir falar em reformas, os negociantes libaneses ameaçavam boicotes caso os seus privilégios fossem tocados e os britânicos achavam perigosas as ideias reformistas e socializantes do líder do APC. Stevens conseguiu tomar posse, mas teve que chamar soldados da Guiné para sua guarda pessoal, depois de ter passado a receber ameaças quase diárias de morte. Em 1971, chegou a ser alvo de duas tentativas de assassinato num só dia. No

plano económico, o governo nacionalizou a exploração florestal, organizou a produção agrícola e aumentou a participação do Estado na companhia encarregada da exploração de diamantes. Houve uma melhoria acentuada do nível de vida e, pela primeira vez desde a independência, não houve escassez de comida durante muito tempo.

Foram estas algumas das razões que levaram os leoneses a votar em massa no APC nas eleições de 1976. Mas a oposição não desistiu. Explorando velhas rivalidades, passou a promover atentados e rebeliões que lançaram o país numa situação quase caótica. Não dispondo do controlo total da economia, Stevens resolveu contra-atacar politicamente propondo a formação de um partido único, como tábua de salvação para o histórico divisionismo implantado pelos britânicos. O partido único foi aprovado num plebiscito e, a partir de 1978, o APC passou a ser a única organização legal no país. Mas o remédio de Stevens não

deu certo. Se já tinha uma organização frágil antes de se ter tornado o partido único, o APC tornou-se altamente instável quando passou a receber todos os militantes dos partidos de oposição colocados à margem da lei. As rivalidades internas passaram a ser estimuladas pela elite libanesa e pelos políticos ligados a interesses colonialistas, que usaram a corrupção como a arma mais eficiente para acabar com o idealismo de Siaka Stevens.

### O governo paralelo

Não é segredo nenhum em Freetown o facto de existir no país um poder paralelo que em vários pontos é até mais poderoso que o governo legal. Nenhuma decisão oficial é levada à prática sem o conhecimento e a aprovação de Jamil Said Mohamed, o mais poderoso empresário de Serra Leoa e o líder da influente comunidade de sete mil negociantes de origem libanesa. Quase todo o comércio por atacado e a retalho do país está nas mãos dos libaneses que começaram a instalar-se em Freetown por volta dos anos 20.

Jamil chegou ao requinte de ter uma guarda pessoal composta por quase 250 homens, todos

eles de origem árabe. A guarda dele é maior e mais bem armada que a do próprio presidente Stevens. Os seus interesses económicos vão dos diamantes à aviação civil, pesca, turismo, bancos, importação, exportação, comércio retalhista e construção civil. O seu império é tão grande e tão influente que o próprio Fundo Monetário Internacional resolveu investigá-lo devido à enorme influência que exerce sobre as finanças de Serra Leoa.

Em 1960, Jamil Said Mohamed era um motorista de camiões filho de libaneses e de uma família do grupo étnico *madingo*. Depois a sua primeira actividade foi o comércio de diamantes, tornando-se rapidamente o maior contrabandista de pedras preciosas do país. Daí a sua influência não cessou de crescer, a ponto dele exercer hoje um virtual controlo sobre os quatro mais importantes sectores económicos de Serra Leoa. Nos diamantes ele é um dos maiores accionistas da *Precious Metals Marketing Company* (PMMC) que domina o sector e inclui a participação estatal; no sistema bancário, ele é o director e maior accionista do *International Bank for Trade & Industry* (IBTI) juntamente com seus dois filhos, e de uma empre-

sa libanesa chamada *Jamal Ben Trust*; na pesca, Jamil é o director da *Sierra Fishing Company* na qual está associado a interesses franceses, soviéticos, espanhóis e ao governo de Serra Leoa. No comércio, o empresário libanês controla a *National Trading Company* (NTC), juntamente com outro compatriota, Te Yazbeck.

Através das suas empresas geralmente estabelecidas, o "poder paralelo" supervisiona toda a vasta rede de actividades à margem da lei e fora do controlo estatal. Dos seus escritórios na rua Bathurst, em Freetown, e no Conduit Street, em Londres, Jamil (que possui um passaporte diplomático) controla ainda a importação de petróleo, tem o monopólio da fabricação de explosivos e está agora a investir em seguros. No estrangeiro possui companhias de pesca em Marrocos, na Guiné e noutros países da África Ocidental. As suas empresas têm subsidiárias nos Estados Unidos, no Líbano, na Alemanha e na Holanda.

### A economia clandestina

Segundo cálculos de especialistas europeus, o contrabando anual de diamantes, ouro e outros metais preciosos no mercado negro atinge anualmente o montante de mais de 150 milhões de dólares. De acordo com o governo leonense, em 1980 as exportações de pedras preciosas chegaram ao país 80 milhões de dólares. Em 1981, esta cifra baixou para 30 milhões, baixando ainda mais em 1982, tendo sido de 10 milhões de dólares. Para 1983, as estimativas não oficiais indicam que os resultados atingirão a módica quantia de 14 milhões de dólares.

A nível do comércio e do consumo popular, os controlos do mercado negro têm perdido o domínio virtual sobre tudo que é comprado e vendido. Em Janeiro, a única fábrica de tecidos do país deixou de funcionar



O vice-presidente Francis Minah é o favorito na sucessão

por falta de dólares para importar matéria-prima. Como resultado, no dia seguinte ao encerramento, todos os bares e restaurantes de Freetown receberam abundantes suprimentos de cerveja importada. Não chegou a haver escassez, indicando que os contrabandistas já sabiam do encerramento da empresa. Só que os preços do produto importado eram duas vezes maiores do que o da cerveja nacional...

Oficialmente, os preços são controlados e tabelados pelo governo. Mas, na prática, o sistema não funciona, porque os aumentos, antes de serem anunciados, chegam todos ao conhecimento dos especuladores que compram tudo o que podem, provocando a escassez e obrigando depois os consumidores a pagar preços várias vezes maiores no mercado negro. No caso do abastecimento de peixe, a empresa controlada por Jamil Mohamed compra o produto aos pescadores e depois revende-o por preços que chegam a ser 1.000% mais altos. Mas o sistema mais fantástico de mercado negro foi montado na venda do arroz. É praticamente impossível obter esse produto pelas vias normais. A situação chegou a um ponto tal que o governo começou a pagar parte dos salários dos funcionários públicos e deputados em sacos desse cereal. No dia seguinte ao do pagamento, o mesmo arroz já estava a ser vendido no mercado negro.

A evasão generalizada de impostos reduziu drasticamente o orçamento do governo. Em rigor, os únicos assalariados que estão a receber em dia são os militares. Os diplomatas no estrangeiro ficam até três meses sem salários e os aposentados não recebem os seus vencimentos desde Outubro de 1983. A dívida externa do país foi calculada em 1979, pelo Banco Mundial, em 300 milhões de dólares dos quais quase metade são devidos a juros. Mas segundo fontes não oficiais, o endividamento é

bem maior e pode ultrapassar os 500 milhões de dólares. O último empréstimo concedido pelo FMI, em Fevereiro de 84, foi de 54 milhões de dólares distribuídos em quatro parcelas. A primeira, de 10 milhões, foi usada quase que integralmente no pagamento de dívidas vencidas. Dos restantes, 690 mil dólares foram usados para financiar a indústria local, 200 mil dólares numa fábrica de cimento e 450 mil dólares para a reabilitação industrial, importação de matérias-primas e petróleo. Como o mercado paralelo absorveu uma boa parte do dinheiro que sobrou do pagamento das dívidas, o FMI passou a atrasar a concessão das parcelas restantes, o que colocou novamente o pre-

início da década de 70 e foi basicamente uma forma usada pelos sectores conservadores para minar o projecto reformista defendido por Siaka Stevens no início do seu governo. Ele era popular porque prometia uma série de benefícios que o período colonial negou sistematicamente. *Pa Shaki* e o seu APC representavam, acima de tudo, a possibilidade de afirmação de valores nacionais, muito embora em determinado período eles tenham estado mais próximos dos *temme* do norte do que dos *mende* do sul. Mas, de qualquer forma, eles estavam mais associados a valores nativos do que aos hábitos trazidos por britânicos e, mais tarde, pelos comerciantes libaneses.



Quase todo o abastecimento de alimentos é feito à margem da lei

cidente Stevens numa situação dramática.

#### A sucessão de escândalos

O sistema de corrupção institucionalizada começou a ganhar corpo em Serra Leoa a partir do

Num país onde a unidade nacional foi sempre uma ficção, e onde a multiplicidade de interesses foi usada pelos colonizadores para lançar uns contra os outros, a corrupção significou apenas o

terceiro mundo - 45

recurso mais recente para impedir o fortalecimento da consciência nacional. Quando Siaka Stevens chegou ao poder, nem ele nem o seu partido tinham a maturidade política suficiente para lidar simultaneamente com as aspirações nacionais e com o complicado jogo da economia e dos interesses mercantis. A consequência foi que, lentamente, a oligarquia empresarial foi minando o projecto reformista, até o desvirtuar através da corrupção.

Em 1980, o jovem e ambicioso ministro das Finanças, Alfred Akibo-Betts, resolveu abrir a "caixa de Pandora" do mercado negro, do governo paralelo e da sonegação. *Mr. Clean* (o senhor limpeza) como passou a ser chamado, denunciou que cinco ministérios se tinham transformado em verdadeiros redutos da corrupção, envolvendo a prestação de serviços milionários que nunca foram realizados. As denúncias de Akibo-Betts envolveram desde políticos da capital até chefes de grupos tribais do interior. As acusações que ele formulou causaram impacto, não tanto pelas revelações, que já eram do conhecimento geral, mas pela audácia de quem as formulou.

Trinta e oito dias depois do escândalo provocado pelo ministro das Finanças, ele teve que fugir do país e foi exilar-se em Londres. Extremamente embaraçado pelas denúncias, o presidente Stevens nomeou três comissões para investigar o escândalo que, em Freetown, ficou conhecido como o *vouchergate*<sup>1</sup>. Nada menos do que seis milhões de dólares foram gastos em vales emitidos em nome de quase 100 altos funcionários que nunca prestaram contas do que receberam. No interior, os escândalos passaram a ser conhecidos como *squandergate*, o que consistia ba-

<sup>1</sup> *Voucher* em inglês significa vale; *vouchergate* seria o *Watergate* dos vales.

sicamente na encomenda de obras públicas que nunca saíram do papel.

Mais de duas mil pessoas de todos os escalões foram envolvidas nas investigações das três comissões criadas por Stevens em meados de 1982, quase dois anos depois do início da cruzada moralista de Akibo-Betts. Os relatórios ficaram prontos em Dezembro de 1983, mas só em Outubro de 1984 é que o presidente anunciou as punições. Noventa e cinco funcionários foram demitidos mas as conclusões gerais anunciadas pelo governo foram decepcionantes. Nenhuma figura importante foi punida e apenas seis dos 400 acusados devolveram o dinheiro retirado do governo. E o pior foi que vários suspeitos denunciaram terem subornado membros da comissão investigadora. O resumo geral anunciado pelo jornal *New Citizen*, de Freetown, foi lacónico: nada foi mexido no mercado negro, no contrabando, na corrupção e no governo paralelo.

O mais recente escândalo a sacudir os já cépticos leoneses envolve personagens conhecidíssimas. Em Outubro de 84, a *British Petroleum* vendeu as acções que tinha na *National Diamond Mining Co.* (NDMC) à *Precious Minerals Marketing Co.*, de Jamil Said Mohamed. A *Precious* tem também a participação de Tony Yazbeck, do governo, e de 46 accionistas privados, na sua maioria libaneses. Mas o que provocou mais polémicas não foi a composição accionária nem as dúvidas sobre a participação do governo na empresa. O grave é que ela passou a ter liberdade completa no mercado externo, vendendo diamantes e ouro no mercado mundial sem qualquer controlo do governo de Serra Leoa. As transacções feitas não sofrem sequer vistoria do Banco de Serra Leoa. Assim, o chamado governo paralelo avançou ainda mais no seu controlo da economia.

#### Lotaria sucessória

Desde o ano de 1983, meios políticos de Freetown permanecem na expectativa do anúncio da aposentadoria do presidente Stevens. Todos discursos oficiais são cuidadosamente examinados em busca de pistas sobre a sucessão. Mas *Shaki* não tem feito nenhum esforço para acabar com a expectativa política.

De momento, os principais candidatos à sucessão são os vice-presidentes Sorie Ibrahim, Ibrahima e Francis Misheck. Minah Dos dois, o último é o mais ambicioso e tem manobrado os bastidores para aparecer como a melhor opção, quando Stevens se aposentar. É quase certo, porém, que Minah provocará fortes ressentimentos dentro do partido graças ao seu autoritarismo. Outro político bastante cotado é o actual ministro das Finanças, Salia Juso Sherieff, que tem muitas ligações na comunidade nanceira e é muito respeitado pelos banqueiros internacionais. Sherieff seria o homem indicado para o FMI, mas a sua base política interna é fraca.

Entre os militares, o oficial mais em evidência é o comandante do exército, major-general Joe Saidu Momoh, que, segundo rumores, teria adoptado recentemente uma atitude dura em relação à corrupção no governo. Alguns suboficiais manifestaram também críticas a Stevens em reuniões realizadas em Outubro e Novembro nos quartéis de Werforce, nos arredores de Freetown. Mas nenhum deles tem condições para promover um levantamento militar contra Stevens. Se, por acaso, o presidente morrer no exercício do poder ou for obrigado a deixar o poder por motivo de doença, são grandes as probabilidades de que o exército resolva interferir na política para acabar com a inevitável luta pela sucessão, a exemplo do que ocorreu na Guiné, após a morte de Sekou Touré.

# Crise na UNITA aumenta deserções

Membros do grupo contra-revolucionário de Jonas Savimbi revelam a jornalistas norte-americanos que a luta interna no movimento já provocou execução em massa de minorias étnicas

Jim Cason e Mike Flesbman\*

A crescente tensão interna dentro da UNITA chegou a um ponto crítico nos últimos meses, com uma luta aberta entre facções rivais, que terminou com a execução sumária de grupos rebeldes contrários à direcção de Jonas Savimbi e seus auxiliares, todos pertencentes à etnia *ovimbundu*.

Entrevistas recentes com de-

governo angolano, enfrenta sérias dificuldades de abastecimento militar, além de estar com as suas reservas de roupa e comida reduzidas ao mínimo.

Parte dessas dificuldades contribuiu para aumentar o número de deserções. Esse facto permitiu ao governo de Luanda capitalizar politicamente os seus ganhos nessa longa guerra que já

A maior defecção sofrida pelo grupo apoiado por Washington e Pretória aconteceu em meados de Novembro, quando 46 soldados e 285 civis que apoiavam a UNITA há mais de sete anos se entregaram ao exército angolano na província do Cune. Os desertores, interessados em ganhar a amnistia prometida pelo governo de Luanda, foram levados para uma fazenda estatal nos arredores de Lubango, onde alguns deles foram entrevistados.

A maior parte do grupo de fugitivos morava nos arredores da cidade de N'Giva, um distrito ocupado por tropas sul-africanas. Aderiram à UNITA em 1976, pouco depois do Movimento Popular de Libertação de Angola chegar ao poder em Luanda. Na época, a UNITA, com o apoio sul-africano, ocupou várias regiões do sul e do sudeste do país.

"A UNITA era dominante na região, naquela época, por isso tivemos que aceitá-la", afirma José Gomes, um fazendeiro de 39 anos que cooperou com os contra-revolucionários desde 1976. José Gomes disse que, no começo, os subordinados de Jonas Savimbi o trataram bem. Os produtos que não eram plantados no local, vinham da cidade de Jamba, no extremo oriental de Angola, onde a UNITA tem a sua base principal. Mas, depois de 1983, José Gomes afirmou que as tensões raciais entre os diferentes grupos que formavam a organização começaram a tornar-se cada vez mais evidentes. O fazendeiro, que tem antepassados de origem *cuanhama*, acusou os membros da etnia *ovimbundu*, maioritários na direcção da UNITA, de começarem a executar sistematicamente os elementos de outros grupos étnicos como os *guenguela*, os *chokwe* e os *cuanhama*.

## Fuzilamentos

António Joana, de 27 anos, que pertenceu aos grupos arma-

terceiro mundo - 47



As sabotagens da UNITA visam alvos económicos no sul de Angola

sertores da UNITA, na cidade de Lubango e na região central de Huambo, indicaram que o movimento apoiado política e logisticamente pela África do Sul com o objectivo de desestabilizar o

dura há nove anos e que começou logo após a independência. Jornalistas ocidentais, que percorreram recentemente o sul de Angola, revelam que, embora não esteja ainda à beira do colapso definitivo, a UNITA teve que diminuir em muito os seus ataques contra objectivos governamentais.

\* Jornalistas de *Africa News*, uma newsletter norte-americana de jornalistas independentes.

recurso mais recente para impedir o fortalecimento da consciência nacional. Quando Siaka Stevens chegou ao poder, nem ele nem o seu partido tinham a maturidade política suficiente para lidar simultaneamente com as aspirações nacionais e com o complicado jogo da economia e dos interesses mercantis. A consequência foi que, lentamente, a oligarquia empresarial foi minando o projecto reformista, até o desvirtuar através da corrupção.

Em 1980, o jovem e ambicioso ministro das Finanças, Alfred Akibo-Betts, resolveu abrir a "caixa de Pandora" do mercado negro, do governo paralelo e da sonegação. *Mr. Clean* (o senhor limpeza) como passou a ser chamado, denunciou que cinco ministérios se tinham transformado em verdadeiros redutos da corrupção, envolvendo a prestação de serviços milionários que nunca foram realizados. As denúncias de Akibo-Betts envolveram desde políticos da capital até chefes de grupos tribais do interior. As acusações que ele formulou causaram impacto, não tanto pelas revelações, que já eram do conhecimento geral, mas pela audácia de quem as formulou.

Trinta e oito dias depois do escândalo provocado pelo ministro das Finanças, ele teve que fugir do país e foi exilar-se em Londres. Extremamente embaraçado pelas denúncias, o presidente Stevens nomeou três comissões para investigar o escândalo que, em Freetown, ficou conhecido como o *vouchergate*<sup>1</sup>. Nada menos do que seis milhões de dólares foram gastos em vales emitidos em nome de quase 100 altos funcionários que nunca prestaram contas do que receberam. No interior, os escândalos passaram a ser conhecidos como *squandergate*, o que consistia ba-

<sup>1</sup> *Voucher* em inglês significa vale; *vouchergate* seria o *Watergate* dos vales.

sicamente na encomenda de obras públicas que nunca saíram do papel.

Mais de duas mil pessoas de todos os escalões foram envolvidas nas investigações das três comissões criadas por Stevens em meados de 1982, quase dois anos depois do início da cruzada moralista de Akibo-Betts. Os relatórios ficaram prontos em Dezembro de 1983, mas só em Outubro de 1984 é que o presidente anunciou as punições. Noventa e cinco funcionários foram demitidos mas as conclusões gerais anunciadas pelo governo foram decepcionantes. Nenhuma figura importante foi punida e apenas seis dos 400 acusados devolveram o dinheiro retirado do governo. E o pior foi que vários suspeitos denunciaram terem subornado membros da comissão investigadora. O resumo geral anunciado pelo jornal *New Citizen*, de Freetown, foi lacónico: nada foi mexido no mercado negro, no contrabando, na corrupção e no governo paralelo.

O mais recente escândalo a sacudir os já cépticos leoneses envolve personagens conhecidíssimas. Em Outubro de 84, a *British Petroleum* vendeu as acções que tinha na *National Diamond Mining Co.* (NDMC) à *Precious Minerals Marketing Co.*, de Jamil Said Mohamed. A *Precious* tem também a participação de Tony Yazbeck, do governo, e de 46 accionistas privados, na sua maioria libaneses. Mas o que provocou mais polémicas não foi a composição accionária nem as dúvidas sobre a participação do governo na empresa. O grave é que ela passou a ter liberdade completa no mercado externo, vendendo diamantes e ouro no mercado mundial sem qualquer controlo do governo de Serra Leoa. As transacções feitas não sofrem sequer vistoria do Banco de Serra Leoa. Assim, o chamado governo paralelo avançou ainda mais no seu controlo da economia.

#### Lotaria sucessória

Desde o ano de 1983, meios políticos de Freetown permanecem na expectativa do anúncio da aposentadoria do presidente Stevens. Todos os discursos oficiais são cuidadosamente examinados em busca de pistas sobre a sucessão. Mas *Shaki* não tem feito nenhum esforço para acabar com a expectativa política.

De momento, os principais candidatos à sucessão são os vice-presidentes Sorie Ibrahim, Kroma e Francis Misheck Mingo. Dos dois, o último é o mais ambicioso e tem manobrado nos bastidores para aparecer como a melhor opção, quando Stevens se aposentar. É quase certo, porém, que Minah provocará fortes ressentimentos dentro do partido graças ao seu autoritarismo. Outro político bastante cotado é o actual ministro das Finanças, Salia Juso Sherieff, que tem fortes ligações na comunidade financeira e é muito respeitado pelos banqueiros internacionais. Sherieff seria o homem indicado para o FMI, mas a sua base política interna é fraca.

Entre os militares, o oficial mais em evidência é o comandante do exército, major-general Joe Saidu Momoh, que, segundo rumores, teria adoptado recentemente uma atitude dura em relação à corrupção no governo. Alguns suboficiais manifestaram também críticas a Stevens em reuniões realizadas em Outubro e Novembro nos quartéis de berforce, nos arredores de Freetown. Mas nenhum deles tem condições para promover um levantamento militar contra Stevens. Se, por acaso, o presidente morrer no exercício do poder ou for obrigado a deixar o poder por motivo de doença, são grandes as probabilidades de que o exército resolva interferir na política para acabar com a interminável luta pela sucessão, a exemplo do que ocorreu na Guiné, após a morte de Sekou Touré.

nada a influência do governo de Pretória na área, as autoridades angolanas acreditam que estarão criadas as condições para alcançar a paz interna com um mínimo de custos económicos e com o menor número possível de perdas humanas. Alguns desertores do movimento contra-revolucionário confirmaram a importância do papel exercido pelos sul-africanos nos combates no sul de Angola. Lúcio Calopa, de 34 anos, capturado em combate, admitiu ter permanecido seis meses num campo de treino chamado *Dirty City* ("Cidade Suja") no norte da Namíbia, sob a orientação de instrutores sul-africanos.

As mesmas revelações foram feitas por alguns ex-oficiais da UNITA que foram apresentados à imprensa no final de Dezembro, na cidade de Lubango. Todos eles confirmaram que o exército de Pretória ainda ocupa posições



A incorporação de novos recrutas mudou a face do exército angolano

dentro do território angolano, apesar do entendimento firmado entre os dois países em Fevereiro, na cidade de Lusaka (Zâmbia), a África do Sul anunciara na capital da Zâmbia que retiraria as suas tropas de Angola até finais de Março, mas o prazo não foi cumprido. Diplomatas em

Luanda acreditam que o agravamento das tensões internas dentro da UNITA pode ser também uma consequência da perspectiva de uma retirada completa das forças sul-africanas que hoje garantem a acção dos contra-revolucionários chefiados por Jonas Savimbi.

## MONTAGEM COMPLETA DE FÁBRICAS PARA CALÇADO



PLANIFICAÇÃO  
DE INSTALAÇÕES

FORNECIMENTO  
DE MATÉRIAS-PRIMAS  
E EQUIPAMENTOS

LANÇAMENTO  
DE PRODUÇÃO

TECNOLOGIAS AVANÇADAS

ASSISTÊNCIA TÉCNICA  
PERMANENTE

### Comércio Internacional, Lda.

RUA DOS ARNEIROS, 96-1.º DIR. — 1500 LISBOA

Telefone 708139/709220

Telex 42039 ZIMA P

Director Comercial: ANACLETO MARQUES.

Produtos - EQUIPAMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS PARA A INDÚSTRIA DE CALÇADO



dos da UNITA, era o responsável por uma fazenda na área ocupada pela UNITA, antes de se entregar ao MPLA. Conta ele que, a partir do ano passado, contra-revolucionários da etnia *ovimbundu*, vindos de Jamba, começaram a capturar dirigentes locais, que posteriormente eram executados. "O caso mais flagrante, conta António Joana, aconteceu em Agosto passado, quando chefes da UNITA chegaram à nossa base e ordenaram a todos que entrassem na forma. Logo em seguida, fuzilaram sumariamente todos os que não eram *ovimbundu*, na frente dos restantes". O ex-rebelde afirma que os antagonismos tribais atingem todos os níveis da UNITA e que, nos últimos dez meses, pelo menos 15 chefes não-pertencentes à etnia dominante foram já executados.

Segundo informações divulgadas pelo exército angolano, Jonas Savimbi mandou prender o seu principal assessor militar, em Março de 1984, em consequência das tensões tribais dentro da organização. Todavia, além dos choques entre grupos étnicos diferentes, os contra-revolucionários parecem também mostrarem sinais de cansaço, especialmente em relação ao abastecimento deficiente de roupas e comida. Assim, com o objectivo de estimular ainda mais as deserções, o exército angolano está a dar o melhor tratamento possível aos ex-membros da UNITA. No campo próximo de Lubango, os desertores trabalham juntamente com camponeses locais, recebem o mesmo tipo de alimentação e mostram-se satisfeitos com o tratamento recebido.

Oficiais do exército angolano afirmam que os desertores serão levados de volta para N'Giva logo que a situação militar o permita. No entanto, uma viagem de três dias pela área de operações, na companhia de soldados das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) indica que a paz ainda está

distante. Embora a UNITA não ocupe já grandes extensões de terra ao sul de Angola, o apoio recebido das tropas sul-africanas, que ainda estão na área, faz com que 60% dela esteja sob controlo militar face às escaramuças constantes. Na verdade, as FAPLA estão a travar duas guerras diferentes no sul de Angola.

### As duas guerras

Uma delas tem lugar nas províncias de Huíla e Cunene, onde as tropas angolanas estão empenhadas em combates quase convencionais com soldados sul-africanos. As forças sul-africanas ocupam ainda uma zona que, em alguns pontos, atinge uma faixa de 15 quilómetros ao longo da fronteira com a Namíbia, na direcção de N'Giva. Na frente do sudeste, a UNITA só opera graças à cobertura militar sul-africana.

Os combates na região deixaram um saldo extremamente alto em matéria de destruições. Os bombardeamentos aéreos sul-africanos, durante os últimos nove anos, arrasaram grande parte das cidades e fazendas da região de Huíla, que foi invadida por milhares de refugiados vindos da área do Cunene. Apesar disso, a economia local já mostra alguns sinais de recuperação. Nós tivemos a oportunidade de ver algumas fazendas com plantações de frutas e vegetais, bem como alguns rebanhos de gado. Não havia sinais visíveis de fome e foi-nos dito que a produção local era suficiente para a população, bem como para algum comércio com as regiões próximas de Lubango e Bié.

O exército angolano parecia ter o controlo total da região. Não havia sinais de uma presença ameaçadora da UNITA, nem os sul-africanos pareciam dispostos a ataques mais audaciosos.

A outra guerra que Angola continua a travar envolve comba-

tes contra grupos rebeldes no norte e no oeste de Huíla e Cunene. Algumas unidades guerrilheiras da UNITA e comandos sul-africanos realizam, de tempos a tempos, ataques contra objectivos económicos e contra trabalhadores estrangeiros em Angola com o objectivo de espalhar medo e a insegurança. Esses ataques não chegam, no entanto, a ser suficientemente intensos para garantir um controlo efectivo do território, nem para conquistar apoio da população.

Em Huambo, ainda estão hospitalizadas algumas vítimas de ataques recentes de forças da UNITA. Os contra-revolucionários continuam a actuar especialmente nas regiões pouco habitadas e só se aventuram a acções mais audazes com o apoio sul-africano. A única região onde o próprio governo angolano admite existir uma substancial presença de forças da UNITA é na alta montanha e quase deserta província de Cuando-Cubango, onde a densidade populacional é de um habitante para cada três quilómetros quadrados. Está aí localizada a principal base da organização apoiada pela África do Sul. Um desertor revelou que os homens de Savimbi exploram fazendas e têm serviço hospitalar na região.

### O apoio sul-africano

Comandantes militares angolanos em Huambo não contestam estas afirmações, mas afirmam que as acções em larga escala contra redutos rebeldes no extremo oriental do país são caras e, logisticamente, muito difíceis. A base de Jamba fica a seis dias de viagem de comboio se junto à fronteira da Namíbia é protegida, dia e noite, por aviões da força aérea sul-africana.

No momento, toda a estratégia militar e diplomática de Angola está orientada no sentido de neutralizar a acção sul-africana na zona próxima da fronteira com a Namíbia. Uma vez que

entoou hinos às virtudes da auto-determinação, da não intervenção e da soberania nacional. Num tentativa de apagar a sua imagem de instrumento de Washington, a Venezuela passou das palavras à acção limitada no campo diplomático. Censurou os EUA pela sua atitude em relação à Nicarágua e denunciou os planos de operações secretas apoiadas pela CIA. Entrou em negociações discretas com Cuba e apoiou uma resolução cubana nas Nações Unidas no sentido de declarar Porto Rico colónia norte-americana.

O governo de Herrera Campins desassociou-se da Iniciativa para a Bacia das Caraíbas (IBC) proposta por Reagan, a qual criticou como exclusivista — “mera tentativa de canalizar ajuda para El Salvador” — e avarenta. “A quantia proposta, de 350 milhões de dólares, é a que damos anualmente a nove países da Bacia das Caraíbas só em compras de petróleo”, disse Herrera. A rejeição da IBC pela Venezuela tinha especial significado, dada a posição do país como um dos quatro membros originais do “Clube de Nassau”, engendrado em 1981 por Alexander Haig e precursor da IBC.

Conscientemente, a Venezuela passou a dar menos apoio verbal à democracia cristã internacional e mostrou-se mais receptiva às opiniões emitidas pelo México, que é a outra potência de médio porte da região. As relações entre Venezuela e México vinham-se caracterizando mais pela concorrência do que pela cooperação; além disso, durante os primeiros anos da administração Herrera, tinham surgido profundas divergências ideológicas.

Mas, em meados de 1980, seguindo o rumo traçado por Carlos Andrés Pérez em Puerto Ordaz, a Venezuela e o México assinaram um acordo de crédito — o Acordo de San José — a favor de nove países caribíacos importadores de petróleo. Os be-



Seguindo os rumos de Carlos Andrés Pérez (centro), a Venezuela assinou o Acordo de San José a favor de nove países da região

neficiários eram as cinco repúblicas da América Central, o Panamá, a República Dominicana, Jamaica e Barbados. México e Venezuela concordaram em fornecer até 160 mil barris de petróleo por dia (bpd) em partes iguais a esses países. Trinta por cento da conta do petróleo de cada um deles seriam convertidos em empréstimos a cinco anos e juros de 4%, os quais poderiam ser prorrogados para 20 anos, a juros de 2%, caso o dinheiro poupado fosse investido em projectos de energia e desenvolvimento económico. O custo anual total para a Venezuela e para o México era de 700 milhões de dólares. Ainda assim, o Acordo de San José constituiu uma vitória política de baixo preço para a Venezuela. Com efeito, a sua parte do crédito, de 80 mil bpd, era bem menor do que aquilo que o país já vinha fornecendo nos termos do acordo de Puerto Ordaz. Por outras palavras, a participação mexicana permitiu à Venezuela libertar grandes quantidades de petróleo

para venda mais lucrativa a outros clientes.

#### A indignação da COPEI

Até meados de 1982, Venezuela e México tinham opiniões muito diferentes sobre a América Central. O ponto crítico foi atingido em Agosto de 1981, com a declaração franco-mexicana que reconhecia a FMLN-FDR como “força política representativa” e exigia negociações em vez de eleições. A Internacional Socialista apoiou imediatamente a declaração, ao passo que a Democracia Cristã internacional a atacou, como já se previa, achando que ela prejudicava Duarte, que também era democrata-cristão. Washington ignorou a proposta.

A COPEI, bem como a ala conservadora da AD, mostrou-se indignada ante o que via, acusando de interferência directa a desautorização da Junta liderada por Duarte. O governo, sem atentar para a ironia da sua atitude, condenou a intervenção mexicana e “extra-continental” nos

## Uma política externa pendular

Tanto os governos democrata-cristãos como os social-democratas sustentam posições ambíguas e de matiz conservador, sem contradizer, nos factos, os interesses dos EUA na região

Robert Matthews\*

Dois acontecimentos, ambos na primavera de 1982, provocaram uma aparente mudança de direcção na política externa da Venezuela. Um deles foi o facto de os democrata-cristãos não terem obtido a maioria absoluta na Assembleia Constituinte de El Salvador; o outro foi a posição assumida pelos EUA na crise das Malvinas.

A incapacidade de Duarte para derrotar a coligação pós-eleitoral de partidos de direita asses-

mo tempo, o apoio dado pelos EUA à Grã-Bretanha no conflito entre esta última e a Argentina, trouxe novo alento às antigas suspeitas de que Washington daria sempre prioridade aos seus velhos compromissos europeus, em detrimento dos interesses latino-americanos. Os venezuelanos recordaram-se, possivelmente, das palavras com que Henry Kissinger menosprezou a América Latina, em 1969. "O Sul", disse, "nunca fez história. (...) O

Campins — de que a harmonia objectivos entre os EUA e a Venezuela serviria para promover a influência do seu país na região. Agora, essa íntima aliança parecia mais um risco diplomático que outra coisa; o lucro que traria era como um cheque em branco que não podia ser contado, nem no país nem no estrangeiro. Em Maio desse mesmo ano, o ministro Zambrano, de Negócios Estrangeiros, recordava, durante uma reunião do Conselho do Rio: "A decepção e o desânimo dos latino-americanos (com a guerra das Malvinas) durou por muito tempo depois da terminada a batalha". Em maio de 1982, o governo Herrera Campins, como um marido enganado, pareceu distanciar-se da sua antiga aliança. Em Julho, já desiludido, Herrera condenava "a sua atitude e inexplicável atitude em relação aos Estados Unidos, (a qual) obrigava a América Latina a reflectir profundamente sobre nova formas de conceber a sua segurança e a sua defesa colectiva, bem como as suas relações com os outros países da América".

Uma vez mais, a Venezuela



O presidente Herrera Campins tentou aumentar a influência da DC

tou um profundo golpe nos planos de Herrera para aumentar a influência democrata-cristã, na América Central. A Venezuela passou a olhar a estratégia militar dos EUA como arma ao serviço da extrema-direita. Ao mes-

mo que acontece (na América do Sul) não tem a menor importância".

Os acontecimentos verificados na Argentina e em El Salvador contribuíram para abalar o pressuposto tácito de Herrera

\* Este artigo foi publicado originalmente na revista *Naclo-Republican the Americas*, no número de Maio de 1982 (Volume XVIII; nº 4) dedicado à política externa venezuelana a par da década de 50 até ao presente.

dos". Em Maio de 1984, Roberto D'Aubuisson e o seu partido da extrema-direita, a ARENA, acusaram a operação venezuelana de ser uma frente de relações públicas, apoiada pela CIA, destinada a beneficiar Napoleón Duarte na sua recente campanha presidencial. As funções militares e políticas da CIA coincidiam com a estratégia da COPEI de reforçar a imagem dos militares a fim de assegurar a viabilidade dos democrata-cristãos de El Salvador.

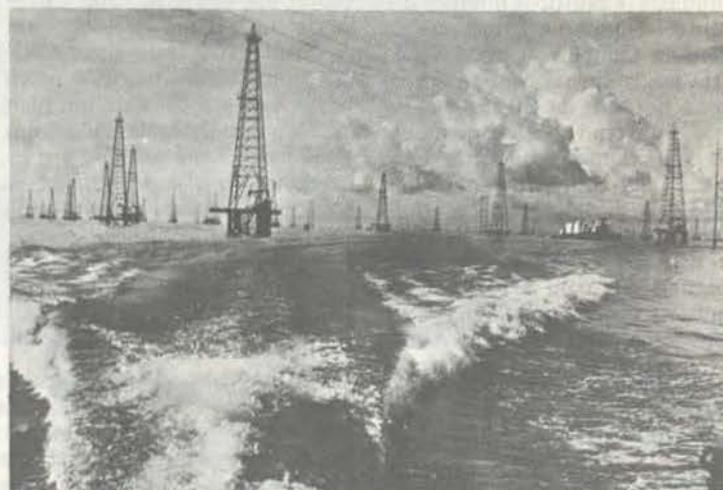
### O corte de petróleo para a Nicarágua

No tocante à Nicarágua, os actos da Venezuela falavam mais alto do que as suas ocasionais palavras de simpatia. Em Setembro de 1982, após dois anos de rumores de corte, o governo de Herrera Campins suspendeu as remessas diárias de 7.000 bpd de petróleo a que os sandinistas tinham direito nos termos do Acordo de San José, alegando que os pagamentos da Nicarágua estavam atrasados. Sem perda de tempo, os críticos da esquerda criticaram o governo de, mais uma vez, usar o petróleo como arma ideológica, mas muitos elementos da AD mostraram-se mais tolerantes com a suspensão das remessas, justificando-a com as realidades económicas. Um alto elemento da COPEI, especialista em assuntos internacionais, admitiu, porém, oficiosamente, que a decisão tinha sido meramente política. "Você acha", referiu ele, "que a Guatemala ou Honduras estão em dia com os seus pagamentos? Ninguém está a pagar coisa alguma na América Central, e a Nicarágua foi discriminada".

Em meados de 1983, as declarações governamentais na área da política externa assumiram um tom mais francamente anti-comunista. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Venezuela definiu o que o seu país entendia

por busca de paz no contexto de Contadora. Em Setembro, declarou nas Nações Unidas, que "a paz não trará necessariamente a liberdade na América Central; é

me democrata-cristão persistiam: uma visão bipolar do mundo que realçava a luta contra o marxismo; a necessidade de esmagar a esquerda revolucionária nas Ca-



A Venezuela cortou o fornecimento de petróleo à Nicarágua, alegando atrasos nos pagamentos

na liberdade que a paz se baseia". Por ocasião da sua permanência em Cancún, no México, para uma reunião do Grupo de Contadora, em Julho, o presidente Herrera Campins, numa mensagem evidentemente destinada à Nicarágua, advertiu que "só haverá paz verdadeira (na região) com uma democracia pluralista". E a Venezuela ressuscitou o conflito Leste-Oeste com alusões à interferência de "países que jamais tiveram um vínculo significativo com a região e cujo interesse sempre foi tão remoto quanto a sua posição geográfica".

Um exame atento da política externa venezuelana após meados de 1982 revela pois que a mudança de linguagem e posição públicas foi mais circunstancial que real. Embora certos gestos progressistas possam ter agradado bastante aos sentimentos latino-americanos, os actos da Venezuela, menos divulgados, davam a entender a Washington que os EUA não tinham perdido um amigo. As premissas básicas dos três anos anteriores de regi-

rasbas e circunvizinhanças; e o contínuo antagonismo em relação a Cuba, ainda que a hostilidade pura e simples fosse abafada. Herrera Campins dedicou considerável esforço à tarefa de estabelecer uma distância *retórica* em relação à política de Washington para a América Central e desfazer qualquer aparência de subserviência, mas continuou a reconhecer que os interesses da Venezuela na região eram paralelos aos dos EUA. A reacção do governo à invasão de Granada pelos EUA denotou claramente tais atitudes. Até ao fim da sua gestão, a essência da política externa venezuelana permaneceu intacta; só a sua superfície tinha sido retocada.

### Um crítico relutante

O partido Acção Democrática demonstrou ser um crítico relutante e incoerente da política externa da COPEI. A sua hesitação em interpelar o governo Herrera por ter posto termo à diplomacia progressista de Carlos Andrés Pérez tornou-se mais evidente no

assuntos de uma nação soberana. Enquanto jovens membros da COPEI atacavam a embaixada do México em Caracas, o governo Herrera liderava um ataque de nove países contra a iniciativa e comprometia-se a fornecer 100 milhões de dólares em ajuda a El Salvador.

Tanto o México como a França ficaram chocados com a veemência do protesto, e o comunicado conjunto dos dois países foi posto na gaveta durante um ano. Finalmente, na esteira da guerra das Malvinas, o apelo em favor de negociações voltou à tona — desta vez na Nicarágua — sob a forma de notas diplomáticas idênticas enviadas pelo México e pela Venezuela a Washington, Tegucigalpa e Manágua. Reconhecendo a reviravolta diplomática da Venezuela e a sua nova reaproximação com o México, Washington qualificou a proposta de “construtiva” para, em seguida, deixá-la de lado. O conceito, porém, tornou-se o embrião da iniciativa de Contadora. Em Janeiro de 1983, a Venezuela reuniu-se com o México, Colômbia e Panamá na ilha panamiana de Contadora, e declarou que a missão do novo grupo era procurar encontrar uma solução pacífica e diplomática para a crise da América Central.

A retórica venezuelana, no que diz respeito à América Central, pode ter divergido da linha norte-americana, mas as estratégias básicas permaneciam as mesmas. Desde 1981, que a oposição política criticava o governo pela sua assistência militar e programas de treino ao exército salvadorenho. Um observador norte-americano torceu o nariz a tais críticas, classificando-as de “ataques não-documentados por parte de esquerdistas venezuelanos”; mais tarde, Robert White, ex-embaixador dos EUA em El Salvador, afirmou que, “ao que eu saiba, tais coisas jamais aconteceram. O envolvimento da Venezuela é mais de democrata-

cristão para democrata-cristão”. As autoridades venezuelanas, porém, reconheciam veladamente a existência dos programas militares.

Em Janeiro de 1983, Thomas O. Enders, secretário-assistente de Estado para Assuntos Interamericanos, deu com a língua nos dentes. Numa tentativa de rebater críticas da imprensa de que a política norte-americana para a América Latina não contava com apoio na região, Enders cometeu um deslize surpreendente ao admitir que militares venezuelanos haviam treinado dois batalhões de *cazadores* (infantaria) de El Salvador. E acrescentou que “a Venezuela continua a manter instrutores militares naquele país”. Relatos posteriores indicaram que o treino era feito tanto em El Salvador como na Venezuela. O total de soldados treinados era supostamente da ordem de 2.000. A Venezuela era, pois, depois dos EUA, o país que mais treinava as forças armadas salvadorenhas. Na ocasião, fontes diplomáticas dos EUA observaram que, embora a Venezuela não desejasse ser vista como suplente dos EUA, a sua política em relação a El Salvador coincidia com a política norte-americana. Disse uma dessas fontes: “Eles estão muito mais envolvidos lá do que nós”.

A embaraçosa revelação de ajuda militar provocou a imediata contestação do ministro Zambrano Velasco; a pressão dos militares e do governo fez com que a imprensa venezuelana emudecesse sobre o assunto. A AD absteve-se de transformar o possível escândalo num dos pontos da sua campanha política — as sondagens de opinião indicavam que o partido tinha fortes possibilidades de conquistar a presidência nas eleições de Dezembro de 1983 e não lhe convinha, portanto, correr o risco de ofender as forças armadas. Apesar das contestações de Zambrano, o envolvimento militar com o exército

salvadorenho prosseguiu durante toda a administração de Herrera Campins. A operação foi realizada em completo segredo e em franca contradição com os apelos venezuelanos em favor da desmilitarização da região e negociações no âmbito do processo de Contadora.

A intervenção partidária da COPEI em El Salvador também era efectiva. Em Abril de 1983 foi revelado que o Instituto Venezuelano de Educação Popular (IVEPO) vinha trabalhando há três anos num programa de propaganda para os democrata-cristãos de El Salvador. O IVEPO, fundado por Aristides Calvez, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros de Caldera e actualmente secretário-geral da ODCA, concentra as suas actividades em El Salvador. Além disso, o instituto tem também colaborado com os partidos de centro-direita com os militares salvadorenhas através da Comissão Nacional de Planeamento (CONARA), responsável por um programa de acção cívica e pacificação em municipalidades de San Vicente e Usulután. Preparou uma série de TV para distribuição na América Latina e na Europa, destinada a restaurar a imagem das forças armadas de El Salvador. Segundo o director do IVEPO em El Salvador, esses programas “procuram mostrar que o exército tem o direito de usar armas que não é apenas o produto de um governo reaccionário, ao passo que os guerrilheiros (da esquerda) não têm o direito de lutar, e que os militares salvadorenhas são a única força armada legítima do país”.

A operação do IVEPO é essencialmente secreta; os 100 membros que nela actuaem são desconhecidos, e a fonte das suas verbas um mistério. Contudo, um democrata-cristão bem informado declarou que “não me surpreenderia se o instituto estivesse sendo financiado, pelo menos parcialmente, pelos Estados



Campanha eleitoral do presidente Lusinchi: é provável que as relações com Cuba venham a normalizar-se

Herrera, vêm sendo agora reduzidos pela contenção económica geral. Simón Alberto Consalvi, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros no governo Pérez e hoje secretário da presidência, deu a entender em Janeiro que o seu governo daria ênfase à cooperação e não à ajuda daqui por diante, porque "a Venezuela já não pode subsidiar o conflito na América Central". Uma vez que a Venezuela não possui os recursos técnicos e humanos para qualquer esforço cooperativo de grande porte, isto significa uma presença menor na Bacia das Caraíbas. Consalvi previu também que o novo governo preocupar-se-á menos com as questões gerais do Terceiro Mundo e mais com problemas regionais específicos.

As atitudes de eminentes líderes da AD em relação à Nicarágua são um exemplo da actual ambiguidade e incerteza da política venezuelana para a América Central. Mais uma vez, a linha mais progressista tem sido apregoada por Carlos Andrés Pérez. Convencido de que o governo Reagan está determinado a derubar o regime sandinista, Pérez uma vez por outra ocorre em sua defesa. Visitando Manágua em Fevereiro de 1984 por ocasião da comemoração do 50º aniversário

da morte de Sandino, Pérez anunciou que "os sandinistas dão um exemplo do processo democrático que não se assemelha ou imita qualquer outro na América Latina". Embora critique frequentemente os defeitos democráticos dos nicaraguenses, Andrés Pérez acredita que a persuasão amável é mais eficaz que as maquinações canhestras que ocorriam nos tempos de Herrera. Assim sendo, tem aconselhado o partido a adoptar uma linha mais suave. No mesmo mês em que Andrés Pérez regressou à Nicarágua, o presidente Lusinchi apareceu junto de Daniel Ortega, coordenador da Junta nicaraguense, por ocasião de um comício em Caracas. Lusinchi comprometeu-se a apoiar "o processo nicaraguense", ao mesmo tempo que lembrava aos sandinistas as suas obrigações democráticas.

Manuel Peñalver, secretário-geral da AD, representa, por seu lado, o pensamento da ala conservadora do partido. Falando na televisão venezuelana em Abril, afirmou que "a AD não apoia o governo da Nicarágua sem restrições ou reservas", acrescentando que "não é possível haver eleições válidas num estado de sítio ou quando os direitos das organizações sindicais foram suspensos".

Com efeito, a Venezuela mal reagiu às revelações, feitas em Abril, de que a CIA tinha estado directamente envolvida na operação de minar os portos nicaraguenses. Seis semanas mais tarde, o ex-presidente Andrés Pérez fez saber que a sua amizade pessoal com o ex-sandinista Eden Pastora era mais forte do que a sua lealdade ao regime de Manágua. A pedido de Andrés Pérez, o governo ofereceu asilo ao líder da ARDE, ferido durante uma tentativa de assassinato no dia 30 de Maio. O mais importante, porém, é que o regime de Lusinchi ainda não voltou a fornecer a quota de petróleo a que a Nicarágua tem direito nos termos do Acordo de San José. Até Março de 1984, o México vinha fornecendo a diferença; depois, resolveu também suspender a quota da Nicarágua.

#### As relações com Cuba e El Salvador

Quais as perspectivas oferecidas por Lusinchi no que diz respeito à política venezuelana em relação à América Central e às Caraíbas? É bem possível que as relações com Cuba venham a normalizar-se ainda durante o mandato de Lusinchi. Não obstante, a contenção daquilo que caracteriza por "influência cubana" na região continuará a ser

caso da América Central. A morosa reacção da AD deveu-se, em parte, à tradição bipartidária da política externa e, em parte, ao predomínio dos problemas económicos e políticos internos durante os anos da administração Herrera Campins. A oposição da AD reagia apenas contra os erros mais notórios da COPEI. Censurou o governo, por exemplo, pelo seu clamoroso partidarismo em El Salvador. No decorrer de 1981, o partido exigiu intermitentemente a suspensão da ajuda a El Salvador até que houvesse negociações com a FMLN-FDR que, na época, incluía alguns social-democratas amigos da AD.

A harmonia entre as posições da AD e da COPEI ficou ainda mais clara no caso da Nicarágua. Em 1982, a Internacional Socialista, bem como a AD, expressava dúvidas acerca da orientação democrática do regime sandinista. Naquele ano, os burocratas do partido — geralmente mais conservadores que Carlos Andrés Pérez — fizeram barrar os sandinistas da conferência da Internacional Socialista promovida pela AD em Caracas, embora a FSLN tivesse a qualidade de observadora no movimento. Em meados de 1983, o próprio Andrés Pérez apregoava praticamente a mesma linha, em relação à Nicarágua, que Rafael Caldera, candidato presidencial da COPEI. Andrés Pérez, sentindo certa responsabilidade pessoal pelo regime de Manágua, queixou-se de que “o projecto sandinista, que era um compromisso solene perante o mundo, a América Latina e o povo da Nicarágua, não se realizou”.

#### A herança de Lusinchi

Em Dezembro de 1983, Jaime Lusinchi, da AD, conquistou estrondosa vitória sobre Rafael Caldera, da COPEI, captando 56% dos votos, contra os 34% de Caldera. O resultado da esquerda socialista ficou aquém das previ-

sões mais pessimistas; o MAS, terceiro partido mais forte, obteve apenas 4% dos votos para presidente. Lusinchi herdou um país abalado por uma série de problemas internos. Com a queda dos preços da OPEP, a bonança dos anos 70 tinha desaparecido como que por magia. A receita do Tesouro caíra de um pico de 21 mil milhões de dólares em 1981 para 17 mil milhões, apesar da desvalorização do *bolívar*. A economia registara quatro anos



Jaime Lusinchi, visto por Hugo

consecutivos de crescimento zero ou negativo. A indústria funcionava com uma ociosidade de 40%; o desemprego aumentara para 20%. Na área agrícola, 60% dos alimentos necessários tinham de ser importados. Finalmente, o sistema capitalista do governo gemia sob o peso de uma dívida externa de 35 mil milhões de dólares — a quarta maior dívida na América Latina. A crise financeira e uma campanha contra a corrupção política arraigada receberam a mais alta prioridade.

A atenção exigida por tais problemas forçou necessariamente as questões de política externa para um segundo plano. Nos seus primeiros meses de governo, o presidente Lusinchi viu todo o seu tempo consumido pela renegociação da dívida e pela dificuldade de impor ao

país o seu programa de austeridade voluntária. A Venezuela jeitou a intrusão do FMI nos seus problemas financeiros, achando que, dadas as suas grandes reservas de dólares, os benefícios resultantes de empréstimos e a dilatação de prazos não valem a perda da sua autonomia.

Em Janeiro de 1984, uma fonte da AD previu que “uma política externa discreta seria o preço a pagar pela implantação de uma agenda interna populista”. Aos olhos dos actuais dirigentes, a política externa do país permanece cativa das suas relações financeiras e económicas com os EUA. A Venezuela parece ter conquistado a confiança dos seus credores norte-americanos, que detêm 85% da dívida, há indícios estranhos acerca da constante ausência da Venezuela nas recentes reuniões do Grupo de Contadora.

À parte a vultosa dívida junto dos bancos norte-americanos, o principal cliente do petróleo venezuelano continua a ser os EUA, e a debilidade dos preços da *crude* tem dado maior força a Washington. Face à complexa mistura de ideologia e *realpolitik* do governo Reagan, que preenche os amigos e pune os inimigos, é claro que o governo Lusinchi considera tolice ignorar os objetivos da política externa em relação aos EUA na América Central e no Caribe. Em conjunto, estes factores contribuem para amortecer todo o entusiasmo pela recuperação da independência acção que caracterizou o governo Pérez. Não obstante a adulação junto do Grupo de Contadora, a posição da Venezuela no tocante à América Central parece conservar a sua preferência pró-EUA, embora com reservas.

A ajuda técnica e os créditos dispensados tão generosamente nos anos da bonança do petróleo que marcaram o governo Andrés Pérez e que prosseguiram na forma modificada no regime

## Os custos da guerra

Mais de três mil crianças assassinadas e grandes perdas materiais são algumas das sequelas da acção desestabilizadora de Washington contra os sandinistas

Carlos Pinto Santos

Nos últimos dias de Novembro, um voo especial da Aeroflot procedente de Manágua desembarcou em Moscovo 100 feridos de guerra nicaraguenses. A maior parte eram jovens, rapazes e raparigas, necessitados de próteses para membros amputados nas frentes de combate.

Dois dias depois desse voo especial, o presidente Daniel Ortega Saavedra revelou no encerramento de um Festival Infantil que os três anos de contra-revolução já provocaram a morte de 3.346 crianças e adolescentes nicaraguenses (134, menores de 12 anos) num total de mais 8 mil perdas humanas. O número de orfãos de guerra — informou também Daniel Ortega — é de cerca de 5 mil. Por outro lado, mais de 130 mil camponeses das regiões fronteiriças do norte e sul foram deslocados para zonas mais seguras. Outros milhares de camponeses foram sequestrados e levados para as Honduras. Entre Janeiro de 1983 e Junho de 1984, de 1.045 membros de cooperativas, 531 foram mortos, 5 feridos e 509 sequestrados.

### Guerra contra o desenvolvimento

A estes números de baixas somam-se, num balanço incompleto de três anos de combates, os enormes prejuízos provocados pelas acções das organizações *contra* e agressões directas nor-

te-americanas. Os alvos mais visados são os meios de infra-estrutura económica e a capacidade produtiva do país, que posam levar à redução das exportações e obriguem ao deslocamento de importantes verbas do orçamento do Estado para a Defesa.

Assim, de 1981 a Maio de 1983, os danos causados pela contra-revolução à actividade económica da Nicarágua ascenderam a 714 milhões de dólares. Em 1983, os prejuízos materiais da acção *contra* somaram 128 milhões de dólares o que representou 31% do total das exportações. Mais de metade dessa cifra (66 milhões de dólares) foram estragos causados a cooperativas e unidades estatais agrí-

colas. Só numa semana de Novembro último, os *contra* da FDN destruíram sete unidades de produção privada de café na zona de Jinotega. Foram os primeiros ataques dirigidos a propriedades privadas desde o início dos combates e efectuados quando se iniciava a colheita do principal produto de exportação.

Os ataques da FDN ou da ARDE são dirigidos, preferencialmente, contra meios de produção e infra-estrutura rural: maquinaria agrícola, silos de cereais, sistemas de irrigação, transportes, estradas e pontes. Quinze escolas rurais e 16 centros de saúde foram destruídos.

Em 1983, a acção *contra* impediu colheitas de produtos destinados à exportação no valor de 43 milhões de dólares. No último ano, calcula-se que só 50% das colheitas de feijão e arroz foram possíveis de efectuar num país que até 1981 era auto-suficiente nestes produtos.

A minagem dos portos pela CIA, que durou dois meses, custou 9,1 milhões de dólares entre estragos a cinco barcos de pesca e exportações e importações perdidas ou atrasadas pelo bloqueio.

Os combates impediram que em 1983 o volume exportável alcançasse mais do que 405 milhões de dólares, ou seja, metade do valor das importações (819 mi-



Enterro dos civis massacrados em 30/4/83, entre os quais um médico voluntário alemão

um dos seus principais objectivos.

Fontes autorizadas da AD já garantiram, officiosamente, que o treino secreto de soldados salvadorenhos vai terminar. Contudo, nenhuma declaração pública foi feita até agora neste sentido. Além disso, o governo venezuelano continua a apoiar o processo eleitoral em El Salvador. Embora sem demonstrar qualquer favoritismo especial por Napoleón Duarte, tem cuidadosamente evitado qualquer entusiasmo pela exigência dos rebeldes, para os quais a participação no governo é condição necessária para a sua presença nas eleições. A atitude venezuelana é acentuadamente diferente da do México e da Colômbia, que se têm mostrado mais acessíveis à noção de participação no poder.

No processo de Contadora, o labirinto de contradições da política externa venezuelana vem impedindo o país de desempenhar um papel activo como o do México ou da Colômbia. Como disse Rubén Carpio Castillo, senador pela AD: "Quem chega tarde ao banquete não encontra lugar na mesa". O novo governo tem mantido, publicamente, uma atitude de apoio em relação a Contadora, mas os líderes da AD mantêm-se discretos quanto ao real potencial do Grupo de chegar a uma solução negociada para os conflitos da região.

Reservadamente, reconhecem que qualquer sucesso futuro do Grupo de Contadora dependerá da disposição de Washington de apoiá-lo com sinceridade. Isidro Morales Paúl, ministro dos Negócios Estrangeiros, cujas declarações sobre a América Central atingem as raias da banalidade, admitiu recentemente, após manter conversações com o Departamento de Estado norte-americano, que "de momento, os factores que permitiriam ao Grupo de Contadora formular um acordo pacífico entre as partes em litígio simplesmente não existem". Pressionado mais tarde

no sentido de esclarecer tal afirmação, Morales rapidamente desconversou. Alegando que os seus comentários tinham sido mal interpretados, negou que as suas conversações em Washington tivessem sido negativas. Porém, a indiferença em relação ao processo de Contadora tem caracterizado o regime de Lusinchi.

Neste panorama, Carlos Andrés Pérez parece mais uma aberração do que um pioneiro. A Venezuela não possui forte tradição de não-alinhamento internacional, nem uma esquerda institucionalizada à qual deva agradar, como é o caso do México. Se tivesse, talvez as circunstâncias actuais não pesassem tanto nas suas atitudes internacionais. Mas as premissas ideológicas da Acção Democrática, fundamentalmente centrista, aliadas ao fortíssimo mandato que o partido recebeu em Dezembro, tornar-lhe-ão muito fácil tolerar tudo o que os EUA decidirem fazer, excepto uma intervenção militar directa.

Considerando-se a atenção superficial que o governo Lusinchi tem dado até agora à política externa, é difícil dizer quem, na administração, exercerá a influência mais forte nas decisões futuras. Tanto a Constituição como a tradição conferem ao presidente venezuelano uma enorme liberdade de acção na área de relações internacionais. Mas Lusinchi, apesar de ter tido experiência formal em assuntos externos como membro de importantes comités do Congresso e do partido, não se mostra inclinado a assumir uma atitude forte quanto aos problemas da região. No futuro imediato, é provável que continue a tratar dos problemas internos.

Resta saber se Carlos Andrés Pérez, como velho estadista da AD e embaixador officioso junto do Terceiro Mundo, desempenhará papel importante como assessor, como o fez o ex-presidente Luís Echeverría, do Mé-

xico, durante a gestão de López Portillo. Como vice-presidente da Internacional Socialista e contando com muitos adeptos no exterior, ele tem o prestígio necessário para exercer esse papel, caso as circunstâncias permitam. Andrés Pérez já de olho nas eleições presidenciais de 1988, nas quais poderá novamente candidatar-se, e tem tentado vários países a fim de promover aquilo que pensa a respeito do nacionalismo e da solidariedade latino-americanos.

Enquanto persistirem actuais problemas económicos e fiscais da Venezuela, uma influência conservadora continua a ser exercida pelos ministros do Petróleo, da Economia e das Finanças, bem como pelo director do Banco Central e do líder do sector privado junto da mara Federal. A ultracorporatizadora polícia secreta (DISIP) mostra por frustrar diplomatas venezuelanos nas Caraíbas, muito bem exercer certa influência direita. Vozes poderosas da ala conservadora da AD tendem a insistir no velho objectivo de combater a influência cubana.

Com reservas avaliadas em mil milhões de dólares e um programa de austeridade voluntariamente adoptado, a Venezuela está em melhores condições de qualquer outro país latino-americano para cumprir a sua promessa de pagar a dívida externa "ao último centavo", ao mesmo tempo que resolve a sua crise política. Se os problemas internacionais amainarem, o país pode desempenhar um papel mais importante como corretor de uma sub-região centro-americana. A ala progressista da AD sabe que o seu prestígio no exterior depende de uma dose de nacionalismo tercio-mundista. Washington não faz razões, portanto, para considerar que a actual passividade diplomática de Caracas signifique aquiescência venezuelana em favor de uma intervenção dos EUA.

Puerto Castilla,<sup>2</sup> entre outras bases, continuam a aterrar diariamente os poderosos C-130 descarregando toneladas de material bélico.

A assistência militar norte-americana ao exército hondurenho duplicou de 1983 para 1984, passando de 37,3 milhões de dólares para 77,5 milhões.<sup>3</sup> De assinalar que estes montantes não incluem os investimentos militares próprios do exército dos EUA, nem englobam a ajuda através do exército hondurenho às organizações contra-revolucionárias nicaraguenses. Segundo estimativas do governo de Manágua, estas últimas já receberam 100 milhões de dólares da administração norte-americana.

#### Política hábil e mobilização popular

Se até agora a invasão não se verificou isso deve-se, basicamente, a quatro factores principais:

1) à hábil política da direcção sandinista que não tem fornecido pretextos nem cometido erros que habilitem Reagan e o Pentágono a justificações para a invasão. O pseudo perigo que a Nicarágua constituiria para a in-



A assistência militar norte-americana ao exército das Honduras duplicou de 1983 para 1984

tegridade dos outros países da região, não atingiu o mínimo de credibilidade junto da comunidade internacional, apesar de todos os episódios criados com os "fornecimentos" dos Mig 21, dos helicópteros de ataque soviéticos, dos aviões de reconhecimento checos ou dos equipamentos de armas químicas;

2) a realização das eleições de 4 de Novembro passado. Nas actuais condições de beligerância verificadas em largas zonas do território, estas dificilmente poderiam ter decorrido melhor, tendo o governo sandinista demonstrado uma grande abertura

perante muitas das condições exigidas pela oposição de direita. Mais do que os resultados obtidos pela FSLN (67%), o nível da votação (77%) foi uma aposta ganha pelos sandinistas, que num país em guerra conseguiram uma afluência eleitoral (de um total de 3.978 urnas apenas 9 não puderam funcionar), que muitos países europeus habitualmente não alcançam;

3) o reforço da capacidade defensiva e a mobilização da população nicaraguense, que tornam ilusórios os cálculos de reduzidas baixas ianques previstos pelos especialistas do Pentágo-

<sup>2</sup>Segundo o "Acordo de Defesa Mútua" recentemente negociado por Ronald Reagan e o presidente hondurenho Suazo Córdoba, seria transladada para Puerto Castilla, situado na costa atlântica, a célebre *Escuela de las Américas* (ver matéria nesta edição). A escola que formou gerações de ditadores e generais latino-americanos funcionou na chamada "Zona do Canal" no Panamá de 1947 até ao seu encerramento em 30 de Setembro último, quando retornou à soberania panamenha devido aos acordos Torrijos-Carter assinados em 1979.

<sup>3</sup>A evolução nos últimos anos da ajuda norte-americana ao exército hondurenho foi a seguinte: 1980 - 37,3 milhões de dólares; 1981 - 39,9 milhões de dólares; 1982 - 31,2 milhões; 1983 - 37,3 milhões; 1984 - 77,5 milhões. No mesmo período, El Salvador recebeu em 1980 - 5,9 milhões; 1981 - 35,5 milhões; 1982 - 82 milhões; 1983 - 81,3 milhões; 1984 - 196 milhões.

## ORTEGA NA PRESIDÊNCIA

□ O programa económico para 1985 e a defesa militar foram as duas prioridades definidas por Daniel Ortega no seu discurso de posse, para os primeiros anos de seu governo. Ambos os temas tinham sido analisados previamente na Assembleia Sandinista, o órgão máximo da Direção Nacional da Frente Sandinista (FSLN), 72 horas antes da posse, numa reunião presidida pelos comandantes Bayardo Arce, Humberto Ortega e Jaime Wheelock. A Assembleia Sandinista — criada em 1980 — é integrada pelos mais destacados comandantes militares nicaraguenses que lutaram contra a ditadura somozista.



Ortega foi empossado perante numerosas delegações internacionais

A posse do novo presidente da Nicarágua, Daniel Ortega — o mais jovem de todos os chefes de Estado latino-americanos, com 39 anos — foi prestigiada por mais de 300 personalidades de 44 países, entre delegados de governos, parlamentos e órgãos religiosos. Nesses convidados cabe mencionar o chefe de Estado da Jugoslávia, Sina Hasani, de Cuba, comandante Fidel Castro, de Suriname, Win A. Udenhaut, o vice-presidente da Argentina Víctor Martínez, da República Popular da Coreia, do Vietname, entre outros.

O presidente Ortega ratificou 16 dos anteriores 19 ministros, incluindo todas as pastas-chaves: na do Interior, continua o ministro-comandante Tomás Borge; na da Defesa, Humberto Ortega, e dos Negócios Estrangeiros, mantém-se Mi-

guel D'Escoto. Os restantes sacerdotes do gabinete também foram confirmados nos seus cargos, nomeadamente Ernesto Cardenal, no Ministério da Cultura, e Fernando Cardenal, na pasta da Educação. Ambos enfrentam o veto do Vaticano à hierarquia eclesiástica nicaraguense, que tem em vão fazê-los desistir de ocupar cargos na administração sandinista.

Porém, Ortega pretende introduzir modificações na estrutura do Executivo. Ele projecta a criação de um Conselho Nacional de Planeamento, presidido por ele mesmo, que terá as funções de um órgão superior de consulta da Presidência.

Por outro lado, o antigo Ministério do Planeamento será integrado na recém-criada Secretaria de Planeamento e Orçamento, junto com a Direção Geral de Orçamento do Ministério das Finanças e mais duas instituições autónomas. Ortega também decidiu criar o Ministério da Presidência, a qual passarão a depender a Secretaria de Coordenação de Assuntos Regionais e a Secretaria Administrativa da Presidência. Também foi criado o Ministério de Cooperação Externa, para o qual foi designado o comandante Henry Ruiz, que antes ocupava a pasta de Planeamento.

### Declaração de Mandagua

Durante a cerimónia, os líderes políticos parlamentares reunidos na capital nicaraguense emitiram um documento através do qual fazem um apelo aos governos centro-americanos e, particularmente, ao Congresso dos Estados Unidos para procurar uma solução para o conflito da região no marco das iniciativas promovidas pelo Grupo de Contadora. Esse documento, baptizado de "Declaração de Manágua", é o fruto do consenso entre as delegações presentes à posse do presidente Ortega e foi lido pelo general Luis Seregni, presidente da Frente Ampla do Uruguai.

O general — que fora libertado em Março passado após quase dez anos de prisão — afirmou que o novo governo da Nicarágua assegura as condições para iniciar o processo de diálogo nacional e negociações bilaterais com a administração Reagan, que conduzam à normalização das relações entre os Estados Unidos e a Nicarágua.

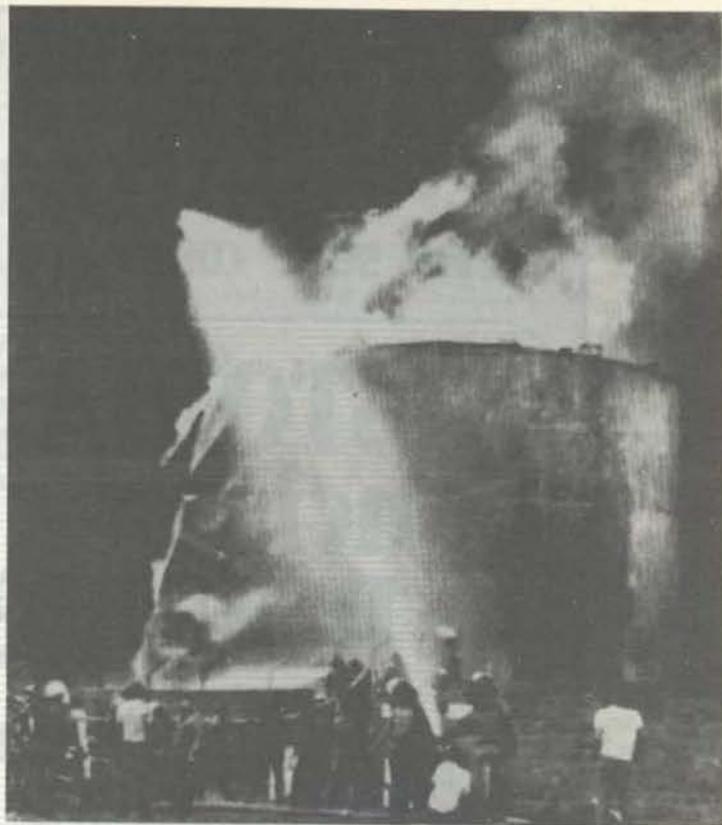
Entre as primeiras resoluções políticas do novo governo incluiu-se a concessão de uma ampla amnistia a todos os contra-revolucionários que aceitem integrar-se no processo político e o apelo à organização indígena *Misurasata*, liderada por Brooklin Rivera, para continuar as negociações tendentes a assegurar a autonomia das comunidades indígenas da costa atlântica do país.

no<sup>4</sup>. Contando com o Exército Sandinista, as milícias e os Comitês de Defesa Sandinista, o governo de Manágua está convicto de em poucas horas poder colocar nas trincheiras cerca de 400 mil nicaraguenses. Para isso, nos últimos meses, tem-se sucedido em Manágua e outras cidades nicaraguenses exercícios de alerta de combate que segundo dirigentes militares têm revelado um elevado grau de eficácia.

#### CEE apoia Contadora

4) A posição da comunidade internacional, que de diversas formas e a níveis de empenhamento variado, tem manifestado a Ronald Reagan os altos custos políticos que uma intervenção directa na Nicarágua acarretaria aos interesses dos Estados Unidos. O Grupo de Contadora, apesar de todas as tentativas de sabotagem de Washington e dos seus aliados na América Central, continua activo na busca de uma solução política para o conflito centro-americano.<sup>5</sup>

Estas quatro ordens de razões explicam porque ainda não se combate nas ruas de Manágua. Entretanto, as incursões dos *contras* continuam. Tudo está pronto e no seu lugar para a invasão. Os planos estão traçados, o exercício ianque em posição de atacar a partir das bases nos EUA, Honduras, Costa Rica e a *US Navy* estacionada em águas centro-americanas.



A CIA está por detrás das actividades de sabotagem dos *contras*

Na Nicarágua, ao mesmo tempo que instrutores militares explicam à população as vantagens da espingarda de repetição soviética *M 44* (mais conhecida pelos nicaraguenses por *matamachos*), que perfura a blindagem de um tanque, brigadas de estudantes e funcionários públicos protegidos

por milhares de soldados e milicianos armados, partem para as regiões fronteiriças do norte e sul para ajudarem as colheitas do café, cana-de-açúcar e algodão.

Na tarde do dia 3 de Dezembro último, nas proximidades da aldeia de San Juan del Río Coco, a 280 kms ao norte de Manágua, um grupo de *contras* emboscou com fogo de artilharia um autocarro que levava uma dessas brigadas de voluntários para as colheitas do café. Morreram 21 funcionários, entre os quais cinco mulheres, e oito ficaram feridos. Segundo o testemunho de um sobrevivente, após o ataque, várias das vítimas foram assassinadas pelos *contras* com tiros à queima-roupa no interior do autocarro, em seguida incendiado. Os corpos ficaram totalmente carbonizados. ●

<sup>4</sup>O almirante norte-americano George R. Laroque, director do "Centro de Informações sobre a Defesa", escreveu num artigo do *New York Times* a 23 de Novembro último que o controlo de Manágua e do resto da Nicarágua custaria ao exército norte-americano entre 500 e mil mortos e que não demoraria mais do que "vários dias ou várias semanas".

<sup>5</sup>A acção dos quatro países que integram este Grupo (México, Venezuela, Colômbia e Panamá) obteve um importante reforço com o pronunciamento em seu favor dos países da Comunidade Económica Europeia

expresso na reunião de princípio de Dezembro em Dublin (Irlanda). Nessa ocasião, os "dez" consideraram que o "processo de Contadora representa a melhor possibilidade de conseguir uma solução política para a crise que atravessa a região" e exortaram "todas as partes interessadas a trabalharem nesse sentido". Dias antes da tomada de posição da CEE, o governo dos Estados Unidos tinha sofrido um importante revés internacional quando o Tribunal de Justiça de Haia se declarou capacitado para julgar as denúncias da Nicarágua sobre a agressão norte-americana.

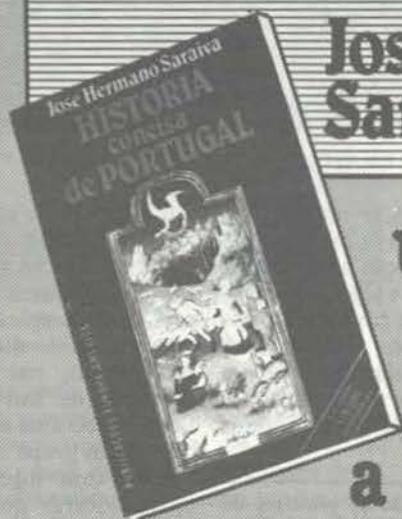
um verdadeiro best-seller

já **116 000** exemplares  
porque se lê como um romance

# HISTÓRIA concisa de PORTUGAL

agora em  
9.<sup>a</sup> edição  
revisada

José Hermano  
Saraiva



uma nova  
maneira  
de ver  
a HISTÓRIA

*Para os que a desconhecem  
Para os que a aprendem  
Para os que a esqueceram  
Toda a evolução política, social,  
económica e cultural, em paralelo*



naturalmente! ... uma edição

**PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA**

# Os problemas na transferência do Canal

Cinco anos após a assinatura dos tratados Torrijos-Carter, as imposições unilaterais norte-americanas que violam os acordos criam novos atritos

Nils Castro\* e Oydén Ortega\*\*

Al de Outubro passado, fez cinco anos que entraram em vigor os Tratados do Canal do Panamá, negociados pelo general Torrijos e pelo presidente James Carter. Essa complexa e longa negociação foi enaltecida como um precedente para o Terceiro Mundo, para o diálogo Norte-Sul e, particularmente, para a América Central e o processo de Contadora, por tudo o que os tratados envolveram no sentido da possibilidade de se conseguir uma solução política para graves controvérsias entre um pequeno país subdesenvolvido e uma grande potência.

No entanto, embora a situação geral seja hoje melhor do que há cinco anos, o problema está longe de ser solucionado. As violações e o não-cumprimento dos tratados, na sua instrumentação e execução, por parte da actual administração norte-americana, está a ocasionar novos motivos para conflito, que se somam às insatisfações que a fórmula negociada havia deixado entre os panamianos.

Um istmo ou um canal ser-

vem tanto para abrir passagem como para fechá-la e, por essa razão, o domínio sobre esse caminho foi geralmente mais cobido do que a sua simples utilização. Já para o colonialismo espanhol, a rota fortificada tinha valor, em primeiro lugar, como obstáculo para impedir o acesso dos ingleses ao oceano Pacífico. Para os governos norte-americanos, o controlo militar do Canal interessava mais do que a sua exploração comercial. É a isso que se deve o facto de que instalações e bases militares tenham ocupado uma enorme área onde deveriam ter sido instaladas fábricas e armazéns que gozariam de privilegiado acesso às rotas comerciais mundiais.

Grande parte da história do Panamá tem girado, justamente, em torno das lutas da sua burguesia e do seu povo para recuperar maiores quotas de acesso à área e aproveitá-la para o desenvolvimento nacional, diante de poderes estrangeiros que, de vez em quando, discutem com os panamianos o aproveitamento desse pedaço do seu solo.

Apesar disso, o Panamá vem demonstrando há mais de 300 anos a sua aptidão para servir a comunidade internacional, tornando viável, universalmente acessível, eficiente, neutro e se-



A embaixada norte-americana na cidade de Panamá: uma presença muitas vezes repudiada pelos patriotas

\* Catedrático e ensaísta, é secretário de Assuntos Internacionais do Partido Revolucionário Democrático panamiano. Foi assessor para a política externa dos presidentes Aristides Royo, Ricardo de la Espriella e Jorge Illueca. Desempenha a mesma função no gabinete do presidente Nicolás Ardito Barletta.

\*\* Advogado, é um dos dirigentes do Partido Revolucionário Democrático panamiano. Foi ministro do Trabalho no governo de Aristides Royo e ministro dos Negócios Estrangeiros de Ricardo de la Espriella e Jorge Illueca. É representante do Panamá na Junta Directora da Comissão do Canal.

guro o uso da rota através desses meios de trânsito e intercâmbio. Historicamente, a nação só reivindicou que essa utilização do seu território respeitasse a soberania, integridade e interesse nacionais e que beneficiasse adequadamente o desenvolvimento, paz e segurança do seu povo e dos demais latino-americanos.

### Um processo negociador

É nesse contexto que se deve avaliar o processo de execução dos tratados do Canal de 1977.

Esses tratados nem de longe satisfizeram todas as legítimas aspirações da nação panamiana. Demonstraram, porém, que é possível encontrar soluções viáveis através de um processo negociador mesmo para um longo, complexo e explosivo litígio de origem colonial.

Nesse caso, essa responsabilidade implicou o reconhecimento norte-americano de que os Estados Unidos já haviam conseguido concessões suficientes, graças ao injusto e vantajoso regime de apropriação, por meio do qual, durante longo tempo, haviam desfrutado do uso dessa parte do território panamiano. Por sua vez, houve o reconhecimento panamiano de que a evacuação estrangeira podia ser realizada por etapas, adiando-se a obtenção de uma parte das concessões que correspondem legitimamente ao Panamá.

Por outras palavras, os acordos de 1977 fixaram um calendário da retirada escalonada da ocupação norte-americana, sem obrigar os panamianos, em contrapartida, a fazer concessões. No entanto, se compararmos o que foi conseguido mediante os tratados com as reivindicações históricas da nação panamiana, nas suas primeiras etapas, o acordo é claramente insatisfatório: só uma parte dessas aspirações se torna realidade a curto prazo. Outras são devidamente reconheci-

das, mas ficam sujeitas ao cumprimento norte-americano das etapas posteriores do acordo.

Por consequência, qualquer alteração ou demora nesse processo de execução dos tratados só favorece uma das partes e prejudica a outra, originando novos motivos de conflito. Se essas irregularidades são graves, as suas consequências também o serão.



O general Torrijos: uma vida dedicada à recuperação do Canal

A participação panamiana na administração do Canal, estabelecida pelos tratados, não registou nenhum descumprimento dos mesmos. Muito pelo contrário, contradizendo o que os detractores do acordo afirmavam, desde que se suprimiu o regime colonial na área do Canal e se estabeleceu o regime binacional de administração conjunta da empresa, a sua eficiência melhorou substancialmente. Por exemplo, quando os tratados entraram em vigor em 1979, o Canal estava saturado e podia servir cerca de 13 mil navios; hoje, passam por ele uns 15 mil. Em cinco anos, aumentou a sua capacidade de 37 embarcações para 42 por dia. O tempo de espera e travessia dos navios foi reduzido de 40 horas para 23. Ao mesmo tempo, navios de maiores calados puderam

transitar e, mesmo assim, diminuiu a frequência dos acidentes durante a travessia.

### O controlo sobre os portos

No que se refere às reivindicações históricas da nação panamiana, uma parte importante das foi completa ou parcialmente satisfeita. Em 1 de Outubro de 1979, essa república centro-americana recuperou a sua jurisdição sobre dois terços da superfície de terras e águas que estão na ocupação colonial. Recuperou também o controlo sobre os portos naturais, em ambos os extremos do Canal. Voltaram ao Panamá inúmeros meios de comunicação, instalações, obras de infra-estrutura e serviços. O Canal propriamente dito e as instalações contíguas e materiais para o seu funcionamento permaneceram sob regime binacional de administração conjunta.

Desapareceu o humilhante regime de chamado "Governo Zona do Canal", órgão de autoridade estrangeira dentro do país. Em 31 de Março de 1980, ao completar-se a primeira etapa do período de transição, desapareceram também a polícia, tribunais e juízes estrangeiros na área e o Panamá assumiu a efectiva jurisdição sobre todo o seu território. Em 1 de Outubro de 1984, reverteram para o Panamá as áreas e instalações de ocupação militar do Fort Gage e da chamada Escola das Américas (ver texto nesta edição), centro interamericano de ensino policial e militar para contra-revolução e repressão. Ali foi gerado e de lá se propagou para a América Latina a denominada "trinca de segurança nacional".

### Os ganhos do Panamá

Depois da ratificação dos tratados, o governo panamiano recebeu, devido à operação do Canal, 352 milhões e 419 milhões de dólares. Isso é muito menos do



Bandeiras panamianas numa manifestação de protesto contra a presença norte-americana na Zona do Canal

os benefícios directos e indirectos recebidos pelos Estados Unidos por essa operação nesse mesmo período e, naturalmente, é muito menos do que o Panamá legitimamente merece. É, porém, muito mais do que os ridículos 9 milhões e 800 mil dólares que teria recebido sob o regime colonial, antes do novo acordo.

Na próxima etapa do programa de execução dos tratados, é especialmente significativo que em 1 de Janeiro de 1990 o cargo de administrador deva passar a ser desempenhado por um panamiano. Até lá, a maior responsabilidade reservada para um cidadão do país é a de subadministrador.

Entretanto, muito menos satisfatórios são os progressos em relação ao emprego da força de trabalho panamiana nos serviços de administração, operação e manutenção do Canal. Os tratados prevêem um aumento gradual na proporção de trabalhadores panamianos, até à saída do último funcionário estrangeiro, em 1999. No entanto, mais de 90% da mão-de-obra era já panamiana em 1979 e essa proporção cresceu apenas até cerca de 77%, apesar de existir um grande número de panamianos devidamente qualificados.

Os remanescentes da administração colonial têm relutado em ceder principalmente as posições burocráticas mais importantes e os auto-intitulados "cargos de confiança", sem que estas sejam posições tecnicamente complexas.

Essa questão agravou-se por causa de uma decisão unilateral imposta pela maioria norte-americana dominante na Junta Directora da Comissão binacional que rege a administração do Canal. Em Agosto de 1984, essa maioria regulamentou uma série de privilégios e facilidades para os empregados norte-americanos da empresa do Canal, numa injustificável discriminação contra os trabalhadores panamianos que desempenham idênticas funções.

Isso viola directa e abertamente os acordos de 1977, que proíbem expressamente qualquer forma de discriminação baseada na nacionalidade das pessoas, e onde não há um mínimo apoio para a promulgação de medidas desse tipo.

Para piorar as coisas, essa decisão foi tomada apesar das antecipadas e oportunas objecções e protestos panamianos. Além disso, acarreta elevadas despesas que são descontadas da receita de operação do Canal, uma parte

da qual corresponde ao Panamá. Desse modo, o Panamá vê-se na humilhante situação de ser obrigado, por um desconto na sua receita legítima, a subsidiar os custos de uma medida adoptada contra a sua vontade e que constitui um acto de discriminação contra os seus próprios cidadãos.

#### As violações da Lei Murphy

Esse é apenas um entre os múltiplos casos de violações da letra e do espírito dos tratados, que têm sido escrupulosamente cumpridos pela parte panamiana. Como a maioria das outras violações, essa também se baseia na chamada Lei Murphy, ou Lei 96-70, unilateralmente adoptada pelo Congresso dos Estados Unidos em 27 de Setembro de 1979. Trata-se de uma legislação interna, destinada a regulamentar a conduta do governo norte-americano durante a execução dos tratados do Canal. É um caso de lei tipicamente antijurídico, já que estabelece medidas que, para normalizar o cumprimento de um tratado binacional por uma das partes signatárias, insere disposições que contradizem o que anteriormente foi ratificado pela mesma.

O problema reside no facto



O cortejo fúnebre do general Torrijos acabou por também se converter numa demonstração de força do nacionalismo panamiano

de que, depois de ratificados os tratados por ambas as nações, a citada Lei 96-70 introduziu a pretensão de considerar a Comissão como uma dependência do Executivo norte-americano. Colocou a sua direcção nas mãos do secretário da Defesa daquele país e pretendeu reduzir a Junta Directora ao papel de mera supervisora, presidida por um delegado desse secretário. Nega-se, assim, a natureza essencialmente binacional da empresa e o carácter da sua administração, contrariando o que foi acordado.

A mencionada Lei 96-70 também pretende estender a território panamiano as atribuições de leis e agências federais norte-americanas, dando-lhes uma suposta jurisdição, inclusive sobre cidadãos e organismos sindicais panamianos. Isso também contradiz frontalmente o estabelecido e ratificado por ambas as partes nos tratados.

#### O novo papel das tropas

Os tratados do Canal de 1977 autorizaram o prolongamento temporário da presença de bases

e tropas norte-americanas em território panamiano próximo do Canal até ao último dia deste século, com o único e exclusivo propósito de contribuir para a protecção do próprio Canal. Isso deve ser feito em cooperação com as forças armadas panamianas, que progressivamente devem substituir os militares estrangeiros nessa função. Toda a actividade dessas bases e tropas que seja alheia à missão de proteger esse Canal contradiz os tratados, os quais tornam admissível a sua presença no país.

Por isso, o Panamá reiterou o seu protesto e rejeição das actividades logísticas, de informação, planeamento e treino militares que são realizados a partir dessas bases, ou com a participação dessas tropas, estacionadas em território nacional panamiano, com destino a outras áreas, sejam elas as Malvinas, a América Central, ou qualquer outra latitude.

Tudo isso é exemplo suficiente para evidenciar a gravidade da situação. Não se trata exclusivamente de violações à letra e ao espírito do acordo que, livre-

mente, ambas as partes assinaram e ratificaram. Revela também a imposição por parte dos Estados Unidos, de condutas ofensivas e onerosas que ferem a dignidade e os interesses dos panamianos e latino-americanos.

Dessa forma se criam, sem necessidade nem justificação, novos motivos de conflito, em detrimento das boas relações de entendimento e cooperação. Torrijos e Carter se propuseram reordenar baseados nos tratados. Em relação a isso, devemos lembrar que, quando o Congresso dos Estados Unidos aprovou unilateralmente a menção da Lei 96-70, o ainda presidente Carter empenhou a palavra do Executivo dos Estados Unidos de que o estabelecido por essa Lei seria revisto em conjunto com o Panamá, para colação de acordo com os tratados e interesses de ambos os países, próprio texto da citada Lei, que a mesma deverá ser revista periodicamente.

Apesar disso, durante os cinco anos de protestos panamianos, não somente se deixou de fazer essa revisão, como ainda acumularam mais violações, vergências e mágoas, causadas por outras tantas medidas das autoridades norte-americanas, vêm adoptando amparadas na mesma Lei.

A solidariedade internacional, e, particularmente, a solidariedade latino-americana (que tornou possível as negociações de 1977), não acabou o seu trabalho. Continua pendente a sentença e cabal execução do que foi acertado, sem o que essa causa de conflito ressurgirá ou tarde, entre as múltiplas partes que já abalam a região. O Panamá voltou a pedir a solidariedade dos outros países, denunciando esses factos, durante a centésima XXXIV Assembleia das Nações Unidas, em Setembro do ano passado, e na Assembleia da OEA, em Brasília, em Novembro do mesmo ano.

## Adeus às armas?

Roberto Bardini

Vários analistas militares norte-americanos definiram-na como "a escola de bandidos" e, desde há muitos anos, na América Latina é conhecida como "a fábrica de ditadores". Até Junho de 1984 — quando se cumpriram 37 anos da sua fundação — a *United States Army's School of the Americas* (USARSA), mais conhecida por Escola das Américas, havia graduado 44 mil oficiais de 22 países latino-americanos. Segundo dados divulgados em 1973 por Drew Middleton, especialista em assuntos de guerra do *The New York Times*, "mais de 170 alunos da USARSA eram chefes de governo, ministros de Estado, comandantes das forças armadas ou responsáveis por serviços de Informação".

Talvez por essa razão, no dia 1 de Outubro passado — ao cumprir-se o 79 aniversário da assinatura dos tratados Torrijos-Carter, de Setembro de 1977, sobre o Canal do Panamá — o ex-presidente desse país, Jorge Illueca, afirmou que a Escola das Américas foi "uma enorme base para provocar a desestabilização no continente". Nesse dia, a zona militar norte-americana reincorporou-se à soberania panamiana. Se forem cumpridos os acordos assinados há sete anos pelo comandante Omar Torrijos e o então presidente norte-americano James Carter, em 1989, o cargo de administrador do Canal recairá sobre um panamiano e, dez anos mais tarde, a 31 de Dezembro de 1999, todas as tropas estrangeiras serão evacuadas.

## Um "Pentágono em miniatura"

A Escola das Américas foi fundada em 1946 com o nome

de Centro de Treino Latino-Americano, em Fort Amador. Três anos depois, instalou-se definitivamente no antigo hospital militar de Fort Gullick. A partir de 1959, foi estabelecido oficialmente o idioma espanhol para os seus cursos.



O SOUTHCOM possui uma força de combate de 10 a 20 mil efectivos

Actualmente, faz parte do *Southern Command* (SOUTHCOM), o "Comando Sul" das forças armadas dos Estados Unidos, com sede em Quarry Heighs, onde ocupa uma extensão de 300 hectares. O SOUTHCOM possui uma força de combate calculada entre 10 mil e 20 mil efectivos e, pelas suas características, é conhecido como "um Pentágono em miniatura".

Por sua vez, Fort Gullick é a base da Unidade 8 das Forças Especiais ("Boinas-Verdes"), integradas por 1.100 elementos altamente treinados. Tem ainda capacidade para abrigar mil estudantes militares, 187 instrutores

permanentes e 73 provisórios.

Organizada em quatro departamentos (comando, operações de combate, técnicas e apoio), e com três objectivos básicos (operações psicológicas, contra-insurreição armada e acção cívica), a Escola das Américas oferece 40 cursos distintos. Nos anos 60 (depois do triunfo da revolução cubana, em Dezembro de 1958, e da criação de vários "focos" guerrilheiros em diversos países latino-americanos) a USARSA deu especial ênfase aos planos de contra-insurreição que, posteriormente, seriam aperfei-

çoados e incluídos na chamada "doutrina de segurança nacional".

## Uma amizade "sem preço"

"Na boca do militar, paz significa *espera da guerra*", escreveu William James no *The Moral Equivalent of War*. Mais adiante, garantia: "pode-se, inclusive com alguma razão, afirmar que a preparação para a guerra, fortemente competitiva e intensamente realizada, já é na verdade a guerra, permanente e ininterrupta, e que os combates só são um modo de confirmação das aptidões adquiridas durante o intervalo de paz".

A observação de William James não é descabida. Em Junho de 1963, Robert McNamara — então secretário da Defesa da administração Kennedy — declarou diante da Comissão das Relações Externas do Senado dos Estados Unidos:

“Provavelmente, o maior rendimento dos nossos investimentos em ajuda militar provém do treino de oficiais seleccionados e especialistas-chave nas nossas escolas e centros de treino nos Estados Unidos e no ultramar. Esses estudantes são cuidadosamente seleccionados pelos seus países para se tornarem instrutores quando regressarem. São os líderes do futuro, os homens que disporão da perícia e que a delegarão às suas forças armadas. Para nós, não tem preço tornar-mo-nos amigos desses homens”.

#### Com as armas para outro lugar

Não se tem a certeza para onde se transferirá a Escola das Américas. Segundo o Pentágono, funcionará provisoriamente em Fort Benning (estado de Geórgia), pelo menos até 1986, e os seus cursos devem recomeçar no início deste ano.

Por outro lado, alguns espe-

cialistas mencionam a possibilidade de que se localize no Centro Regional de Treino Militar (CREM), nas Honduras, aproveitando as instalações que o exército norte-americano construiu entre Puerto Castilla e Trujillo, 350 quilómetros ao norte de Tegucigalpa. Ali, o CREM ocupa cerca de 200 quartéis e o custo da construção foi de sete milhões de dólares.

Na base, 150 “boinas-verdes” — todos veteranos da guerra do Vietname — instruem soldados hondurenhos e salvadorenhos nas mais modernas técnicas da contra-insurreição. No final de Novembro de 1983 — depois de um mês e meio de treino a cargo da Brigada 318 do exército norte-americano —, formou-se o primeiro batalhão de artilharia das forças armadas das Honduras. Os 300 oficiais, suboficiais e soldados hondurenhos, juntaram-se aos cerca de 1.600 salvadorenhos que, desde a sua inauguração, em Junho de 1983, receberam cursos no CREM.

Também se avalia a alternativa de que a USARSA se disperse numa rede de subcentros que o exército dos Estados Unidos possui na Flórida e em Porto Rico. Algumas versões dizem, por outro lado, que o ex-primeiro-mi-

nistro George Price, de Belize — pequeno país centro-americano de 22 mil quilómetros quadrados, com cerca de 180 mil habitantes — estaria disposto a oferecer facilidades para o estabelecimento militar em troca de uma “garantia armada” frente à Guatemala, país que reivindica, há mais de 100 anos, uma parte do território da antiga Honduras Britânicas (actual Belize).

Alguns círculos políticos especulam com outra possibilidade. O ex-governante panamiano Jorge Illueca comprometeu-se, em 31 de Julho de 1984 — ao comemorar o terceiro aniversário da trágica morte do general Omar Torrijos —, a colocar a Escola das Américas “sob a exclusão soberania e jurisdição do Panamá e das suas forças de defesa”. Mas o seu mandato presidencial terminou a 11 de Outubro. Poderá acontecer — calculam alguns observadores — que a USARSA fique onde está, com uma nova fachada.

Nicolás Ardito Barletta, o novo presidente panamiano, é um ex-funcionário do Banco Mundial, conhecido pela sua proximidade com Washington. O que se espera alguns analistas a pensar é que a sua gestão pode não estar à altura da do seu antecessor.

#### A “GALERIA DA FAMA” DE FORT GULLICK

Fort Gullick possui a sua própria “galeria da fama”. Eis alguns dos seus mais destacados alunos: Anastasio Somoza Debayle e o seu filho Anastasio Somoza Portocarrero, conhecido por *El Chiguín*, membros da dinastia que dominou a Nicarágua de 1936 a 1979; os generais Policarpo Paz García e Gustavo Alvarez Martínez, ex-presidente e ex-comandante das forças armadas das Honduras, respectivamente; o general Alfredo Stroessner, que, em Agosto passado, completou 30 anos como ditador do Paraguai; o general boliviano Hugo Bánzer; o general chileno Augusto Pinochet.

Vários militares argentinos integram também “a galeria da fama”: os generais Roberto Eduardo Viola e Leopoldo Fortunato Galtieri, presidentes, respectivamente, da segunda e terceira juntas militares da Argentina. Calcula-se que outros 22 oficiais desse país, graduados em Fort Gullick, participaram da denominada “guerra suja” que terminou com um saldo de 30 mil desaparecidos.

Contudo, a “galeria” tem as suas excepções: os generais Juan Velasco Alvarado, do Peru, e Omar Torrijos, do Panamá, que estiveram à frente de governos nacionalistas e populares. E, pela incredulidade da Escola das Américas, das salas de aula saíram também dois militares que se transformaram em revolucionários: Yon Soberón e Luis Turcios-Lima, fundadores, nos anos 60, das Forças Armadas Rebeldes (FAR), da Guatemala.

## Ásia

Irão

# Os senhores da guerra

Os *pasdaran*, "soldados da revolução" islâmica, e os militares de carreira assumem as suas funções com filosofias diferentes que, não poucas vezes, acabam por os colocar frente a frente

Manuel Anta

O coronel Hassan Agareb é o protótipo do militar. Para ele, a guerra parece ser uma arte complexa onde tudo deve ser ponderado, régua e esquadro na mão. Perante a imprensa — numa rápida entrevista realizada num *bunker* na "zona reconquistada" de Arwaz-Khorramshar, sul do Irão —, as suas frases são secas e o objectivo transparente: mostrar com orgulho as zonas retomadas pelos seus homens ao inimigo, a tática adoptada durante as operações. Ponteira na mão, acariciando a face rugosa de um mapa militar que nos mostra uma parte do sul do Irão, Hassan Agareb é a imagem da concisão e da eficiência, mas também da cautela própria de alguém que se sente vigiado.

A seu lado, o jovem Danai, 25 anos no máximo, ouve-o distraidamente. Farda diferente, ostenta a patente de "comandante operacional". A convite respeitoso do coronel, ergue-se e toma a palavra: "Guiados pelo imã Khomeini, ganharemos esta guerra", diz, debruçando-se exaustivamente sobre a tática adoptada pelos "soldados do imã" na conquista das ilhas Majoon.

Com o seu estilo, tão diferente do de Hassan Agareb, Danai, o *pasdaran*, acaba de colocar o dedo na ferida da divisão que se alastra entre guerreiros com sensibilidade diferentes.

Hassan Agareb é o produto de um Exército totalmente moldado pelos conselheiros militares norte-americanos. Exército que chegou a ser, no tempo do xá Reza Pahlevi, a quinta força bélica mundial. Os tempos mudaram e, hoje, os militares de carreira já não ostentam a soberba que antes os caracterizava. Desorientados pelo expurgo, fuzilamento e deserção de cerca de 15 mil dos seus oficiais e pela suspeita que o poder religioso e político nutre pelo exército, olham para trás com nostalgia.

Os *pasdaran*s ("guardas da revolução") ocuparam o lugar deles, apropriaram-se das suas antigas prerrogativas. Corpo destinado a constituir o germe de um novo exército islâmico e, até lá, a policiar uma tropa que não merece confiança ideológica porque "serviu a monarquia e foi moldada pelas mãos da besta imperialista", os *pasdaran*s assumiram o poder.

Poder que lhes é transmitido em linha recta pelo ayatollah Khomeini, que assim os premeia pela sua fidelidade à hierarquia



Desfile de *bassidj* nas ruas de Teerão



Pasdaran na frente de combate: "Khomeini, somos os teus soldados". Uma elite encarregada de erguer o novo exército popular

xãta, aos valores do Corão e à mensagem de Maomé.

De origem pobre, pobres continuarão. O único horizonte que a revolução islâmica lhes abriu foi o de ascenderem a cargos nunca antes imaginados. Os "maltrapilhos" de uma revolução de essência religiosa eles são, hoje, os centuriões do regime.

#### As "vagas humanas"

Uma minoria de *pasdaran*s, cerca de 10%, vem da burguesia, tem estudos — grande parte formou-se nas universidades do mundo ocidental, principalmente nos Estados Unidos —, constitui a elite encarregada de erguer o novo Exército Popular Islâmico. Exército que terá de aliar o conhecimento do Corão ao da tecnologia mais moderna. Daí, o apelo a essa elite e os convites que ela faz aos técnicos mais credenciados das forças armadas: "Venham trabalhar conosco, oferecemos-lhe o dobro do que ganham af".

O exército que eles querem organizar toma forma de dia para dia. Os *pasdaran*s dispõem de aviação e forças blindadas pró-

prias. Momentaneamente, a sua esquadrilha aérea é composta apenas por aviões tipo "Cessna" comercial que, dotados de metralhadoras e bombas, ainda conseguem fazer estragos nas linhas inimigas. A força blindada é igual à do exército regular e, claro, inteiramente autónoma.

O poder dos *pasdaran*s não se limita a isso. A seu lado, formado e treinado por eles, o corpo de voluntários — os *bassidj*. Jovens vindos do campo ou dos "bairros-de-lata" da zona sul de Teerão, os *bassidj* funcionam como o espigão dos ataques iranianos contra o Iraque. Sempre na primeira linha de batalha, lançam-se, muitas vezes de forma suicida, contra as linhas adversárias. Os massacres de que têm sido vítimas são provocados, a maioria das vezes, pela tática que adoptam: a das "vagas humanas".

Tática adoptada por tropas que, sabendo-se inferiorizadas em relação ao inimigo em termos de qualidade e quantidade de material bélico, tentam suprir essa inferioridade com superioridade numérica de combatentes.

A mortandade facilmente

provocada pelo fogo iraquiano nas fileiras dos *pasdaran*s e *bassidj* não é do agrado de um exército tradicionalmente hostil às "aventuras". Só que os militares não têm meios para impedir os "soldados de Khomeini" de lançarem, sem resultados precisos, contra as balas do inimigo.

Inferiorizados, olhados com desconfiança, já nem os combatentes a tese defendida por Khomeini: "A força implica a capacidade de se atingir o objectivo. Este pode ser atingido morrendo ou sendo morto (...). Tal ta-se de morrer com a vontade total que nasce do amor e da ideologia islâmica. Tal morte é possível depois de se expressar a sua fé em Deus e na Ressurreição com a ideia de sacrificar-se pelo mundo (transitório) pelo mundo eterno".

Divididos entre a sua recusa de "aventuras" desnecessárias e a intenção dos *bassidj* e dos *pasdaran*s em sacrificarem "este mundo (transitório) pelo mundo eterno", os militares baixam os braços. Essa atitude também volta contra eles: quantos oficiais não foram executados na própria frente de batalha, por *pasdaran*s e *bassidj* que os acusavam de não terem dado adequada cobertura aérea ou de articular a acções que acabaram em milhares de sangue, conforme são desses mesmos oficiais?

#### Soldados-crianças

Os militares são ainda obstruídos pelo poder político-religioso a admitir "soldados-crianças" na frente de combate, que, como é óbvio, não constituem tropas que se possa confiar.

Oriundos das classes mais favorecidas da sociedade iraniana, os "soldados-crianças" têm toda uma história atrás de si. Subjugados pela epopeia da guerra, sugestionados pela propaganda do regime e pelo "brilho" dos uniformes, tudo fazem para obter o estatuto de combatentes.

na primeira fila de combate. Alguns escolhem esse caminho não por amor às armas ou para "lutar pelo Islão" mas devido à pressão do pai. Um filho na guerra é sempre menos uma boca a alimentar e, se nela perder a vida, as contrapartidas não são desprezíveis: estatuto especial — pai de mártir —, indemnização e pensão de guerra, facilidade na aquisição de certos bens de consumo.

Para o jovem combatente — que por vezes deserta da frente de batalha logo que percebe que uma guerra ao vivo nada tem a ver com o enredo de certos filmes e estórias em quadrinhos —, a opção também é ditada, frequentemente, por duas realidades do seu quotidiano — pobreza e horizontes sem saída. Na guerra, sempre se tem cama e mesa,



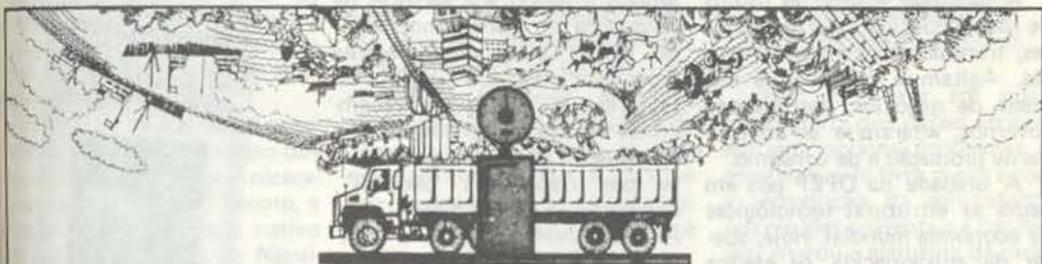
Porta de um quartel nas proximidades da estrada Arwaz-Khorramshar

há sempre a possibilidade de se voltar herói.

Homens antes de tempo (a maioria islâmica é atingida aos 15 anos), os "soldados-crian-

ças" vão alimentando as "vagas humanas".

É caso para se dizer: quando os grandes se guerream, são as crianças que morrem. ●



## Nós sabemos que peso tem o Terceiro Mundo

FABRICAMOS BÂSCULAS E BALANÇAS PARA TODOS OS FINS HÁ MAIS DE 50 ANOS

A QUALIDADE DOS NOSSOS PRODUTOS É RECONHECIDA E PREMIADA INTERNACIONALMENTE

SOMOS OS MAIORES FABRICANTES E EXPORTADORES PORTUGUESES DE BÂSCULAS E BALANÇAS

**o peso é a nossa profissão!**

INTERNATIONAL AFRICA AWARD 1984

International trophy for quality  
1979, 1980, 1981, 1982

**CACHAPUZ**

International award  
to export 1982, 1983

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA. — APARTADO 12 — TELEX 32125  
TEL.: PPCA 73604/73606/73624 — 4700 BRAGA — PORTUGAL

## Livros do 3º Mundo

### O MUNDO DO PETRÓLEO

Pablo Piacentini. Col. Terceiro Mundo, Tricontinental Editora, Lisboa, 1984.



A incerteza quanto ao futuro de petróleo preocupa produtores, transnacionais e consumidores. Agitam-se políticos e homens de negócios, derrubam-se governos, alteram-se as estruturas de produção e de consumo.

A unidade da OPEP pôs em causa as estruturas tecnológicas da economia mundial. Hoje, apesar de enfraquecida, os efeitos do seu poder reivindicativo abalam ainda a estabilidade económica e política do mundo. E é de tudo isso que nos fala Pablo Piacentini neste seu livro "O mundo do petróleo", um "estudo dos principais aspectos económicos, estratégicos e políticos do combustível que condiciona o sistema industrial contemporâneo, suas origens, resenha histórica, situação actual e perspectivas".

Pablo Piacentini é um nome bem conhecido dos numerosos leitores de *cadernos do terceiro mundo*. Integrou a equipa de jornalistas latino-americanos que, em 1974, fundou a nossa revista, em Buenos Aires, e a ela sempre esteve ligado, sendo hoje seu edi-

tor associado e o redactor habitual dos seus editoriais.

Pablo Piacentini nasceu em Buenos Aires, em 1936. Licenciado em Ciências Políticas, é jornalista profissional desde 1963, tendo-se especializado em assuntos de política e economia internacional.

Em 1964, foi cofundador da Agência *Inter Press Service Terceiro Mundo*, onde desempenha as funções de director editorial e chefe da redacção na sua central em Roma, Itália.

Ex-conselheiro do presidente argentino Héctor Cámpora e assessor do ministro do Interior do seu governo progressista (1973); editor internacional de *Noticias*, então o único jornal de Buenos Aires aberto a temas do Terceiro Mundo e ligado aos sectores de vanguarda do peronismo; autor do livro "Chile, uma tragédia americana", 1974, e um dos directores da, na época, recém-criada revista *cuadernos del tercer mundo*, Pablo Piacentini viu-se, por todos esses "pecados", condenado à morte pela Aliança Anticomunista Argentina (Triplíce A). Obrigado a exilar-se, refugiou-se em Lima, Peru, seguindo depois para Roma, onde actualmente reside.

### AMÉRICA LATINA — LOS DESAFIOS DEL TIEMPO FECUNDO

Sergio Sporer. Ediciones del Ornitorrinco. Siglo Veintiuno Editores e ILET. Col. Pensamiento Alternativo, 1984. 163pp.

Para o autor, "este livro quis ser, antes de tudo, um exercício de optimismo", assim como, "também, uma oportunidade para explicar as razões e as funções que um ensaio como este pode ter".

Num artigo publicado no jornal *Le Monde*, em 1981, o especialista francês em problemas latino-americanos, Alain Quié interrogava-se: "A democracia é um sonho?". E acrescentava: "Um grande editor mexicano propôs como tema para o concurso de ensaio 1980: o que fazer na América Latina? O primeiro prémio foi ganho por um jovem estimulante e optimista, um jovem sociólogo chileno, Sergio Sporer. Ao mesmo tempo, na Argentina, um então líder político da oposição, hoje presidente da República, Raúl Alfonsín colocava publicamente a mesma pergunta. Dois livros, uma mesma resposta: restabelecer a democracia".



De facto, a democracia é o maior deste livro que não ter perdido nada da sua actualidade — pôde agora, pela primeira vez, ser publicado no Chile.

Sergio Sporer, doutor em sociologia pela "École des Hautes Etudes en Sciences Sociales" em Paris, foi consultor da Unesco encarregado de estudos do Comité Catholique contre la Famine e pour le Développement. Actualmente, é pesquisador do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais (ILET) em Santiago do Chile.

**SANDINO: FREE COUNTRY OR DEATH (Sandino: Pátria livre ou morrer)**

Salomón de la Selva  
Recompilação de Jorge Eduardo Arellano, Biblioteca Nacional da Nicarágua, Manágua, 1984. 44pp.

O livro é uma recompilação de artigos de Salomón de la Selva (1893-1959), intelectual nicaraguense que figurou na primeira linha de apoio e difusão da luta de Sandino.

Educado nos Estados Unidos, De la Selva iniciou, em Julho de 1927, em Washington, uma enérgica campanha contra a política intervencionista do governo norte-americano na sua pátria. Na altura, ele era delegado da Federação Operária Nicaraguense à Conferência panamericana de trabalhadores, e Sandino estava a iniciar a gesta que terminaria com a expulsão das tropas norte-americanas em 1933.

O livro, de 44 páginas, é apresentado pelo actual ministro dos Negócios Estrangeiros nicaraguense, padre Miguel D'Escoto, e mostra Sandino como o nativo do povoado indígena de Niquinohomo, o guerreiro lendário, o rebelde anti-imperialista, o herói-mártir.

De la Selva mostra como Sandino, apesar da imagem criada pela imprensa norte-americana de "bandido e assassino", se tornou o símbolo de patriotismo para muitos latino-americanos. "São Digno", para os camponeses das montanhas nicaraguenses de Las Segovias.

O escritor lembra a resposta de Sandino ao ultimato que os marines lhe fizeram para que entregasse as armas antes do 15 de Julho de 1927: "Eu quero a pátria livre ou morrer".

Editado pela Biblioteca Nacional da Nicarágua em inglês, os artigos situam o leitor no local e

no momento histórico da luta e do assassinato de Sandino. Neles se retrata personagens proeminentes da época, como os políticos liberais José Maria Moncada e Juan Bautista Sacasa.

Os artigos foram recompilados por Jorge Eduardo Arellano, historiador e membro do conselho editorial do suplemento cultural *Ventana*.

**INDEPENDENT KENYA (QUÊNIA INDEPENDENTE)**

Zed Press, Londres, 1983.

Este livro foi escrito por um grupo de intelectuais, cientistas políticos e militantes partidários, que não puderam assinar os seus trabalhos devido a perseguições políticas dentro do seu país. Trata-se de uma análise em profundidade e de um ponto-de-vista marxista da complexa realidade socioeconómica do Quênia, uma ex-colónia britânica, apontada na Europa como um modelo de democracia. O que os autores mostram, no entanto, é um quadro completamente distinto do mostrado pela imprensa e pelos políticos da antiga metrópole.

O simples facto dos autores terem que permanecer anónimos mostra o grau de repressão a que estão sujeitos os que contestam o esquema vigente no Quênia, desde a independência, há 20 anos. É uma história de corrupção, enriquecimento ilícito, repressão brutal dos movimentos de oposição e da divisão do país entre uma elite minoritária extremamente rica e uma grande maioria de camponeses pobres. O livro contém também trabalhos sobre a questão cultural e uma controversa análise sobre a história colonial do Quênia, com ênfase especial ao fenómeno *mau-mau* e à personalidade de Jomo Kenyatta, o pai da independência do país. O livro não

pode ser vendido em Nairóbi, onde as poucas cópias que circulam no país são passadas clandestinamente de mão em mão.

**AGRIBUSINESS IN AFRICA (AGROINDÚSTRIA NA ÁFRICA)**

Barbara Dinham & Colin Hines  
Earth Resources Research Ltd, Londres, 1983.



Num momento em que a maior parte dos países africanos enfrenta agudos problemas alimentares, este livro mostra como a introdução da agroindústria, nos moldes ocidentais e capitalistas, alterou a estrutura da produção agrícola no continente negro. Sob inspiração de interesses económicos vinculados às antigas metrópoles, países como Quênia, Gana, Tanzânia, Senegal e Costa do Marfim abandonaram a agricultura tradicional e se concentraram nos cultivos de exportação. Foi a mudança que provocou as alterações mais profundas em toda a história económica desses países. O resultado é que eles e muitos outros produzem o que não consomem, e consomem o que não produzem mais. A consequência inevitável foi a fome endémica e a deterioração dos níveis de nutrição. O livro concentra-se na análise da acção das transnacionais da alimentação na África.

## Mulher

### Moçambique

# A família e a sociedade

Quase dez anos após a independência, a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) aprofunda a discussão sobre a libertação feminina

Etevaldo Hipólito

A primeira conferência da Organização da Mulher Moçambicana (OMM) teve lugar em 1973, ainda no calor da luta armada de libertação nacional. A crescente participação feminina no combate contra o regime colonial veio provocar debates quanto à verdadeira natureza do seu papel na nova sociedade que se projectava implantar. Ao contrário do que se passou em alguns países — onde, uma vez alcançada a independência, as mu-

lheres foram desmobilizadas e forçadas a aceitar uma posição subalterna na nova ordem estabelecida —, em Moçambique, o que se procurava era torná-la elemento participante e dinâmico do processo revolucionário. Ao abordar-se a questão da relação homem/mulher, insistia-se em que não era aí que deveriam ser procurados e combatidos os antagonismos, mas na própria organização política, económica e social em vigor.



O presidente Samora Machel na abertura da Conferência da OMM

Também foi derrotada a tentativa segundo a qual trabalhar pela libertação da mulher significava desviar a luta do seu objectivo principal. As definições adoptadas nessa conferência estavam em acordo com a linha revolucionária da FRELIMO, que defendia um processo de transformação profundo e abrangente.

Realizada poucos meses após a criação da OMM, em Dezembro de 1972, essa conferência decidiu, em resumo, como tarefas imediatas, os seguintes pontos: a) popularização da linha da FRELIMO sobre a emancipação da mulher; b) aumento do efectivo do Destacamento Feminino, coluna vertebral da FRELIMO na luta pela emancipação da mulher, devendo assumir a tarefa vanguarda da OMM; c) elevação do nível político e educacional das mulheres; d) organização de cursos para a formação de quadros do Destacamento Feminino e da OMM, sob a orientação do Comité Executivo; e) dinamização do processo de definição de tarefas concretas para as mulheres, no local de residência e em cada sector de trabalho; f) organização de seminários provinciais e nacionais para troca de experiências; g) visita aos centros de refugiados a fim de mobilizá-los para as tarefas da luta; h) promover a criação de um novo tipo de relação homem/mulher, modificando a sua concepção sobre o casamento e o lar; i) mobilizar a opinião internacional a favor da luta travada pelo (nosso) povo. Expressar a solidariedade da mulher e do povo moçambicano para com a luta libertadora e revolucionária das mulheres e dos povos do mundo inteiro.

No segundo encontro de

<sup>1</sup> Documento da II Conferência da Organização da Mulher Moçambicana (OMM), realizada em Maputo de 17 a 19 de Novembro de 1976.

bito nacional — decorrido em 1976 —, os temas abordados foram mais vastos e ampliaram o leque das exigências dirigidas às organizações populares emergentes do período da luta armada. A necessidade de alfabetização em grande escala, o desconhecimento da língua portuguesa — elevada a idioma oficial — a urgência de se combater as superstições e o obscurantismo, foram alguns dos problemas debatidos naquela

ganização dessa produção e de toda a vida social, forjando as relações sociais que caracterizarão a nova sociedade.

#### A família como centro

A recente conferência extraordinária da Organização da Mulher Moçambicana reuniu mais de 500 participantes, entre nacionais e estrangeiras. Divididas em dez grupos de estudo, as de-

Agosto do ano passado, a existência de uma crise nas cidades caracterizada pelo assustador aumento de casos de pedidos de divórcio, separações e abandono de lar”. Como viria a ser demonstrado nas discussões realizadas em todo o país, o conflito entre valores da sociedade tradicional e os próprios dos meios urbanos entram como importante componente do drama vivido por milhares de moçambicanos.



A família foi o centro dos debates na conferência, em virtude de se haver constatado um assustador aumento de casos de pedidos de divórcio

ocasião, assim como a necessidade de se tomar medidas concretas contra a marginalização de que são vítimas as mães solteiras e as mulheres divorciadas. E tudo isso sem falar nas questões levantadas em torno dos casamentos forçados, prematuros e na prática da poligamia e do *lobolo* (a “venda” da mulher à família do noivo).

O documento divulgado no final da conferência apontava os objetivos a serem alcançados pela OMM, de forma a estabelecer-se uma relação de igualdade entre homens e mulheres: 1) que a mulher assuma a ideia de que a sua emancipação passa pela sua integração na produção — base material da construção da sociedade socialista — e 2) que a mulher se ocupe das tarefas de or-

legadas, oriundas de todas as partes do país, receberam o apoio de membros dos organismos vinculados à Educação e à Justiça, nos cinco dias que duraram os debates. Como salientou a imprensa moçambicana, a importância atribuída a essa reunião pode ser avaliada pela presença de membros da mais alta direção do Partido e do Estado.

A família foi o centro dos documentos apresentados para discussão, a começar pelo discurso de abertura proferido pelo presidente Samora Machel. Numa reportagem dedicada à conferência, o semanário *Domingo* escrevia: “O problema da família aparece priorizado na conferência em virtude de se haver constatado, ao longo de toda a preparação deste encontro, iniciada em

Para efeito de estudo, o país foi dividido em três regiões — norte, centro e sul —, de acordo com características socio-culturais bem marcadas. No norte, que abrange as províncias de Cabo Delgado, Nampula e parte da Zambézia, ganham peso o sistema de parentesco matrilinear, a influência muçulmana e, em termos económicos, a agricultura de tipo familiar. Nessa região, apresentam grande incidência os casamentos prematuros, realizados logo que os jovens passem pelos ritos de iniciação. Aliás, a presença desses rituais encontra-se de tal maneira arraigada no seio da população que, no decorrer do trabalho de pesquisa, surgiram propostas no sentido de que eles não sejam eliminados, mas depurados nas suas manifes-



Uma das participantes da Conferência cobertura do jornal "Notícias" sobre o acontecimento.

tações negativas. Dessa forma, estaria preservado um meio de transmissão de determinados valores relacionados com a educação sexual, moral e práticas de higiene.

Por sua vez, a zona sul engloba as províncias de Inhambane, Gaza e Maputo. O sistema de parentesco é patrilinear e a influência religiosa predominante vem de diferentes confissões cristãs. Uma constatação feita durante as reuniões prévias à conferência extraordinária indica que, nesse tipo de organização familiar, existe uma acentuada superioridade do homem em relação à mulher, mesmo que ela desempenhe um papel activo na vida económica. A prática do *lobolo* também se encontra bastante arraigada, acentuando-se assim o papel subalterno a que foi relegada a mulher. Inicialmente, a oferta de bens materiais aos pais da noiva teria o sentido de manifestar reconhecimento por terem concordado em unir as duas famílias. Com o passar do tempo, delinea-se com mais força o lado económico da aliança, passando a mulher a figurar como objecto de troca. Esse aspecto tornou-se de tal forma importante que na

sequência do *lobolo* aparecem os casamentos herdados — por ocasião da morte do marido, a viúva é obrigada a casar-se com um cunhado ou outro parente do esposo para que os bens e a força de trabalho representada por ela e pelos seus filhos não saiam do antigo círculo familiar.

A zona do centro é formada pelas províncias de Tete, Manica, Sofala e parte da Zambézia. Em termos religiosos, a influência maior vem das antigas missões católicas. Socialmente, coexistem os sistemas de parentesco matrilinear e patrilinear. Como sucede no resto do país, em ambas as formas de organização familiar a mulher encontra-se relegada para segundo plano. Os homens, pelo contrário, ainda gozam de privilégios inculcados pela educação tradicional, que coloca nas suas mãos mecanismos que tendem a reforçar a sua posição. Como acentua o documento debatido na conferência, tanto o *lobolo* como a poligamia são práticas ainda em vigor que vão muito além de uma simples exploração económica da mulher e podem comprometer a estabilidade de uma família constituída em bases não coercitivas.

#### Trabalho conjunto

O Ministério da Justiça, através de uma proposta, defende a necessidade de uma acção conjunta com a OMM, no sentido de conter o aumento de vícios verificados no país, nos termos da plena consciência de que a lei, enquanto instrumento de pressão do nosso poder, não pode, na análise e resolução de questões tão delicadas como as relações de família, tomar carácter meramente repressivo, como lhe deve ser característico quanto ao conhecimento de factos e crimes", ressalta o documento.

O projecto prevê a discussão em todo o país da legislação relacionada com a família. No campo e nas cidades, os debates terão como objectivo acabar com as leis herdadas do período colonial e abrir caminho para a melhor compreensão do que significa um núcleo constituído pelo marido, mulher e filhos num determinado contexto social. A edição de um documento sobre casamento, divórcio e separações deverá ser acompanhada por um trabalho de consultoria pré-matrimonial e de acompanhamento directo à família.

# O desafio da profissionalização

Criada há 14 anos, a agência angolana de notícias passa agora a ter, também, correspondentes no estrangeiro e inicia um esforço para formar novos quadros

Oficialmente, a ANGOP existe desde o dia 1 de Fevereiro de 1978, mas já funcionava na prática, desde a reunião do Comité Director do MPLA, realizada em Roma, em 1970, durante o encontro dos dirigentes de movimentos de libertação das então colónias portuguesas. Foi nesta ocasião que os nacionalistas angolanos decidiram criar uma agência de notícias, que divulgasse as informações sobre a luta contra as tropas coloniais portuguesas, tentando com isto furar o bloqueio imposto pelos interesses da chamada grande imprensa europeia.

A primeira ajuda internacional concreta só veio a acontecer dois anos mais tarde, quando o governo da Jugoslávia ofereceu ao MPLA um rádio receptor e um tele-impressor para captação do noticiário da agência TANJUNG. Este material serviu durante três anos para receber o fluxo informativo da agência jugoslava, que depois era usado nos boletins que circulavam nas zonas controladas pelo movimento de libertação angolano. Tanto o rádio receptor como o tele-impressor funcionavam na prática e estão hoje expostos no Museu das Forças Armadas.

Em Abril de 1975 surgiu o MPLA-Press, ligado ao Departamento de Informação e Propaganda do Comité Central do MPLA. Dois meses depois, o organismo passou a chamar-se ANAP, uma vez que se consolidara o poder de Agostinho Neto e do MPLA, após a expulsão de Luanda da UNITA e da FNLA. Na altura, os quadros da agência eram na sua maioria jovens recrutados em vários sectores do partido e quase todos com escassa experiência jornalística. Ao todo, não passavam de 20 quadros.

Apesar da precariedade de recursos materiais e humanos, a ANAP conseguiu manter um fluxo constante de informações, para as publicações nacionais e

também para os movimentos de solidariedade no estrangeiro. A mudança definitiva de nome aconteceu em Novembro de 1975, ocasião da independência, e a agência que integrava o Ministério da Informação passou a ser conhecida como ANGOP. O novo nome foi sugerido pelo falecido presidente Agostinho Neto, numa audiência concedida em Novembro de 1975 a quatro dirigentes da agência, chefiados por Luis Neto Kiambata (Lelé), actualmente secretário da Presidência para as relações exteriores.

### Ajuda internacional

Mas apesar da mudança, a ANGOP continuou sujeita a um orçamento muito reduzido, resultante das sérias dificuldades por que passava o país e das prioridades fixadas para outros sectores de importância social e económica imediata. Apesar disto, no período de 75/76, aumentou a formação de quadros, ao mesmo tempo que cresceram os contactos internacionais da ANGOP. No final do ano de 1976, a agência deixou de ser subordinada ao Ministério da Informação, para se vincular ao Departamento de Orientação Revolucionária (DOR) do MPLA. No mesmo ano, foram mandados seis jornalistas e técnicos angolanos para um curso de formação na Argé-



Raimundo Sottomaio, director actual da ANGOP

lia. No ano seguinte, outro grupo foi para a RDA com o mesmo objectivo, enquanto internamente foram criados cursos de seis meses para a formação de quadros básicos e intermediários.

Mas foi a partir de Fevereiro de 1978, que a ANGOP começou a crescer mais aceleradamente, altura em que foi oficializada e passou a ter um orçamento fixo que permitiu o desenvolvimento de um plano de reequipamento técnico. Foi nesta época, que a agência ganhou a sua configuração definitiva no que se refere à sua estruturação e ao seu relacionamento com os Meios de Comunicação Social de Angola.

Actualmente, a estrutura da ANGOP está organizada da seguinte maneira: uma direcção geral, assistida por cinco departamentos (redacção nacional; redacção internacional; estudos e documentação; técnico; administração; e planeamento e finanças). Desde Junho de 1983, o Centro de Imprensa Anibal de Mejo também passou a ser orientado pela agência.

Ela produz actualmente os seguintes serviços:

- Serviço Nacional Unificado - destinado aos Meios de Comunicação Social e clientes nacionais, num total de até 20 mil palavras diárias;
- Serviço para o estrangeiro em francês;
- Serviço para o estrangeiro em português;
- Serviço para o estrangeiro em inglês;
- Serviço económico;
- E em breve começará o serviço para o estrangeiro em espanhol.

Dentro de Angola, a ANGOP tem representações regionais em 12 das 18 províncias do país, enquanto no estrangeiro estão em funcionamento as sucursais de Portugal, Grã-Bretanha e Brasil. Existem correspondentes em São Tomé e Príncipe e na União Soviética. Entre os planos de ex-

pansão encontram-se os que prevêem a abertura de novas representações no Senegal, Cuba, Congo, Zaire e Zâmbia.

#### Planos futuros

Além do material recolhido pelos seus próprios jornalistas e correspondentes, a ANGOP reproduz material de outras agências com as quais tem acordos, como é o caso da ADN (Alemanha Democrática), AFP (França), ANSA (Itália), APN (URSS), APS (Argélia), AIM (Moçambique), PANA (Agência Pan-Africana), Prensa Latina (Cuba), TANJUNG (Jugoslávia), ANOP (Portugal) e o pool de agências de notícias dos países não-alinhados.

Actualmente, 80% do material distribuído pela ANGOP ainda se refere a temas internacionais. Mas a proporção deverá diminuir, tendendo ao equilíbrio, na medida em que aumente a formação interna de quadros e que o pessoal saído dos cursos de qualificação comece a desenvolver plenamente as suas tarefas. A carência de pessoal é ainda o grande problema da agência angolana. No seu actual quadro de funcionários, num total de 343 trabalhadores, os jornalistas com alguma experiência constituem ainda uma percentagem de apenas 10%, considerada muito pequena em função das necessidades. Apenas dois funcionários têm nível superior e 31 atingiram somente o nível médio.

Uma das principais preocupações dos dirigentes da ANGOP é a de aperfeiçoar o conteúdo e a redacção do noticiário, tendo em vista torná-lo mais compatível com os estilos existentes noutros países. Trata-se de um esforço adicional, para procurar uma maior penetração do noticiário oriundo de Angola junto dos meios de informação de outros países, nomeadamente na Europa e nos Estados Unidos, onde existe uma tendência para mini-



Um dos features da ANGOP sobre o I Congresso da Juventude do MPLA

mizar as fontes de informação do Terceiro Mundo, no noticiário internacional.

Todos os especialistas em formação são unânimes em conhecer que os grandes jornalistas ocidentais têm uma atitude criminatória em relação a países como Angola, dando apenas uma versão mais simpática para as potências dominantes. Esta situação torna-se particularmente evidente no caso das agências armadas da África do Sul contra Angola e na cobertura jornalística dada aos bandos armados do movimento contra-revolucionário UNITA, apoiado pelo governo de Pretória.

Romper o bloqueio informativo tornou-se, assim, uma prioridade imediata da ANGOP, em esforço de procurar mostrar a opinião pública internacional a origem do conflito na África Austral, as suas consequências e os esforços que o MPLA-PT fazendo no sentido de conseguir a pacificação da região. Neste esforço, a agência considera prioritária a ampliação do seu material informativo, tornando-o mais completo, como também mais acessível aos leitores estrangeiros. Numa situação de guerra que já dura nove anos, e com carências materiais determinadas pelo esforço de mobilização contra os ataques estrangeiros, esta é uma tarefa extremamente difícil.

### "ANDES", UMA NOVA REVISTA DE ANÁLISE

Foi lançado, em Setembro último, o primeiro número de uma nova publicação chilena, *Andes*, dedicada aos estudos teóricos no campo das ciências políticas e sociais. *Andes* é uma publicação do Instituto de Estudos Contemporâneos (IEC), com sede em Santiago, dirigido por Patricio Quiroga.



O IEC "é uma iniciativa de sociólogos impelidos pela actual situação chilena, e que procuram uma renovação do pensamento teórico, privilegiando os métodos de análise da Ciência Histórica e da Ciência Política", além de contribuir para uma melhor visão da evolução do país, a partir de uma perspectiva democrática.

A nova publicação vem ocupar um espaço dos mais importantes na realidade chilena e latino-americana em geral, dadas as difíceis condições existentes, não só naquele país andino, mas no continente como um todo.

### EFEITOS DA TELEVISÃO OCIDENTAL SOBRE A INFÂNCIA DO TERCEIRO MUNDO

Os telespectadores da Malásia, incluindo as crianças, presenciam diariamente quatro assassinatos, vêem 24 armas, ouvem 14 tiros e são testemunhas de 38 acções violentas através da transmissão televisiva, de acordo com um relatório da Associação de Consumidores de Penang (CAP), uma instituição de grande prestígio na área do sudeste asiático. Séries norte-americanas como *Dallas*, *Magnum*, *Flamingo Road*, *Dinasty*, assim como desenhos animados do "Homem Aranha" ou "Estrelas do Espaço" são programas de ampla difusão.

Na Malásia, quatro crianças morreram e outras 12 ficaram feridas quando tentaram imitar o "Super-Homem" e o "Grande Herói Americano". As crianças saltaram de colinas ou de edifícios para voar e realizar outras façanhas sobre-humanas no estilo dos seus heróis de televisão, conforme demonstram relatórios da polícia. Estes são exemplos extremos da influência dramática que a televisão pode exercer nas nações em desenvolvimento, como aponta o estudo da CAP. Segundo a mesma fonte, em países como a Malásia, a televisão tornou-se muito acessível aos lares urbanos e às comunidades rurais e existem fortes indícios de que esses programas modelam os valores e as percepções dos jovens.

"Devemos transmitir mais programas feitos no Terceiro Mundo e produzir os nossos próprios programas de qualidade para reflectir a vida e a luta do nosso povo", afirmou S. M. Mohd Idris, presidente da CAP. A CAP recomendou que um comité de cidadãos assessorasse o governo na selecção de programas nos canais do Estado.

### CHILE: PROTESTOS DE JORNALISTAS



A Associação de Jornalistas do Chile protestou contra a decisão do governo militar de proibir a realização de eleições nesse organismo, previstas para os dias 3, 4 e 5 de Dezembro último. Em declaração pública, aquela associação afirmou que a determinação carece de "base jurídica" porque o estado de sítio vigente proíbe as reuniões mas não a realização de eleições. Invocou, ainda, "o dever da Associação de cumprir com as disposições do seu estatuto para preencher os cargos dos conselheiros nacionais", cujos mandatos expiraram a 31 de Dezembro.

Anteriormente, a Associação pronunciara-se contra as medidas restritivas à imprensa, que se tornaram mais graves desde que se implantou o estado de sítio a 7 de Novembro último. Desde então, foram suspensas seis revistas independentes, estabeleceu-se a censura prévia para outra publicação e proibiu-se, aos jornais, revistas e canais de televisão, publicar notícias, comentários ou reportagens de carácter político. O governo também adoptou disposições relativas aos correspondentes estrangeiros e um deles, Anthony Boadle da UPI, foi expulso do país acusado de divulgar uma notícia falsa.

# Falcões ou pombos?

O Pentágono coloca os seus critérios e condições para intervir militarmente no Terceiro Mundo

Gino Lofredo

**A** uma década da sua desordenada retirada do Vietname, os militares dos Estados Unidos sintetizam as lições da sua derrota e articulam uma nova doutrina para orientar o uso do "poder militar". O discurso pronuncia-

Estados Unidos e do mundo.

"O poder de uma nação tem elementos tangíveis — como a riqueza económica e a capacidade técnica — e outros intangíveis, tais como a força moral ou a vontade nacional. As nossas for-



O secretário de Defesa dos EUA, Caspar Weinberger (em cima) e o secretário de Estado, George Shultz (em baixo): estratégias diferentes?

do pelo secretário da Defesa norte-americano, Caspar W. Weinberger, a 28 de Novembro, em Washington, é uma síntese precisa da actual concepção do Estado Maior Conjunto, resultado de dez anos de reflexões autocríticas. A sua leitura cuidadosa torna-se mais informativa do que os lampejos de notícias e comunicados que quotidianamente são disparados contra o público dos



ças militares — fortes, rápidas, modernas — são um acréscimo verosímil e tangível ao nosso poder como nação. Quando estes combinam num só instrumento com a vontade nacional, então o poder nacional é efectivo." Destacar a importância dos elementos "intangíveis" do poder de uma nação, equiparando-a à sua capacidade militar material. Weinberger expressa uma das principais conclusões a que chegou a geração de oficiais formada pela guerra do Vietname. Os Estados Unidos, no Vietname, foram derrotados politicamente e não militarmente. A sua incapacidade teve mais a ver com a ausência de uma concepção estratégica adequada da guerra, do que com as numerosas, mas secundárias, falhas tácticas.

O conceito de "vontade nacional" tem dois postulados operativos no contexto norte-americano: um consenso de opinião favorável entre os cidadãos e o apoio político entre os seus representantes no Congresso. Foram estes os dois elementos presentes na gestão estratégica da guerra do Vietname. Especialmente, os militares foram receptores da "responsabilidade histórica" da derrota do sudeste asiático, mas gradualmente a atribuição de responsabilidade vai recaindo sobre a condução política da guerra.

O chefe do Pentágono apresentou seis critérios básicos para avaliar a decisão de comprometer, ou não, as forças militares dos Estados Unidos em combate. Primeiro, diz Weinberger, "devemos investir as nossas forças, a menos que se decida o confronto em questão é vital para o nosso interesse nacional dos nossos aliados..."

Segundo, "se decidimos necessário usar tropas... devemos fazê-lo com todo o coraço e com clara intenção de vencer".

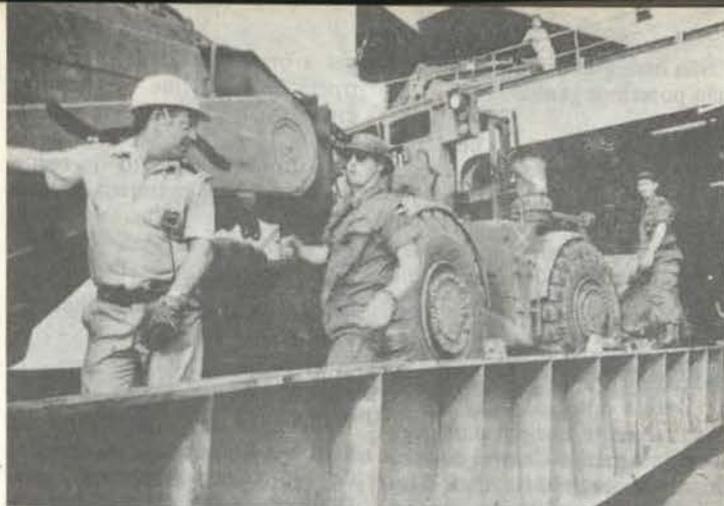
se não estamos dispostos a investir as forças e recursos necessários para conseguir os nossos objectivos, não devemos comprometer-nos em absoluto..."

Terceiro, "...se decidimos entrar em combate, devemos ter objectivos políticos e militares claramente definidos. E devemos saber, com exactidão, como os poderemos conseguir as nossas forças... e devemos dispor das forças necessárias para atingi-los". Nesta parte do seu discurso, Weinberger citou Clausewitz: "Ninguém que esteja lúcido deve começar uma guerra sem ter definido o que é que quer conseguir com ela e como tenciona fazê-la..." Numa clara alusão ao desembarque de *marines* no Líbano, Weinberger disse que "devemos designar forças capazes de cumprir a sua missão e não atribuir uma missão de combate a uma força constituída para ajudar a manter a paz..."

Quarto, "a relação entre os nossos objectivos e as forças investidas deve ser constantemente reavaliada e ajustada se for necessário e devemos constantemente recolocar-nos as perguntas fundamentais: esse conflito é do nosso interesse nacional?... Se a resposta continua a ser afirmativa, devemos vencer, e se deixa de o ser não devemos ficar a combater..."

Quinto, "...devemos contar com o apoio do povo norte-americano e dos seus representantes eleitos no Congresso... não podemos lutar com o Congresso em casa e contra o inimigo fora das nossas fronteiras... não podemos pedir às nossas tropas que NÃO vençam e simplesmente que lá continuem... como no Vietname"

Sexto, "o uso de forças de combate deve ser a opção final..." e concluiu Weinberger "estes critérios têm por objectivo inserir no debate uma nota de precaução... quando estamos a arriscar as vidas das nossas tropas, esta precaução é não só prudente como moralmente obrigatória..."



Presença dos EUA nas Honduras: risco de uma intervenção

### A tênue divisória entre a guerra e a paz

A actual multiplicidade de conflitos e dos potenciais no Terceiro Mundo, diante dos quais os Estados Unidos se sentem obrigados a tomar partido, reactualizaram esta discussão. "Hoje, a linha divisória entre a guerra e a paz, entre conflitos abertos e actos hostis semi-clandestinos, é muito mais tênue do que em qualquer outro momento da nossa história", diz Weinberger, "...não podemos prever com segurança onde, quando, como e de que direcção seremos agredidos... devemos estar preparados para enfrentar ameaças que vão desde actos terroristas isolados e acções guerrilheiras, até confrontos militares em grande escala..." Por detrás desta afirmação quase paranóica encontra-se a visão imperial, segundo a qual tudo o que acontece no planeta diz de alguma forma respeito aos Estados Unidos e está sujeito à possibilidade de uma acção preventiva, ofensiva ou de represália com ingredientes de força.

O discurso de Weinberger refere-se quase exclusivamente ao que denomina por "conflitos da

zona cinzenta", e que outros peritos militares baptizaram de "guerras de baixa intensidade". Ambos os termos se referem a conflitos no Terceiro Mundo, em defesa de um aliado agredido por um vizinho hostil, ou debilitado por uma política interna anti-popular, contra movimentos insurreccionais ou em acções de castigo a países não-alinhados incondicionalmente com Washington. As situações arquetípicas desses conflitos encontram-se hoje na África do Sul, no Médio Oriente e na América Central e Caraíbas e continuarão presentes pelo menos até ao final do século.

A mensagem que o Estado Maior Conjunto quis tornar do conhecimento público, através de Weinberger, é que os Estados Unidos não devem mobilizar as suas forças de combate nesses conflitos, sem que existam condições políticas internas e internacionais que permitam à nação e ao seu governo designar todos os recursos necessários para obter uma vitória militar. Os militares não estão dispostos a ser envolvidos em guerras cujos objectivos políticos e militares estão vagamente definidos e diante das quais não contam com o apoio político do Congresso e da opinião pública norte-americana.

"Não mais guerras que não possamos ganhar..."

"Os militares já perderam duas guerras seguidas no Terceiro Mundo, na Coreia e no Vietname, e não querem que os metam numa terceira...", disse-nos o coronel Edward King, um perito em assuntos militares latino-americanos, designado pelo Estado Maior para servir de ligação com a Junta Interamericana de Defesa antes da sua reforma e actualmente assessor para questões da América Central do senador de Massachusetts, Paul Tsongas. "Há 15 ou 20 anos, durante as fases iniciais da guerra do Vietname, quando nós formulávamos estas críticas no Pentágono, chamavam-nos comunistas... há quatro ou cinco anos gerou-se um consenso interno em torno desses critérios e agora, recentemente, tornam-se públicos..." acrescentou o coronel King.

Acaso se gerou um movimento anti-intervencionista dentro das Forças Armadas dos Estados Unidos? Certamente que não. Existe, contudo, uma clara noção, entre a oficialidade militar, de que o investimento de forças de combate dos Estados Unidos requer condições político-militares muito especiais e que se estas não existirem se deverá recorrer a outros meios diplomáticos ou de força, para encarar o problema.

No entanto, segundo o almirante Eugene Carroll, do *Center for Defense Information*, a nova cautela dos militares, "não significa necessariamente que se consiga evitar uma intervenção directa na América Central. Há um ditado na Marinha no sentido de que se chega para onde se aponta a proa do barco... e tudo o que estamos a fazer na região em função de manobras militares, capacitação de exércitos e mobilizações de ataque apontam para uma eventual intervenção. O dramático do discurso de Weinberger é que sugere que para se che-

82 - terceiro mundo

gar a uma decisão de intervir, a operação teria que ser de uma envergadura maciça para satisfazer os critérios do Pentágono com um investimento de recursos humanos e materiais, muitas vezes superior à que se aplicou em Granada".

**A nova doutrina não exclui acções paramilitares e ataques relâmpago**

Segundo o coronel King as acções militares a que se refere Weinberger não descartam "as guerras clandestinas ou as acções de represália instantânea" referindo-se ao uso de exércitos paramilitares e mercenários contra a Nicarágua ou contra Angola e Moçambique, operações organizadas e financiadas pela CIA. "Os militares profissionais consideram a CIA como um bando de palhaços e não vêem as suas operações como parte de uma estratégia militar séria...", diz King. No caso da Nicarágua a continuação da guerra clandestina é vista pelo Pentágono como condenada ao fracasso, embora seja conjunturalmente útil como instrumento de pressão e até para evitar precisamente que os políticos na administração e no Congresso decidam fazer uso dos *marines* ou do *U. S. Army*.

Outro tipo de acções que não se excluem na proposta de Weinberger são as represálias com objectivos políticos precisos. "Se os nicaraguenses obtivessem os seus MIGs, os Estados Unidos acabariam por os destruir em poucas horas, tal como a um ou mais aeroportos e a boa parte da infra-estrutura económica do país... Os sandinistas sabem disso... foi dito praticamente por todo mundo, desde Shultz para baixo... e o Estado Maior não teria qualquer objecção a essa missão...", diz King coincidindo com as declarações públicas de um amplo espectro político do Congresso e, em sintonia com a maioria da opinião pública dos Estados Unidos, que aprovaria a

partida uma acção desse tipo.

A mobilização dos *marines* norte-americanos, no Líbano, apresenta o protótipo da operação militar que o Estado quer evitar, com a divulgação da sua doutrina. A sua presença promovida politicamente pelo Departamento de Estado para apoiar as gestões diplomáticas, está então em curso. A administração adoptou a decisão de mobilização e impôs como condição que as tropas não entrassem em combate, impedindo que estivessem adequadamente apetrechadas para o fazer. O Congresso para evitar qualquer responsabilidade política, deixou que a Casa Branca fizesse o que quisesse e simultaneamente, salvou-se com declarações críticas sobre a decisão adoptada. Os militares pagaram com 265 mortos apesar de se terem oposto, desde o começo, à mobilização militar, tiveram que arcar com os custos políticos e assumir parte das responsabilidades pela decisão.

O comentarista do *New York Times*, William Safire, caracterizou o discurso de Weinberger como a expressão da doutrina "queremos somente guerras breves e divertidas", como em Granada. Weinberger, com efeito, contrapõe o "fracasso" do Líbano à "vitória" de Granada, e muitos no Pentágono colocam como modelo das operações "aceitáveis": rápidas, de baixo custo, com amplo apoio da opinião pública e de grande utilidade simbólica. Mas o almirante Eugene J. Carroll, disse-nos que "Granada foi uma situação única, que provavelmente não se repetirá... ali, uma Força de Tarefa Conjunta e uma dúzia de navios de guerra enfrentaram milhares de 1.000 tropas mal armadas e mal treinadas... e apesar disso tivemos sérias dificuldades de comunicação e coordenação..."

Carroll afirma que um confronto com a Nicarágua requeriria um investimento de

muitas vezes superior, a guerra prolongar-se-ia indefinidamente e enfrentaríamos um exército relativamente bem treinado de cerca de 60.000 efectivos...". Mas o que o almirante Carroll considera chave na avaliação das perspectivas de intervenção directa é que essa acção enfrentaria desde o começo a oposição política interna do público e do Congresso. Estes constituem, segundo o coronel King, os factores que sustentam a oposição a uma intervenção militar directa na América Central, por parte do Estado Maior Conjunto, "...trata-se de uma operação altamente arriscada do ponto de vista político e consideravelmente difícil do ponto de vista militar...".

Weinberger expressa, de forma mais velada, a mesma atitude no seu discurso: "O presidente não permitirá que as nossas forças armadas se vejam gradualmente arrastadas para o combate na América Central ou em qualquer outra parte do mundo... e, com efeito, a nossa política foi elaborada, precisamente, para evitar essa situação... por isso necessitamos que o Congresso continue a prestar apoio e a dar confiança aos nossos amigos na região". Diante da eventualidade de uma "maior e mais extensa penetração soviética e pró-soviética (cubana) no hemisfério nos próximos meses... necessitaremos de maior assistência económica e militar e maior treino para ajudar os que desejam a democracia na região...".

O almirante Carroll sublinha uma das contradições implícitas na doutrina elaborada por Weinberger: "Há uma profunda incompatibilidade entre os fins e motivos que alegamos e os meios que estamos dispostos a adoptar", afirma ele. Weinberger fala de democracia e estimula a colaboração com os *contras* que não são mais do que terroristas que matam civis, mulheres e crianças, enquanto nós pagamos os seus salários...".



Granada: um modelo de operação fácil e "aceitável"

O almirante Carroll considera que a doutrina exposta por Weinberger confirma a existência de elementos cautelosos dentro do Pentágono, com considerável influência, mas ressalta a existência, igualmente, de uma tendência militarista que gostaria de eliminar a participação do Congresso nas decisões sobre a mobilização de tropas.

#### Diplomatas falcões e militares pombas?

Tradicionalmente, o Departamento de Estado, como encarregado da elaboração da política exterior e da gestão diplomática, tem sido contrário ao uso da força na resolução de conflitos. O Pentágono, nas décadas de 60 e 70, favorecia o uso de instrumentos militares nos conflitos do Terceiro Mundo. Actualmente, esta linha não está tão claramente definida. "Os papéis tradicionais inverteram-se", diz-nos o coronel King, "por um lado, é o secretário Shultz quem promove o conceito das represálias militares contra ataques terroristas, embora morram inocentes... e foi Shultz um dos principais promotores da invasão de Granada, por outro, é Weinberger quem agora recomenda que se actue com a máxima cautela, antes de mobilizar as nossas forças armadas em apoio das acções diplomáticas...".

A diferença é claramente ex-

plicável em função dos riscos que os dois sectores do aparelho político correm, ao assumir a responsabilidade de intervir militarmente. Daí a utilidade política e prática das "guerras clandestinas e através de terceiras partes" contra a Nicarágua, contra Angola, no Afeganistão ou em Moçambique.

A relação tradicional entre falcões e pombas mantém-se, no entanto, no que se refere às negociações estratégicas com a União Soviética sobre armas nucleares. Nesta frente, o Departamento de Estado assume o papel de defensor do diálogo e o Pentágono opõe-se intransigentemente a acordos que reduzam o ritmo de crescimento do arsenal nuclear. Esta atitude poderia ser em parte explicada, em função dos milhares de milhões de dólares que poderiam ser eliminados do orçamento do Pentágono, diante de resultados positivos nas negociações. Ao mesmo tempo, as vantagens políticas de tais negociações seriam desviadas na direcção do Departamento de Estado e, em geral, dos civis. As leis da política interburocrática e os interesses do complexo militar-industrial, explicam com suficiente precisão boa parte do comportamento doutrinário do Pentágono. O resto da explicação tem que ser procurada na história das guerras da Coreia e Vietname e nas difíceis escaramuças no Líbano, Granada e América Central. ●

## Notas de Economia

### BANGLADESH: 1984, O ANO DAS TRAGÉDIAS



Cinco enchentes consecutivas registadas nos 10 primeiros meses de 1984 no Bangladesh — as mais trágicas da história recente do país — inundaram cinco milhões de hectares, deixando 30 milhões de pessoas desabrigadas, além de causarem 900 mortes, a perda de 85 mil cabeças de gado, e a destruição de meio milhão de casas.

Segundo cálculos oficiais, as enchentes destruíram 1,5 milhão de toneladas de cereais, um milhão de toneladas de juta e 80 mil toneladas de frutas e vegetais. A destruição atingiu também 640 quilômetros de estradas e 250 pontes, em cuja reconstrução deverão ser gastos cerca de 100 milhões de dólares. Na agricultura, os prejuízos foram calculados em 1.200 milhões de dólares.

Para fazer face às necessidades, o governo terá que importar até quatro milhões de toneladas de cereais para impedir a fome em massa, já que os *stocks* existentes não garantem o abastecimento nos próximos seis meses. A perda de uma grande parte das áreas de cultivo levará a que, em 1985, a safra agrícola do Bangladesh seja muito reduzida. Isso obrigou as autoridades a usar todos os fundos de reserva, num momento em que o país já vive uma situação extremamente difícil devido ao fracasso da política económica do governo ditatorial do general Ershad.

84 - terceiro mundo

### OS SUPERMONOPÓLIOS EMPRESARIAIS

Cerca de 200 superempresas controlam aproximadamente 1/3 da economia mundial. Desse total, 166 empresas têm sede em apenas cinco países, com uma maior concentração nos Estados Unidos, Japão e Grã-Bretanha. Em 1982, essas superempresas facturaram 3.400 mil milhões de dólares, o que equivale a pouco mais de 35% do Produto Interno Bruto mundial.

Esses dados foram recolhidos por um pesquisador do Acordo Geral de Tarifas (GATT). O estudo de Frederick Clairmont sobre a economia mundial, revela também que na área das finanças, os 100 maiores bancos do mundo possuem activos de 4.500 mil milhões de dólares. Só os bancos norte-americanos e japoneses controlam 40% desses activos. A aceleração do processo de concentração nas grandes empresas transnacionais e nos bancos agudizou-se a partir da década de 70, especialmente nos Estados Unidos, em consequência da política monetarista da administração Reagan.

O estudo de Clairmont afirma que a tendência para a concentração económica tem como equivalente no plano político o aumento do totalitarismo. Segundo ele, a "propriedade privada está associada cada vez mais à economia de mercado, enquanto a noção de democracia fica determinada pelos interesses exclusivos de gigantescas corporações".

### EUA, O MAIOR DEVEDOR DO MUNDO

Fontes bancárias da Alemanha Federal, consultadas pela agência IPS, afirmaram que actualmente o Tesouro norte-americano deve a investidores europeus a fantástica soma de

1.700 mil milhões de dólares. Esse montante é o mais elevado do mundo, superando em mais do dobro a dívida externa dos países do Terceiro Mundo, totalizada actualmente em 850 mil milhões de dólares.

O enorme débito norte-americano junto dos europeus é uma consequência das altas taxas de juros pagas pelo sistema financeiro dos Estados Unidos, con-



forma de captar no exterior os recursos necessários para "tapar o buraco" criado pelo défice orçamental nos EUA. Cerca de 10,6% da dívida norte-americana é formada por títulos e papéis do Tesouro comprados por investidores estrangeiros.

O resultado é que, segundo funcionários europeus, a economia mundial passou a ficar demasiado dependente do dólar. Vários países do Terceiro Mundo já sugeriram a conversão dos débitos em dólares para uma nova cotação baseada nas moedas que tenham mostrado maior estabilidade. Essa sugestão, no entanto, tem sido sistematicamente rejeitada pela administração Reagan.

### BOLÍVIA: 442 GREVES EM 10 MESES

O agravamento da crise económica na Bolívia gerou uma tensão social que, por sua vez, provocou um aumento do nível

## Notas de Economia

ro de greves por questões salariais e políticas. Quase todos os sectores sindicais entraram em greve pelo menos uma vez desde Janeiro, segundo estatística divulgada pelo Ministério do Tra-



balho. Nos primeiros dez meses de 84, ocorreram seis greves gerais, que no total duraram 34 dias.

A maioria das greves foi provocada por reivindicações salariais, num momento em que o governo está submetido às violentas pressões internacionais tanto do FMI como dos bancos privados dos EUA. Segundo o relatório do governo boliviano, Abril foi o mês que registou o maior número de paralisações.

Mas, além das greves salariais, houve uma forte incidência de greves políticas. Para as 259 greves salariais, houve 183 de ordem política, o que indica a decisão de alguns partidos e movimentos de tentarem boicotar o governo do presidente Siles Zuazo. Os números divulgados pelo Ministério do Trabalho mostram que existem sectores sindicais interessados em desestabilizar o actual governo.

### BANANA: A GUERRA DOS PREÇOS

Os oito países latino-americanos que integram a UPEB (União

de Países Exportadores de Banana), que muitos classificam como a "OPEP da banana", estão dispostos a unir ainda mais as suas forças visando enfrentar a violenta queda de preços do produto registada no mercado internacional. Segundo dados da UPEB, os preços pagos pelos países consumidores caíram 15%, em média, em 1984.

Esses oito países latino-americanos (Colômbia, Guatemala, Costa Rica, Panamá, Honduras, Nicarágua, República Dominicana e Venezuela) exportam 70% da banana consumida no resto do mundo. Até ao final de 1984, os analistas previam um exceden-



te de produção no mercado mundial da ordem de 500 mil toneladas. Para 1985, prevê-se que o excedente seja de 1,3 milhões de toneladas, o que deve agravar a deterioração dos preços.

A situação tende a complicar-se porque os principais países consumidores, como os Estados Unidos, se negam a aceitar uma regulamentação do mercado visando a estabilidade dos preços. Além das pressões oficiais do governo norte-americano, algumas empresas transnacionais como a *Standard Fruit* ameaçam fechar as suas subsidiárias na América Central, caso países como as Honduras e Costa Rica não reduzam os impostos cobrados sobre as exportações de banana. A Costa Rica, por exemplo, pode perder 233 milhões de dólares em divisas e 40 milhões em im-

postos, caso venham a ser paralisados os bananais da costa leste do país. E, nas Honduras, a demissão em massa de trabalhadores bananeiros pode aumentar para 30%, ou mais, o índice de desemprego no país.

### EUA REDUZEM IMPORTAÇÕES DO URUGUAI

O governo norte-americano anunciou que, a partir de Janeiro, vai reduzir drasticamente a compra de produtos manufacturados do Uruguai, especialmente na área têxtil. A decisão norte-americana é um severo golpe nos planos económicos do novo governo civil do Uruguai, que havia prometido empenhar-se por um aumento das exportações para poder reequilibrar as finanças nacionais.

As exportações uruguaias para os Estados Unidos aumentaram em 905% no período 82/83, enquanto, em 84, o acréscimo atingiu um total de 400% a mais do que no ano anterior. Com isso, o Uruguai passou a ter um saldo favorável de 39 milhões de dólares na balança comercial com os EUA. Os produtos que sofrerão mais restrições a partir de Janeiro são a lã e os têxteis, responsáveis por divisas da ordem de 10 milhões de dólares no ano passado.

Os débitos externos do país ascendem a cinco mil milhões de dólares, o que equivale a quatro anos de exportações. É uma das mais altas dívidas *per capita* do mundo. Além do Uruguai, também a Formosa, Coreia do Sul, Hong Kong e Polónia serão afectados pela redução das compras de têxteis pelos norte-americanos, para proteger a indústria doméstica nos EUA.

*Notas preparadas com base em material fornecido pela agência IPS.*

Estamos cá  
como se estivéssemos lá.  
Somos uma ponte segura  
na cooperação recíproca.



uma Empresa privilegiada  
na auscultação directa e  
no diálogo negociador,  
preparada e experimentada  
como via das melhores condições  
de parceria, que decorrem do  
planeamento de  
um grande mercado.

# ANGOLA

O seu estatuto preferencial  
é um espelho que reflecte  
as necessidades orientadas e  
as potencialidades do  
comércio externo angolano.



uma experiência  
adquirida  
uma confiança  
reforçada  
no domínio de  
acordos e  
operações  
comerciais e  
no fomento de  
cooperação  
técnica com a RPA.

DESIGN LUIS CABRILLO

Consulte:  
VESPER • Importação e Exportação, Lda.  
Avenida António José de Almeida, 44, 1.º-Dt.  
1000 LISBOA • Portugal  
telef. 73 11 23/73 13 23/73 14 23  
telex 43688 VESPER P  
43446 VESPER P

Empresa de Capitais mistos  
Luso-Angolana, associada das  
seguintes Unidades Económicas Estadais:  
IMPORTANG U.E.E.  
Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.  
Central Angolana de Exportação

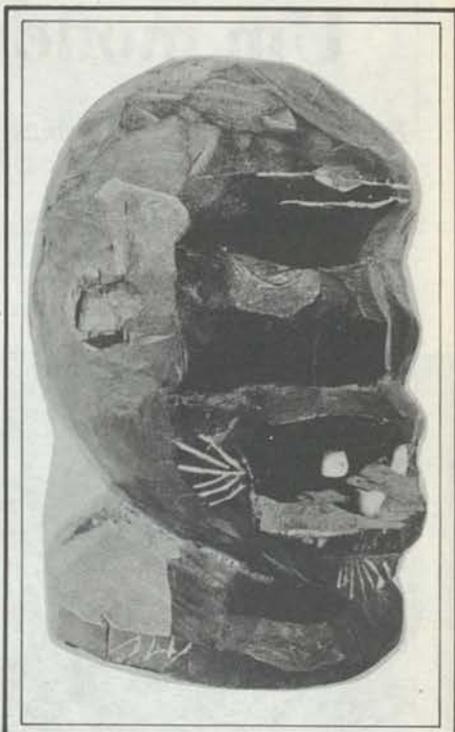
ANGODESPACHOS U.E.E.  
Empresa de Despachos Alfandegários  
de Luanda

e da  
COTECO, Sociedade de Cooperação  
Técnica e Comercial, Limitada

# Arte viva em Moçambique

*Tal como o artesão regista nas suas esculturas em madeira, seja ela o sândalo, pau-preto ou "madeira branca", aquilo que mais directamente se relaciona com o seu quotidiano, também os artistas ao serviço da revolução moçambicana registam em magníficos murais os avanços de uma década de independência nacional.*

*Com os seus mitos, crenças e rituais, os artesãos que criavam inicialmente objectos utilitários, muitos deles com significações mágicas, alargaram posteriormente os seus motivos aos animais e às figuras humanas. Em Maputo, nomes como Malangatana enchem de cor as fachadas dos edifícios e começam mesmo a pintar murais em paredes expressamente construídas para esse fim. Duas expressões de uma mesma realidade: a arte está viva em Moçambique.*



# Um modo de estar no mundo

*Em todas as culturas africanas — em grau diverso — a arte enquanto que linguagem e expressão, não procura a ruptura*

Mário Trindade



**A**té há pouco consideradas "menores", as artes decorativas e o artesanato merecem hoje muita atenção. A antiga hierarquia que colocava a pintura e a escultura em primeiro lugar é substituída pela consciência da importância crescente das formas artesanais. De facto, não será uma peça funcional, exprimindo o talento inventivo de um povo e reflectindo o seu ambiente na matéria trabalhada, tão importante como uma arte não funcional?

No entanto, talvez a palavra *Arte* não seja a mais apropriada, dada a sua origem semântica, para designar o que aqui interessa significar. A concepção de arte, em tanto que processo criativo, é extremamente diferente entre os europeus e os africanos. O africano sempre exprime e traduz nas formas que cria uma parte do seu universo, trate-se de arte ou de artesanato. A arte africana fascina pelo seu poder emocional e pela beleza das suas formas,

portadoras de uma força intensa e de uma grande espiritualidade.

## Arte africana: sua definição

A arte africana é funcional. Esta funcionalidade é a sua razão de ser, quer ela seja económica, mágica ou religiosa. Todas as formas de que se revestem sejam máscaras, esculturas, habitações, tecelagem, olaria, música ou dança, procuram revelar a eterna confrontação entre o real e o imaginário, entre o terreno e o transcendente. (Paul Klee, que sob a influência da arte africana, dizia que o papel da arte é o tornar visível o invisível).

O artista africano busca a sua inspiração nas forças sobrenaturais, para lhes dar a forma que a materializará. Pelo contrário, até ao século XIX, os artistas europeus influenciados pela tradição grega partiam de uma forma concreta, geralmente um modelo humano, para representar o divino.

O artista africano não tem um estatuto especial. Ele pode ser um camponês que esculpe ou um rei dotado de poderes mágicos. É ao rito religioso que ele vai buscar o sentido formal das forças que emanam do poder divino. Por isso, um escultor que reproduzir a obra de outro escultor, sem que isso constitua plágio, antes sendo considerado como homenagem.

A arte africana possui uma concepção colectiva em contraposição à concepção individualista da arte na Europa. Para um africano, a comunidade existe antes do indivíduo, e ele próprio não é senão um elo de uma longa tradição. Nesse sentido, a comunidade estende-se à natureza e à terra, à terra a que pertencem os antepassados. Por isso, os ritos e pela tradição, se perpetua a moral, se mantém o equilíbrio social. Este comportamento impõe toda a expressão vital do indivíduo e as suas manifestações. A sua produção artística está regulamentada pela *praxis* e pela moral do seu agregado.

A arte africana está em harmonia e comunhão com a natureza. Por isso ela está próxima da vida; a leitura das suas formas é sempre acessível a todos os membros da sociedade que as cria.

## A influência externa

Assim, a arte africana reflecte o passado, exprime uma certa maneira de estar no mundo, ajuda o homem a comunicar com o sobrenatural.



Os valores mercantilistas e a migração, colocando o africano em contacto com as áreas urbanas, afastam-no da cultura de origem

Em todas as culturas africanas, em grau diverso, a arte, em tanto que linguagem e expressão, não questiona, não procura a ruptura. Isto não impede que os modos de expressão tradicional evoluam constantemente. Um indivíduo excepcionalmente dotado, pode ousar ultrapassar os limites estabelecidos pela tradição, contribuindo assim para estender a gama de expressão artística. O ritmo e a intensidade desta evolução, podem variar consoante a pressão de influências externas.

A introdução de valores mercantilistas e a migração, colocando o africano em contacto com a urbe estranha e com novos hábitos, afastam-no da sua cultura de origem. Já não é a razão telúrica do seu equilíbrio social e cultural o que o faz produzir o objecto de arte.

De imediato, os novos hábitos de consumo ameaçam a continuidade do artesanato tradicional. As colheres de pau lindamente ornamentadas foram substituídas por colheres de metal; as tijelas de madeira foram substituídas por tijelas de esmalte; os pratos de madeira entalhada ou de olaria, por quinquilharia europeia, indiana ou japonesa; em lugar da tabaqueira tradicional, finamente decorada, compra-se a caixa de lata estampada; e as donzelas, desdenhando a gordura do *tihuhlo* (*ma-furra*), untam-se com óleos perfumados importados da Europa ou da Índia.

A produção utilitária é quase toda substituída pelos artigos que a cantina oferece. Ao chamado artesanato artístico ainda resta, para sobreviver, o caminho da produção em série do artigo de "souvenir", o destinado ao seu maior cliente: o estrangeiro.

#### A lei da oferta e da procura

Assim, o escultor tornou-se carpinteiro. Ele passou a reproduzir, muitas vezes de modo mecânico, sem cuidado nem convicção, os modelos tradicionais. Não é já a expressão da sua cultura o que origina a produção, mas a simples incidência da lei da oferta e da procura. Produzir muito, depressa e facilmente, procurando trocar o que se produz por dinheiro ou por mercadoria e valorizando a produção, já não pelo mérito artístico, mas pelo material utilizado, é hoje, infelizmente, a opção de muitos artistas do continente.

Mas, apesar das novas condições sociais em que tem de operar, o artista africano permanece o portador e perpetuador dos valores e das concepções estéticas herdadas dos antepassados. Mesmo quando sejam novas as formas, mesmo quando os objectos já não se reportem a nenhuma tradição local, no traço, no gesto, no acabamento, são sempre reconhecíveis os sinais que traduzem a força e a vitalidade de toda uma cultura.

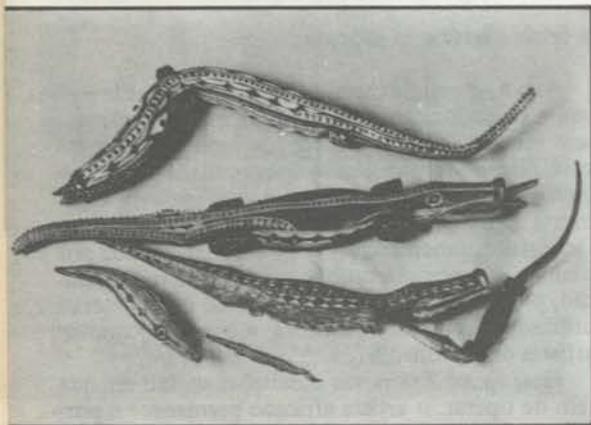
A arte africana teve uma influência vivificante sobre a arte europeia. Ela inspirou Modigliani, Picasso, Klee, Lipchitz e muitos outros. Por outro lado, há que dizê-lo, a influência europeia e de outras origens sobre os artistas africanos, não terá sido necessariamente desastrosa.

Os estilos evoluem com a História: encontram-se hoje por toda a África, novos estilos de vestuário, de tecido, bordados, jóias, penteados, que, não sendo tradicionais, não são reconhecidamente de origem europeia, asiática ou de qualquer região específica. São apenas pan-africanos. ●

## Psikhelekedana, o artesanato do sul

*Utilizada para referenciar o trabalho de artesanato ou de escultura feito a partir da chamada "madeira branca", a Psikhelekedana, é uma expressão artística característica do sul de Moçambique*

Sol Carvalho



O crocodilo é bastante frequente no artesanato

O termo "Psikhelekedana" é uma corruptela da palavra inglesa "crocodile" traduzida para uma das línguas nacionais falada no sul de Moçambique. A imagem de crocodilo nesta forma de arte/artesanato é bastante frequente e o colono ou visitante sul-africano dos primeiros anos da "pacificação" colonial (princípio do século) designava por aquele termo toda uma imensa gama de obras que, desde cedo, ultrapassaram a simples imagem do típico jacaré africano.

O termo ficou e hoje ele é fluentemente utilizado nas transações comerciais feitas nos bazares e mesmo no meio da rua onde os artesãos procuram encontrar compradores de lembranças de Moçambique.

A designação é tão genérica que abrange desde obras que têm uma função utilitária como é o caso

das colheres de pau, até às obras esculturais de apresentação da figura humana sendo a mais conhecida a denominada "King Zulu".

Ao aceitarmos aqui uma diferença entre arte (escultura) e artesanato, pode-se afirmar que ambos estão presentes em Psikhelekedana. Os mesmos escultores/artesãos produzem individualmente nas suas cooperativas de produção, todo o tipo de objectos desde obras em série até esculturas que o cunho individual do artista sobressai visivelmente.

### Origens

É difícil determinar a origem deste tipo de obras. Uma recente exposição de Psikhelekedana feita em Moçambique, permitiu recolher em condições particulares obras acreditadas como sendo do princípio do século. Henrique Junod, um conhecido antropólogo que estudou a região sul de Moçambique ("Usos e costumes dos Bantus") registou já obras do estilo, embora esteja ainda ausente qualquer referência aos termos com que hoje são designadas.

As primeiras formas de escultura/artesanato das sociedades bantu estão, em geral, ligadas a uma função social directa que elas exercem no seu meio comunitário. Colheres, púcaros, etc, são, seguramente, fabricados há muitos anos e, cedo, os produtores as ornamentaram dando-lhes um carácter artístico que permanece até à actualidade. Noutros casos, eles têm um valor mágico-religioso sendo utilizados nos rituais de iniciação, de casamento e de veneração aos chefes, pelos curandeiros, etc.

Estas primeiras formas de escultura e artesanato mantiveram-se ao longo dos anos mesmo quando passaram apenas a ser objectos de valor artístico ou decorativo, feitos com o objectivo de vender para turistas nacionais e estrangeiros.

A estas formas se juntaram outras que se foram sendo impostas pelas necessidades mercantis ou mesmo solicitadas pelos colonos. Os artesãos, até aí simples membros da comunidade foram tornando, a pouco e pouco, profissionais. Actualmente, "Psikhelekedana" é essencialmente constituído por três tipos de figuras/objectos: os utensílios domésticos, os animais e a figura humana.

## Os utensílios domésticos

É nesta área de obras de arte/artesanato da região de Maputo que se pode estabelecer uma ligação mais directa com a tradição e com os valores mágico-religiosos.

Entre os objectos de uso corrente o mais vulgar é a colher. Algumas delas têm, contudo, valor ritual.

Desde muito cedo que os artesãos introduziram nestas colheres uma série de elementos decorativos (principalmente os frisos) com o objectivo de as decorar. Hoje em dia, a colher de madeira continua a ser comprada com fins utilitários mas é também cada vez mais decorativa, o que faz com que os artesãos explorem todas as formas possíveis de a embelezar e de tornar visualmente interessante este objecto quotidiano.

Do ponto de vista artístico uma das produções mais interessantes é composta por duas colheres unidas por uma correia de argolas. Henrique Junod conta que elas eram utilizadas quando se pretendia fazer a aliança entre dois membros da comunidade, sendo as argolas passadas através dos pescoços enquanto cada um utilizava uma das colheres. Este valor social parece, no entanto, ter sido perdido, pois vários artesãos por nós contactados limitam-se a considerar tratar-se de uma obra importante porque é "difícil de fazer" (basta que uma das argolas se parta para a obra perder o valor).

Existem muitos outros utensílios domésticos em Psikhelekedana. As cabaças, tradicionalmente ornamentadas com missangas, eram apenas feitas pelos feiticeiros ou a quem este confiasse a obra (os "madodas") e serviam para guardar o mel com o qual se adocicavam os "remédios" tradicionais. Também a moça e o penacho, hoje pouco produzidos, se destinavam aos feiticeiros ou curandeiros.

O "travesseiro de madeira" uma das mais antigas produções artísticas de madeira branca, era destinado aos chefes e frequentemente ornamentado com troféus.

## Os animais

Existem esculturas antigas representando animais, mas os textos dos antropólogos e historiadores parecem indicar que a sua produção massiva é relativamente actual e coincide com a implantação colonial em Moçambique. Com a urbanização, o número de animais representados não parou de crescer. Podemos ver com relativa frequência, pássaros (tucanos, codornizes, galinhas do mato, etc), crocodilos (que são, sem dúvidas, os mais frequentes), cobras (que aparecem geralmente associadas a outros animais), elefantes, hipopótamos, tartarugas, macacos etc. Existem cerimónias, crenças e tabus relacionados com grande parte dos animais representados.





Por exemplo, o elefante, que se pode encontrar em esculturas antigas é considerado um animal que, pelo seu grande porte, pode "recolher o espírito que se liberta do aldeão por acção do curandeiro".

O hipopótamo está ligado à abundância, sendo a sua caçada considerada como um sinal de bom presságio alimentar. Em relação ao crocodilo, afinal o "leit-motiv" deste tipo de artesanato/escultura, existem várias crenças. O número de pedras que um animal morto transporta no estômago é relacionado com os anos de vida do chefe da aldeia. O animal morto é, assim, esquarterado na presença do chefe, que é também possuidor de objectos de metal, que ele eventualmente possa ter na barriga, pelo facto de ter morto alguns aldeões que atravessam ou se banham nos rios. Comer a cabeça é tabu, devendo esta ser queimada até ficar reduzida a cinzas.

#### A figura humana

Depois dos utensílios domésticos, a representação da figura humana aparenta ser das mais antigas da arte do sul de Moçambique.

Aparentemente as figuras humanas seriam as

primeiras obras deste tipo de escultura/artesanato que estão totalmente dissociadas do seu valor funcional valendo apenas como obras de escultura projectando o artesanato na arte. Embora existam figuras humanas ligadas a objectos quotidianos (como o caso das bengalas) não são conhecidas para elas funções mágico-religiosas.

A mais comum e conhecida das representações é denominada "King Zulu"<sup>1</sup>. A figura é esculpida num bloco único sendo depois acrescentados objectos usuais do guerreiro. Mas estes objectos são muitas vezes desproporcionados, o que demonstra a sua natureza simbólica.

Existem outras esculturas em que as suas formas e acentuações parecem imantar já do universo interior do artista e serem inspiradas nas deformações visuais características dos sonhos. Parece aqui presente uma influência da arte makonde (esta geralmente em pau-preto) ou mesmo influências exteriores.

É nesta arte do sul que aparece, pela primeira vez, a tentativa de cópia da figura humana. O escultor tenta reproduzir, tão fielmente quanto possível, o seu modelo, que é o colono. Estas obras são referidas em estudos de antropólogos e historiadores mas hoje em dia são praticamente inexistentes. Constituem obras de grande valor, quer pela sua raridade quer pela forma e cuidado com que foram feitas.

Uma especial representação da figura humana que deve ser incluída nesta categoria são as máscaras. A sua origem é muitas vezes apontada como sendo meramente comercial, embora sejam comuns em toda a África.

Essas máscaras são actualmente os objectos mais comercializados e são produzidas em muitas vezes sem cuidado no seu acabamento.

#### Uma expressão artística

Psikhelekedana não tem tido a mesma glória e fama que algumas outras formas esculturais moçambicanas nem foi objecto de estudos publicados como os que encontramos para a escultura de outras regiões.

Acreditamos que uma das principais razões do facto de que a matéria-prima aqui utilizada tenha um valor inferior à usada nas outras zonas, é o efeito, a madeira branca tem um valor comercial bastante inferior ao pau-preto ou sândalo para os nossos usos e exemplos.

Mas, apesar disso "Psikhelekedana" é a expressão do universo cultural do homem africano em geral e do artista moçambicano em particular.

<sup>1</sup>Os zulus são conhecidos pelo seu espírito corajoso e o rei zulu é um símbolo da resistência e da luta das caras aos moçambicanos.

## Os murais da revolução

O maior feito moçambicano no terreno das artes plásticas exige agora a preservação dessas obras

Albie Sachs e Sol Carvalho



Arte pública, através dos cartazes ou das pinturas murais é uma das áreas em que a manifestação da vontade popular se expressa com mais frequência no marco da luta de libertação. México, Cuba, Nicarágua, Angola e Moçambique são exemplos de situações em que a arte pública atingiu proporções significativas.

Em Moçambique assistiu-se, nos primeiros anos da independência a uma eufórica fase de arte pública com pinturas nas paredes geralmente associadas às palavras-de-ordem com as quais era mobilizado o povo moçambicano. Ela reflectia uma imensa variedade de emoções e traços pictóricos mas em grande parte não era programada estando nisso, simultaneamente, a sua força e a sua fraqueza. Se, por um lado, era extremamente variada e criativa, por outro, as pinturas extinguíam-se rapidamente perdendo-se a sua mensagem que, sendo inicialmente clara, se tornava agora um fragmento indistinto.

Esta fase, por motivos didácticos chama-se de "primeiro movimento". Mas, desde cedo, surgiu também um outro tipo de pintura de paredes, pelas mesmas razões, chamado de "segundo movimento". A sua característica essencial é a de um artista profissional, ou grupo de artistas, motivado

pelos movimentos sociais, procurar uma parede e nela executar um mural com uma mensagem mais universal e com objectivos mais duradouros.

São desenhos maiores, exibindo uma maior gama de cores e muitas vezes já executados com o enquadramento das autoridades.

### Humor e optimismo possível

Característico também desta fase é o facto de neles terem participado exilados que, recém-chegados a Moçambique depois de vários anos de ausência forçada, se sentiam de novo úteis e activos.

Em 1977, cerca de 100 voluntários executaram o primeiro desta série de murais numa das paredes do maior complexo hospitalar do país. A orientação geral do mural foi feita por Moira Thoa, chilena, mas nele participaram moçambicanos e cooperantes trabalhadores no hospital.

Claudio Reis, também chileno, e Madalena, sua esposa moçambicana, executaram também um enorme mural numa das paredes de um cinema na baixa da capital por onde, todos os dias, passam milhares de trabalhadores que desenvolvem actividades na área portuária.

Estes dois murais são de conteúdo claramente revolucionário e os seus elementos transmitem uma visão lírica e optimista de uma revolução que necessariamente se tornou mais difícil do que a imaginavam aqueles que os produziram. Mas, ambos os murais são visões delicadas e generosas do futuro. O primeiro tem como tema essencial a mão, "única fonte de milagres em qualquer processo revolucionário" (Samora Machel), e o segundo é uma combinação de elementos da indústria e da agricultura numa representação da aliança fundamental que se pretende para o desenvolvimento moçambicano.

Um terceiro mural deste movimento ocupa todo o lado de uma construção baixa do Ministério da Agricultura. Ele está cheio de humor, sendo a sua composição animada por linhas irradiando em fitas de arco-íris. Contudo, o mural tem igualmente figuras de semblante grave e olhar fixo numa mensagem mais triste e reflexiva sobre a realidade que rodeia os moçambicanos. A combinação de elementos aparentemente contraditórios é o resultado do processo de produção do próprio mural.



Malangatana: um estilo intenso e sofredor nos murais

A parte de cima foi executada pela mesma Moira Thoa, uma exilada chilena profundamente optimista na sua pintura. A parte de baixo foi executada por um conhecido pintor moçambicano, Malangatana Nguenha que, introduzindo o seu estilo intenso e sofredor deu dramaticidade e tensão ao mural.

Malangatana viria a dar um maior contributo à pintura de paredes quando se propôs executar um enorme mural num dos jardins do Museu de História Natural. O tema é a "Luta do Homem no Contexto da Natureza" e, ao contrário dos murais referidos, a sua mensagem política é mais subtil e camuflada. Trata-se de um fresco brilhante de figuras humanas e animais que olham o espectador a partir de três paredes contíguas.

Não tem pólos nem perspectivas, as cores são surpreendentes e as justaposições brilhantes de modo que o olhar do espectador dança de um lado para o outro respondendo mais ao detalhe do que à forma global. É saudável que os responsáveis pela política cultural não exijam de Malangatana e de outros um optimismo que não existe no seu universo pictórico embora habite na sua consciência.

No mesmo nível se encontra Mankeu, um outro famoso pintor moçambicano contemporâneo de Malangatana.

Mankeu era conhecido pelas suas telas de figuras esqueléticas pintadas em tons de castanho seco. Mas, após a independência, começou a usar cores mais variadas e brilhantes como se pode ver num mural por ele executado numa das paredes da Feira Popular, todos os fins de semana visitada por milhares de cidadãos. O mural representa pessoas na execução de danças conhecidas em todo o território nacional, algo novo nas obras do pintor.

Um outro mural, de uma nova fase na pintura mural moçambicana, foi executado nos jardins da Presidência da República por diversos pintores que, conservando o seu estilo pictórico individual,

conseguiram manter a unidade de conjunto. É um gigantesco fresco de figuras humanas: podemos ver rostos sofredores contrapondo-se a expressões optimistas numa representação do povo na sua imensa variedade emocional.

### O túmulo de Mondlane

A maior vitória da revolução moçambicana no terreno das artes plásticas é também o marco mais importante do seu terceiro movimento, caracterizado pelo facto de as paredes serem construídas propositadamente para receber um mural.

Estamos a falar do mural da Praça dos Heróis, um muro ondulante de 96 metros de comprimento por 5 de altura.

Quando Eduardo Mondlane foi morto, a Frelimo jurou transladar o seu corpo da Tanzânia para Moçambique. Conquistada a independência, o problema foi o de criar um monumento que lembrasse os heróis que tinham dado a sua vida pela libertação.

Foi desenhado um túmulo simples em forma de uma estrela de cinco pontas, colocado no centro de uma praça. Como contraponto visual e emocional construiu-se um longo e ondulante muro, para exibir o mural. O seu tema é a epopeia do povo moçambicano desde os primeiros momentos da conquista colonial, passando pela escravatura, trabalho forçado, o fascismo, o nascimento da luta armada, a guerra de libertação, o triunfo e a nova sociedade.

A parede foi produto da actividade colectiva onde sobressaem os nomes de José Freire, João Veirinha, José Forjaz, Malangatana Nguenha, Estácio de Lemos e António Quadros.

Para todos os que tomaram parte na obra foi uma experiência memorável, um triunfo da interacção mútua produzindo um trabalho em qualidade e escala para além de qualquer coisa produzida no país.

### Uma arte a preservar

A arte mural parece ter conseguido um lugar privilegiado no conjunto das artes plásticas moçambicanas. Existem projectos para a feitura de um grande mural colectivo a ser realizado no portão de Maputo e ainda o da construção de uma praça onde diversas paredes albergarão obras dos mais importantes pintores nacionais.

O problema consiste ainda na preservação das obras, algumas das quais incapazes de resistir a intempéries. As autoridades estão, contudo, sensibilizadas para o problema e procura-se apoio para que as obras possam ser conservadas por bastante tempo dada a sua elevada qualidade artística.

## Notas de Cultura

### OEA: CONCURSO DE FOTOGRAFIAS



A revista "Américas" da Organização dos Estados Americanos (OEA) abriu as inscrições para o V Concurso Anual de Fotografias. O tema será a água, em qualquer das suas formas de líquido universal. As inscrições encerram-se a 20 de Fevereiro de 1985 e tanto fotógrafos profissionais como amadores podem participar no concurso, enviando até três fotografias em cada uma das categorias — a cores ou preto-e-branco — para: Revista "Américas", Concurso Fotográfico 1985, Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos, Washington, D. C. 20006, Estados Unidos.

As fotografias enviadas deverão corresponder a registos feitos em qualquer dos países membros da OEA, e aconselha-se a inclusão de legendas explicando as circunstâncias em que a fotografia foi tirada. A instituição concederá dois primeiros prémios de 500 dólares cada um, à melhor fotografia apresentada em cada uma das categorias. Também haverá dois segundos e terceiros prémios de 300 dólares e 100 dólares, respectivamente, e menções honrosas. As fotografias vencedoras serão expostas na sede da OEA, em Washington, e uma selecção destas aparecerá na revista "Américas".

1985 - Fevereiro - no. 74

### "FESTIVAL DE LOS PUEBLOS"

Encerrou-se, no passado mês de Dezembro, o "Festival de los Pueblos", uma mostra cinematográfica anual realizada em Florença, Itália, e destinada sobretudo à filmografia das nações emergentes. Inicialmente voltada para aspectos antropológicos, a mostra deste ano caracterizou-se pelo destaque dado à documentação social e à denúncia, que representam uma nova tendência que o Festival vem adoptando.

O prémio do festival foi concedido ao cineasta Ken Loach, pelo seu filme "De que lado estás?", uma espécie de manifesto de denúncia da situação dos mineiros ingleses que estão em greve há quase um ano. Loach com-



partilhou o prémio com Daniel Schmidt, que realizou uma pintura intimista sobre um asilo para velhos músicos criado por Giuseppe Verdi, e que intitulou "O beijo de Tosca", e com Jana Bo, que com o seu filme *Sunset People* ("Gente no Ocaso"), narrou a estória de uma fugitiva checa numa rua perdida de Hollywood.

O filme de Loach suscitou polémica e inúmeros debates sobre o seu tratamento da luta social dos mineiros. Igual polémica foi criada pelo filme *Mala Conducta*, que mostra como a homossexualidade é punida em Cuba. O filme sobre a Nicarágua *No Pasa-*

*rán*, de David Bradbury, no entanto, provocou aplausos unânimes no Festival que, segundo os críticos, se transformou numa tribuna para expor agudos e actuais problemas políticos e sociais.

### SIMÓN BOLÍVAR NA TELEVISÃO



A televisão venezuelana e o Ministério da Educação começaram a filmar na Venezuela um documentário sobre a história de Simón Bolívar, responsável pela independência de cinco países latino-americanos. O filme, que será apresentado em quase todas as televisões da América do Sul, será dirigido por Américo Medina e terá como título "A última jornada do Libertador".

As cenas principais do filme serão rodadas na Venezuela e na Colômbia, especialmente nas localidades de Puente de Boyacá e Pantano de Vargas. Outra sequência importante reproduzirá o momento em que as tropas de Bolívar sobem a Cordilheira dos Andes com destino à Bolívia, um dos países libertados da dominação espanhola pelo militar venezuelano, auxiliado pelo general Sucre.

terceiro mundo - 95

## Humor

DEPARTAMENTO DE ESTADO

O  
SEU VISTO PARA VISITAR  
OS ESTADOS UNIDOS  
FOI NEGADO

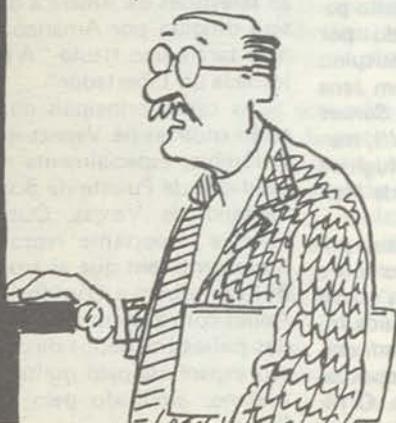
PORQUÊ?



PORQUE NÃO  
GOSTAMOS DA SUA  
POSIÇÃO POLÍTICA



PENSEI QUE NO SEU  
PAÍS HAVIA LIBERDADE  
DE EXPRESSÃO...



PRIMEIRO TEM  
QUE ENTRAR



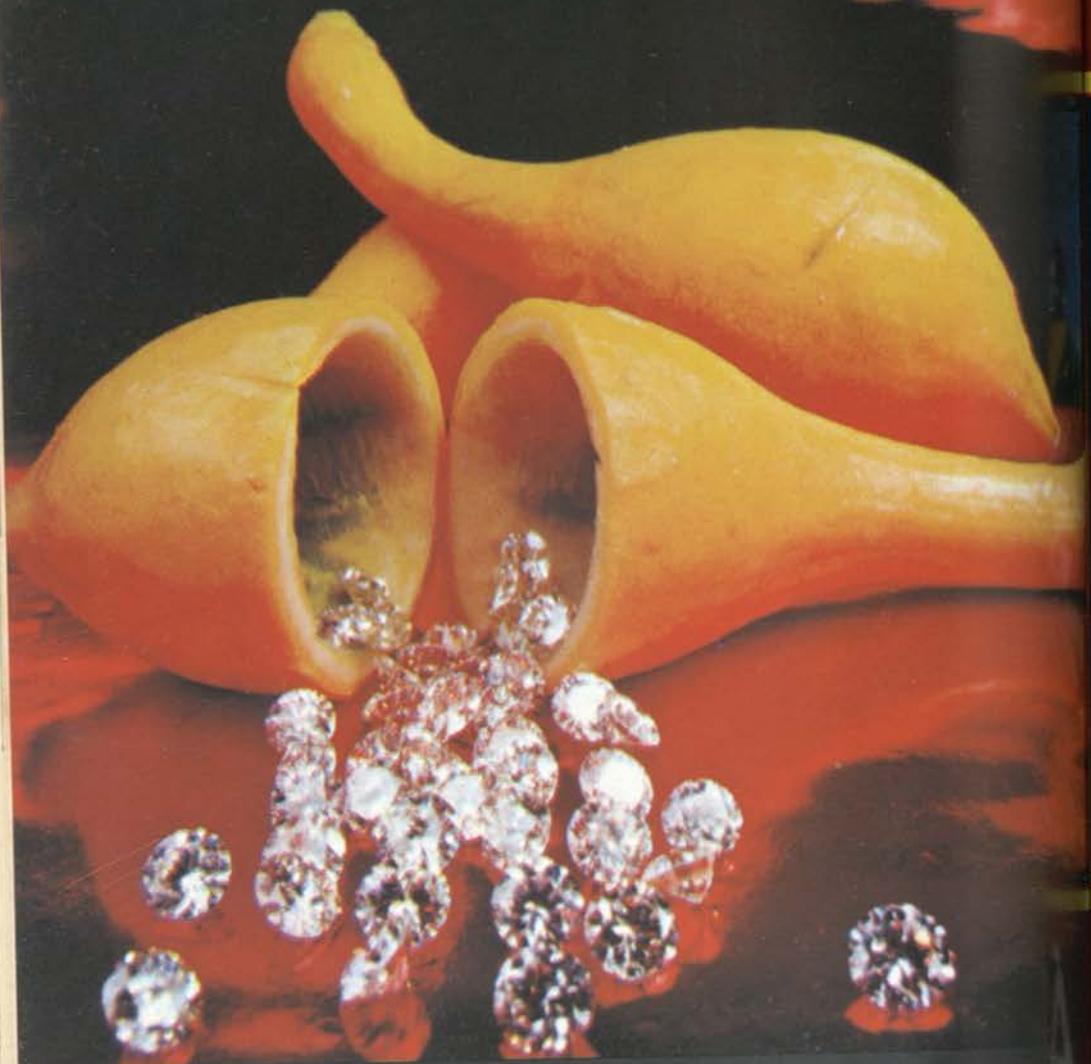
Angola,  
terra da liberdade.



**TAAG**

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA  
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



**Diamantes de Angola**  
Ao Serviço da Reconstrução Nacional